



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFROBRASILEIRA – UNILAB
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

PAULO JOSÉ RODRIGUES MONTEIRO

ENTRE RECICLÁVEIS E DESCARTÁVEIS: UM DIÁLOGO AFETIVO,
TEÓRICO E POLÍTICO ENTRE CAROLINA MARIA DE JESUS
E MULHERES NEGRAS CEARENSES.

FORTALEZA - CE

2024

PAULO JOSÉ RODRIGUES MONTEIRO

ENTRE RECICLÁVEIS E DESCARTÁVEIS: UM DIÁLOGO AFETIVO,
TEÓRICO E POLÍTICO ENTRE CAROLINA MARIA DE JESUS
E MULHERES NEGRAS CEARENSES.

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre em Antropologia no Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Linha de Pesquisa: diferença, poder e epistemologias.

Orientadora: Professora Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva

FORTALEZA - CE
2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Monteiro, Paulo José Rodrigues.

M774e

Entre recicláveis e descartáveis: um diálogo afetivo, teórico e político entre Carolina Maria de Jesus e mulheres negras cearenses / Paulo José Rodrigues Monteiro. - Redenção, 2025.
120f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico em Antropologia, Programa Associado de Pós- Graduação UFC/UNILAB, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2025.

Orientador: Prof^a Dr^a Vera Regina Rodrigues da Silva.

1. Mulheres negras. 2. Catadoras. 3. Ecologia. 4. Território. 5. Políticas públicas. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 305.480981

PAULO JOSÉ RODRIGUES MONTEIRO

ENTRE RECICLÁVEIS E DESCARTÁVEIS: UM DIÁLOGO AFETIVO,
TEÓRICO E POLÍTICO ENTRE CAROLINA MARIA DE JESUS
E MULHERES NEGRAS CEARENSES.

Dissertação apresentada como requisito à
obtenção do grau de Mestre em Antropologia no
Programa Associado de Pós-Graduação em
Antropologia da Universidade Federal do Ceará
(UFC) e Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(Unilab).

Orientadora: Professora Dra. Vera Regina
Rodrigues da Silva

Aprovada em: 26/11/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva (Presidente)

PPGA Universidade Federal do Ceará (UFC) / Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Profa. Dra. Denise Ferreira da Costa Cruz (Examinadora Interna)

PPGA Universidade Federal do Ceará (UFC)/ Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Profa. Dra. Antonia Gabriela de Araújo Alves (Examinadora Externa)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

A partir de um diálogo entre Carolina Maria de Jesus, por meio de sua obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” e mulheres negras catadoras de resíduos sólidos recicláveis, esta pesquisa se propõe a compreender em que medida as mulheres negras catadoras vivenciam uma contradição entre reconhecimento e invisibilidade no trabalho com resíduos recicláveis, numa sociedade que as coloca muitas vezes como sujeitos descartáveis. Refletindo as intersecções entre raça, território, ecologia e políticas públicas e suas contradições, este estudo etnográfico entrelaça as vivências dessas mulheres tendo como pressuposto que o trabalho que realizam contribui diretamente para a construção de ambientes, habitáveis e sustentáveis do ponto de vista social e ambiental. Os diálogos foram tecidos por meio de grupo focal e entrevistas semiestruturadas com 05 mulheres negras integrantes da Associação de catadoras/es do bairro Moura Brasil, localizado em Fortaleza, estado do Ceará, com recorte geracional entre fundadoras (03 pessoas) e continuadoras (02 pessoas) da associação. Como referencial teórico, além da Escritora e compositora, dentre outras habilidades, Carolina Maria de Jesus e das mulheres catadoras, aportes de outras/os intelectuais negra/os como a Arquiteta e Urbanista Joice Berth, a Antropóloga e Filósofa Lélia Gonzalez e o Engenheiro ambiental e Cientista político Malcom Ferdinand entrelaçam nossas discussões com suas contribuições acerca da construção dos espaços urbanos e o direito à cidade, articulação entre gênero e raça em nossa sociedade e a abordagem interseccional entre ecologia e o pensamento decolonial antirracista confrontando a realidade vivida a partir dos des-encontros entre Teoria, Afeto e Política.

Palavras-chave: mulheres negras; catadoras; ecologia; território; políticas públicas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fachada da Rede Estadual de Catadores/as do Ceará, 2023.....	16
Figura 2 – Espaço da Associação Moura Brasil na Rede Estadual de Catadores/as	16
Figura 3 – Registro da Apresentação da Pesquisa às interlocutoras	25
Figura 4 - Apresentação da Pesquisa às interlocutoras – Ornamentação do ambiente	25
Figura 5 - Apresentação da Pesquisa às interlocutoras – Registro do grupo	26
Figura 6 - Carolina Maria de Jesus	29
Figura 7 - Jandira Dala e Vera Rodrigues durante palestra sobre Carolina Maria de Jesus	31
Figura 8 – Sônia Maria Nascimento Silva - Catadora da Associação Moura Brasil	35
Figura 9 - Espedita Maria de Jesus - Catadora da Associação Moura Brasil	37
Figura 10 - Carla de Jesus Ferreira - Catadora da Associação Moura Brasil	38
Figura 11 - Francisca Raquel N. Silva Aires - Catadora da Associação Moura Brasil.....	39
Figura 12 - Mapa do Território da Regional 12	41
Figura 13 - Mapa de Assentamentos precários Moura Brasil.....	42
Figura 14 – Imagem de Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo)	44
Figura 15 – Bairro Moura Brasil em 1960	47
Figura 16 – Construção da Avenida Presidente Castelo Branco (Leste Oeste)	48
Figura 17 – Bairro Moura Brasil nas décadas de 1960 x 1990	49
Figura 18 – Campo do Urubu (Bairro Pirambu – vizinho ao Moura Brasil), 1932.....	51
Figura 19 – Igrejinha de Santa Terezinha – Década de 1930.....	52
Figura 20 – Arraial Moura Brasil – Década de 1970.....	53
Figura 21 – Vista das Igrejas de Santa Terezinha e Edwiges e Marina Park Hotel – 2024.....	54
Figura 22 – Bairro Moura Brasil - década de 1930.....	56
Figura 23 – Vista da orla a partir do morro.....	59
Figura 24 – Delimitação da ZEIS do Moura Brasil.....	61
Figura 25 – Campo de futebol separado pela Avenida Leste-Oeste.....	64
Figura 26 – Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.....	75
Figura 27 – Praça do Passeio público.....	75
Figura 28 – Praça General Tibúrcio (Praça dos Leões)	76
Figura 29 – Antiga Assembleia provincial (atual Museu do Ceará)	76
Figura 30 – Escola de aprendizes marinheiros do Ceará.....	77
Figura 31 – Cartografia da Ditadura em Fortaleza.....	78

Figura 32 – Avenida Presidente Castelo Branco – Leste Oeste.....	79
Figura 33 – Página inicial do Site do Marina Park Hotel.....	82
Figura 34 – Site do Sistema Fecomercio – Escola de Gastronomia e Hotelaria do Ceará.....	82
Figura 35 – Matéria sobre o mau cheiro da estação de tratamento de esgoto	84
Figura 36 – Estação de Pré Condicionamento de Esgoto – Fortaleza.....	85
Figura 37 – Construção do Instituto Médico Legal – 1984.....	86
Figura 38 – Fachada da Perícia Forense – Bairro Moura Brasil.....	87
Figura 39 – Mapa - Espaços culturais do Moura Brasil.....	101
Figura 40 – Mapa – Agentes culturais do Moura Brasil.....	102
Figura 41 – Mapa de Espaços e Agentes culturais do Bairro Moura Brasil.....	102
Figura 42 – Espetáculo Eu Amarelo: Carolina Maria de Jesus.....	103
Figura 43 – Participação das interlocutoras no Espetáculo Eu Amarelo.....	105
Figura 44 – Participação na exposição “Carolinas” – Caixa Cultural.....	106
Figura 45 – Dia das Mães - Associação Moura Brasil.....	106
Figura 46 – Caminhada no bairro Moura Brasil.....	108

LISTA DE SIGLAS

IML	Instituto Médico Legal
VLТ	Veículo leve sobre trilhos
PROUNI	Programa Universidade para Todos
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PIRF	Plano Integrado de Regularização Fundiária
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
IPLANFOR	Instituto de Planejamento de Fortaleza
SER	Secretaria Executiva Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
PDT	Partido Democrático Trabalhista
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMLURB	Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FECOMERCIO	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
SVO	Sistema de Verificação de Óbito
PEFOCE	Perícia Forense do Estado do Ceará

SUMÁRIO

1. COMECEI CANTAR, CANTEI	6
1.1. Eu e os que vieram antes de mim	6
1.2. Tecendo Redes dialógicas entre nós	11
1.3. Construindo diálogos Teóricos, Afetivos e Políticos	19
2. NÓS, AS CATADORAS	27
2.1. Diálogo – Diário – Memória: Trajetórias das interlocutoras na catação de resíduos sólidos recicláveis	31
2.2. As fundadoras da Associação de catadores/as do Moura Brasil	34
2.3. As continuadoras	37
3. MOURA BRASIL: UM QUARTO DE DESPEJO EM FORTALEZA?	40
3.1. Memórias do Arraial	44
3.2. Entre o Morro e a Beira Mar	59
3.3. Públicos e Privados: impressões locais	65
4. E SE FORTALEZA FOSSE NOSSA?	70
4.1. Fortaleza: passado recente e suas marcas presentes	72
4.2. Há racismo ambiental no Moura Brasil?	80
4.3. Quem escuta as catadoras?	88
5. UM ENCONTRO ENTRE MULHERES, NEGRAS, CAROLINAS	92
5.1. As catadoras e suas Percepções raciais	94
5.2. A favela na sala de visitas: Espetáculo Eu, Amarelo	100
5.3. Entre nós, “Fortalezas”	106
REFERÊNCIAS	110

1 COMECEI CANTAR, CANTEI

*“Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta.”
(Carolina Maria de Jesus)¹*

Inspirado por Carolina Maria de Jesus que registrou em seus diários acontecimentos, vivências pessoais, dramas coletivos e duras reflexões muito pertinentes sobre a vida em seus mais diversos aspectos, este capítulo explicita o caminho de construção do tema e da metodologia propostos nesta pesquisa que almeja possibilitar encontros de vozes, histórias, memórias e re-existências de mulheres negras.

Como pesquisador negro, desejo encruzilhar conhecimentos que promovam reflexões teóricas e subsidiem encaminhamentos práticos pessoais e coletivos de forma interdisciplinar, costurando debates sobre relações raciais e de gênero, ecologia e política pública numa perspectiva decolonial.

1.1 EU E OS QUE VIERAM ANTES DE MIM

No ano de 2023, aos quase 32 anos, recordar uma até considerada breve trajetória de vida, é tarefa tanto animadora quanto desafiante. É como arrancar a narrativa de uma existência muitas vezes a partir de um lugar de inexistência, pois nossas histórias na maioria das vezes parecem que pouco importam. Quem deseja conhecê-las? Arrisco-me a afirmar que esse exercício de contar minha história me causa uma certa estranheza, uma certa inabilidade com algo não familiar, não por não saber fazê-lo, mas por raras vezes ter percebido durante esse tempo espaços verdadeiramente interessados em saber quem sou, de onde venho, qual minha história, e não somente o que sei ou aprendi, muitas vezes na marra, a fazer.

Parece que a gente já viveu três ou quatro vidas quando paro para refletir sobre os incontáveis desdobramentos que temos que fazer para existir. Na prática estamos vivendo mesmo mais de três ou quatro vidas, porque essa história marcada por desafios e re-existências nos remete à nossa ancestralidade, atravessa oceanos, continentes, a bordo de navios repletos do nosso povo negro. Sim, falo da “gente”, pois a minha história não é só minha, é também

¹ Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento-MG, em 14 de março de 1914, mulher negra, de família que migrou para a cidade no início das atividades pecuárias na região. foi uma escritora, compositora e poetisa brasileira, mais conhecida por seu livro Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada, publicado em 1960. Carolina de Jesus foi uma das primeiras escritoras negras do Brasil e é considerada uma das mais importantes escritoras do país. Faleceu em 13 de fevereiro de 1977, em São Paulo.

atravessada pela vida de minha família, e de forma geral conversa, desabafa e esperança junto com as de tantas pessoas negras, pobres, nas/das periferias.

Dessa forma, ao falar sobre mim, me sinto convocado a falar também sobre quem veio antes de mim, inspirando-me na coragem de Hurston² (2021, p.53), uma intelectual negra, ao publicar seu diálogo sobre/com Olualê kossola³, um homem negro escravizado e posteriormente “liberto”, que ao ser perguntado sobre sua história reage dizendo que não pode falar de si sem antes se remeter a quem veio antes dele. Compreendo esse movimento como uma afirmação da minha identidade e também um contraponto ao silenciamento dos nossos ancestrais, das nossas memórias, das nossas vidas.

Minha mãe, Maria Valdenora Rodrigues Monteiro, mulher negra que atualmente está com aproximadamente 59 anos concluiu seu ensino fundamental já nos anos 2000 através da educação de jovens e adultos. Vinda de uma família com 08 irmãos/ãs, conheceu desde cedo a realidade do trabalho passando pela indústria de calçados e de raspagem de castanhas de caju, e como em muitas famílias, a educação ficou em algum plano, esquecido, congelado para posteriormente ser reavivado. Meu Pai, João Jesus Monteiro, de família negra, natural de Morrinhos, interior do Ceará, compartilhou com 09 irmãos/ãs os desafios de serem retirantes em busca de melhores condições de vida na “cidade grande”. Sua carteira de trabalho possui uma verdadeira lista de ocupações, mas sua atividade principal até hoje, aos 61 anos é o de pedreiro. Na educação não chegou a completar o ensino fundamental, mas me permito partilhar a alegria de ter me tornado recentemente, pelo menos informalmente, um de seus professores no reforço à retomada dos estudos para conclusão do ensino fundamental.

Se estou tecendo esses escritos nesse momento não posso deixar de mencionar e agradecer o esforço imensurável que sempre fizeram para que a educação tivesse um lugar de centralidade na minha vida, ainda que para eles essa realidade fosse praticamente inalcançável. Sempre me ensinaram que empobrecimento não é sinônimo de inferioridade e que nós não tínhamos o privilégio de deixar a oportunidade passar, mas tínhamos que nos agarrarmos a ela e fazer daquele limão azedo uma saborosa limonada.

² Antropóloga e escritora negra, Zora Neale Hurston nasceu em 1891 em Notasulga, Alabama, Estados Unidos. Consagrada como uma das principais escritoras da literatura norte-americana do século XX, a mesma continua ainda desconhecida por grande parte de estudantes e pesquisadores(as) brasileiros. Faleceu em 1960, aos 69 anos sendo sepultada como indigente numa cova sem identificação. Alice Walker, uma das principais responsáveis pela republicação de suas obras nos Estados Unidos, foi quem localizou, em 1973, o cemitério e os restos mortais, instalando no local um memorial e uma lápide, onde se pode ler: Zora Neale Hurston – um gênio do Sul – Novelist, folclorista e antropóloga.

³ Olualê Kussola nasceu em cerca de 1841, na cidade de Bantê, lar dos isha, subgrupo do povo iorubá do oeste da África. Foi um homem negro sobrevivente à escravidão partindo no último navio escravista em direção aos Estados Unidos.

Com isso não quero dizer que a necessidade de ter que trabalhar não chegou para mim de maneira precoce. Lembro que ainda no ensino fundamental literalmente corria ao finalizar a aula para abrir minha pequena barraquinha de madeira com rodinhas que meu pai havia me dado de “presente”. Nela expunha balas, doces e salgadinhos para que principalmente os estudantes adquirissem a caminho da escola.

Creio que essa realidade foi amenizada pela compreensão que meus pais tiveram de que somente através da educação seria possível uma mudança de rumos. Acredito que esse era até mais que um entendimento, era um investimento. Nesse caminho percebi que não é bem assim. Uma educação libertadora nos apresenta caminhos, nos faz e me fez compreender contextos, muitos deles que eu não conseguia enxergar, ou pelo menos ainda não os alcançava, mesmo quando implacavelmente eu era alcançado a todo momento.

No Brasil, onde o passado/presente escravista é a todo momento empurrado para longe e suas consequências terríveis não são reconhecidas por boa parte da população e do Estado brasileiro, que diga-se de passagem, somente após muitas lutas e mobilizações sobretudo dos movimentos negros, ainda a quem do necessário, vem implementando ações concretas de enfrentamento ao racismo, bem como políticas públicas de reparação, o marcador social da pobreza se sobressai encobrendo o racismo como produtor de desigualdades e legitimador de hierarquias sociais onde alguns sujeitos são subalternizados não somente pela ausência de posses, mas principalmente pela cor de sua pele.

Mas o que falar então do Ceará, estado onde nasci que não somente encobre a possibilidade do racismo, mas nega a minha existência enquanto pertencente à população negra? Ou seja, a dita “abolição” não fala sobre minha existência, mas de pessoas brancas, principalmente homens e sua benevolência para acabar com a perpetuação de inúmeras violências (escravidão), e suas “benfeitorias” ao estado, e com isso enterra uma população, sua memória e história, relegando às mesmas um lugar à própria sorte, ou azar não interessando se a compreensão em ser negro ou não configuraria uma noção boa ou ruim, pois simplesmente não havia possibilidade de sê-lo.

Talvez surja a pergunta do porquê somente a essa altura trago um olhar mais incisivo sobre o racismo. A resposta é que esse foi o mesmo movimento com que essa questão apareceu em minha vida. Demorei a entender que carregava em mim uma marca, uma estampa, que me tornaria um alvo onde quer que eu fosse ou estivesse. Parece que por um momento, às vezes por anos a gente é tão tomado pelo embranquecimento que esquece, não se reconhece negro/a. A pobreza é a única causa e efeito, e o racismo que nos empurra muitas vezes a um empobrecimento é mascarado, não dito ou mal-dito. Não bastava se reconhecer, era preciso conhecer as relações

produzidas pela intersecção da cor de minha pele, da pobreza e do lugar que moro. E isso dói porque não é numa leitura, não é numa biblioteca ou numa palestra somente, é na realidade vivida cotidianamente. A gente aprende na marra, apanhando muitas vezes sem ter noção do motivo, sendo que ele está ali, mesmo sem fundamento algum, está ali, estampado.

O que para muita gente é processo sequencial na trajetória acadêmica, para mim e para tantos/as negros/as não funciona da mesma forma. Após a finalização do ensino médio não pude imediatamente ingressar no ensino superior, nem tampouco construir um caminho de preparação para esta nova fase. Entre o último ano do ensino médio e o início da graduação passaram-se cinco anos, e do final da graduação à pós-graduação, mais quatro anos. Quase uma década afastado do ambiente acadêmico, que por muitas vezes me questionei se seria mesmo um espaço a mim direcionado. Quase uma década em que as necessidades pessoais e familiares me arrancaram os sonhos, mas não a capacidade de sonhar. Uma capacidade de sonhar muitas vezes confrontada com a realidade de não ter com quem conversar sobre a academia, pois fui o primeiro da família por parte de mãe a ingressar no ensino superior e agora a cursar uma pós-graduação.

Para muitos colegas nem passou pela cabeça, para outros, as portas pareciam fechadas antes mesmo de se tornar possibilidade, referências negras em sala de aula então, nem pensar. Como desconstruir um imaginário e tornar real aquilo que parece ser da ordem do inexistente? Como tornar possível o que a todo instante, simbólica e concretamente é colocado como inacessível?

Ao ingressar no ensino superior numa universidade particular através do Programa Universidade para todos – PROUNI⁴, no ano de 2014, para cursar Psicologia, uma porta se abria, mas mantê-la aberta não seria tarefa fácil. O ambiente acadêmico também foi me mostrando na prática como se davam as dinâmicas e relações de poder nesse espaço. Pouquíssimos colegas negros/as, professores/as negros/as então, em cinco anos, praticamente nenhum/a. Esse embranquecimento também se estendia pela relação de autores/as brancos estudados nesse campo, além das questões raciais ficarem completamente fora de discussões ou outras problematizações, exceto quando em datas “comemorativas” ou para fazer referência a uma situação específica. Não foi fácil!

Considero importante mencionar que tais vivências construíram não somente a mim enquanto pessoa negra, mas também minha atuação profissional num horizonte de emancipação

⁴ Programa Universidade para Todos – PROUNI, é uma política pública de natureza afirmativa com o objetivo de oportunizar o acesso e incrementar a discriminação positiva concedendo bolsas de estudo parcial ou totalmente custeadas pelo governo. Criado pelo Governo Federal, no 1º mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva através da medida provisória nº 213 de dez de setembro de 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o programa regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior.

política, de interações sócio-históricas e culturais, pensar a saúde mental e suas relações com as estruturas de poder, desigualdades e seus impactos na vida das pessoas.

Essas experiências certamente provocaram sensações de deslocamento, de estar em locais não permitidos, de querer algo não autorizado para mim, mas também vão nos alertando e propiciando elementos que nos auxiliam a compreendê-las, refutá-las, enfrentá-las. Essa espécie de letramento racial, de enegrecimento, de consciência e autoafirmação se dá de forma concomitante à minha participação e contribuição na associação comunitária do bairro em que moro onde pude vivenciar processos formativos, participação em espaços de discussão sobre políticas públicas, e sobretudo manter um contato direto com as forças vivas presentes na comunidade. Através da União dos Moradores do Jardim Iracema⁵, entidade que participo desde o ano de 2008 tenho fortalecido minha relação com o chão sagrado em que vivo, como também percebido com uma lente mais atenta as contradições, discriminações, violências e resistências.

Esse espaço também foi de muita abertura de possibilidades, de ampliar meu olhar sobre a diversidade da vida e principalmente compreender que mais que sonho, eu tinha direito a adentrar e ocupar qualquer espaço.

Em 2010 conheci a Cáritas⁶, instituição ligada à Igreja católica que à época atuava com projetos sociais na comunidade que moro. A partir daí pude participar como jovem acompanhado de diversos momentos formativos, intercâmbios, oficinas produtivas, bem como colaborador voluntário. Em 2013 passei a integrar a equipe da referida instituição como auxiliar administrativo e nos anos seguintes, assessor local de um projeto com crianças e adolescentes, que tinha uma atuação com filhos e filhas de catadoras/es de materiais recicláveis em Fortaleza. Em seguida assumi a coordenação do projeto em nível regional de atuação com adolescentes e jovens cearenses com ações voltadas a experiências produtivas, incidência política e articulação em redes.

Mais recentemente, no final de 2019, fui convidado a atuar na mesma instituição desenvolvendo um trabalho de acompanhamento a empreendimentos de catadoras/es de resíduos sólidos recicláveis em Fortaleza numa perspectiva de contribuir com a organização dos grupos, incidência política para a conquista de direitos e melhores condições de trabalho, dentre outros

5 União dos Moradores do Jardim Iracema – UMJIR é uma associação comunitária sem fins lucrativos fundada em 12 de março de 1983, em Fortaleza, Ceará, com a finalidade de organizar os/as moradores/as do bairro para a obtenção de políticas públicas que assegurem os direitos fundamentais para uma vida digna e de qualidade.

⁶ A Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 170 organizações-membro da Cáritas Internacional. Sua origem está na ação mobilizadora de Dom Helder Camara, então Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). As orientações do Concílio Vaticano II marcaram a ação da Cáritas que, desde então, vive sob os valores da pastoralidade transformadora. É um organismo da CNBB e possui uma rede com 187 entidades-membro, 12 regionais e 5 articulações.

públicos atendidos pela instituição, como mulheres, adolescentes e jovens a partir da economia popular solidária.

Mas tal inserção me abriu inúmeros questionamentos referentes a situações tão difíceis quanto às que mencionei até aqui, me fazendo perceber que existem relações, produções, articulações e significações infinitamente variadas que nos levam a realidades e sujeitos indesejados, invisibilizados e até desumanizados, como é o caso das mulheres negras catadoras.

Uma importante motivação para esta pesquisa se relaciona inicialmente com minha origem negra e periférica tendo sentido na pele, ainda que de formas e intensidades diferentes alguns dos desafios elencados nesse trabalho, bem como a busca por contribuir de alguma forma na tecitura de caminhos de resistência diante dessas realidades. Não poderia deixar de lado a percepção do meu lugar enquanto homem e minhas corresponsabilidades nessa sociedade machista, patriarcal, de inferiorização e objetificação da mulher.

1.2 TECENDO REDES DIALÓGICAS ENTRE NÓS

A primeira aproximação com os/as catadores/as de materiais recicláveis se deu em meados de 2014 através da Cáritas Brasileira Regional Ceará⁷ e da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza⁸ onde atuei como articulador do projeto “Entrelaçando Vidas e Superando Estigmas na Construção do Desenvolvimento Local” que tinha como objetivo desenvolver ações de arte educação e percussão junto a grupos de crianças, adolescentes e jovens numa perspectiva de despertar para a organização comunitária, formação política e a luta por direitos. Havia o fomento à participação de filhas e filhos de catadores de materiais recicláveis e as ações tinham como horizonte o fortalecimento das identidades e a superação dos preconceitos por suas famílias desenvolverem a atividade de catação de resíduos sólidos recicláveis.

Nessa relação de proximidade fui sendo afetado pela complexidade que envolve o universo da catação e seus integrantes, bem como suas diversas relações de contradição e resistências. Um afeto que por vezes se aproxima da dimensão emocional, mas principalmente uma afetação que segundo Goldman (2005, p. 150) não é somente emocional, que extrapola os

⁷ A Cáritas Brasileira Regional Ceará, é uma das 12 regionais da Cáritas Brasileira, funcionando como escritórios regionais da mesma com a função de articular e acompanhar as entidades membros. No Ceará a Cáritas está presente nas localidades de Iguatu, Crateús, Limoeiro do Norte, Fortaleza, Itapipoca, Crato, Sobral e Tianguá. É uma organização da sociedade civil e atua junto a grupos, comunidades e Redes com ações que visam a promoção e defesa de direitos.

⁸ A Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, criada oficialmente em 1967 é uma das 178 entidades membros da Cáritas Brasileira. Tem como missão “Promover e animar o serviço da solidariedade através da visão compartilhada e autonomia dos grupos e comunidades na expressão de seu pluralismo cultural e defesa da vida.

limites da razão, mas uma afetação como processo de mobilizar, de se comprometer, de questionar, possibilitar reflexões.

Sendo maioria nos empreendimentos, muitas mulheres assumem funções de destaque nos grupos informais ou associações já constituídas formalmente. Se por um lado, pode significar a incorporação de uma ação política e de afirmação da liderança feminina, por outro, contribui ainda mais para as inúmeras atribuições que precisam desempenhar socialmente, dentro e fora dos espaços de trabalho.

Compreender como todo esse movimento repercute na vida delas, sobretudo das mulheres negras, pode nos permitir apreender não só sentidos, impressões, vivências e possíveis dificuldades, mas nos convoca a olhar também para as estratégias de resistência que as mesmas têm adotado no enfrentamento à exclusão e invisibilidade a que são submetidas, rompendo assim a lógica do apenas “sobreviver”, mas vivenciando outros aspectos necessários à uma vida plena e digna.

Acredito que um aspecto fundamental é problematizar o lugar das instituições públicas e/ou privadas na atuação junto a esses grupos, sobretudo com as mulheres negras. Esses marcadores são percebidos? Se são, os trabalham de alguma forma, ou mais uma vez a dimensão do sujeito fica secundarizada priorizando-se os resíduos, numa perspectiva econômico-produtiva e sua “contribuição” para a obtenção de um planeta mais sustentável?

Acredito que trazer para o campo acadêmico o cotidiano das mulheres negras catadoras, para além de aprofundarmos sobre suas vivências e concepções sobre seu lugar no mundo é uma tarefa fundamental para que possamos fazer ecoar as vozes dessas mulheres que muitas vezes são confundidas com os resíduos que trabalham. São tratadas como materiais descartáveis. É um dever histórico trazer seus gritos, anseios, desejos e saídas baseadas nas suas experiências.

Meu ingresso no Programa Associado de Pós Graduação em Antropologia UFC/UNILAB, através da política afirmativa para pessoas negras demarca um divisor de águas sem precedentes, pois ao mesmo tempo em que assusta e evoca fantasmas de não pertencimentos ao ambiente acadêmico, me inspira a alçar outros voos. A representatividade nos/as colegas e professoras/es oferecem colo e aconchego dizendo que estou em casa. Uma possibilidade de falar e fomentar a fala de tantas outras pessoas muitas vezes subalternizadas.

Poder continuar nesse caminho e acessar o mestrado através de uma política afirmativa, me faz acreditar ainda mais na luta, e que sim, temos direitos de sonhar e de viver. É trazer à memória toda a minha ancestralidade que não teve oportunidade de vivenciar tais experiências, mas construíram com luta, suor e suas vidas o caminho para que eu pudesse estar nesse lugar.

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de lócus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. (RIBEIRO, 2020, p.64).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 preconiza em seu Art. 17, inciso V a inclusão social e emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis através da implementação dos planos estaduais de resíduos sólidos. No Ceará, de acordo com o referido plano, em meados de 2012 o estado possuía aproximadamente 19.000 catadores/as. Em Fortaleza, segundo o levantamento de dados realizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, através da ACFOR⁹ quando da elaboração do Plano Municipal Integrado de Gestão dos Resíduos Sólidos, a cidade possuía àquela época cerca de 5.300 pessoas exercendo a catação em condições diferentes. Desde a pessoa que coleta na rua de forma autônoma, ao trabalhador/a que está associado a algum grupo ou empreendimento formalizado.

Atualmente o território da Grande Fortaleza conta com cerca de 20 espaços de trabalho coletivo localizados em 04 municípios da região metropolitana (Fortaleza, Eusébio, Guaiuba e Pacatuba) integrando a Rede Estadual de Catadores do Ceará. Essa vinculação se dá através da participação em empreendimentos constituídos juridicamente como associações, cooperativas ou grupos informais tendo como objetivo central articular a categoria para incidir politicamente visando a garantia de direitos, mobilizar ações formativas, bem como discutir a profissionalização e avanços no tocante à comercialização dos resíduos recicláveis.

Segundo dados obtidos pelo último levantamento realizado pela Rede de Catadoras/es, em 2020, no Município de Fortaleza, os 17 empreendimentos ligados à Rede distribuídos em 16 bairros da cidade agregavam aproximadamente 400 catadores/as associadas/os a grupos formalizados juridicamente e/ou informais com funções diversas e/ou instâncias da cadeia produtiva e organizativa. Desse total, cerca de 65% são de mulheres, desde jovens a idosas em alguns locais. É importante destacar que com a pandemia muitas pessoas passaram a exercer essa atividade, sobretudo pela perda de emprego e redução na renda familiar. Também houve uma atualização no número de associadas/os em decorrência da implementação do Programa Estadual Auxílio Catador¹⁰ que fez com que muitas pessoas buscassem se vincular a alguma associação para que pudessem ter acesso ao programa, pois esse é um critério obrigatório à participação.

⁹ Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental – ACFOR.

¹⁰ Política pública social instituída por meio da Lei nº17.256/2020, com objetivo de assegurar a redução de impactos ambientais através de pagamento de serviços prestados por catadoras/es do Ceará, por meio de coleta seletiva. A política assumiu caráter permanente através da aprovação da Lei nº17.377/2021.

As reflexões tecidas até o momento nos apontam a complexidade a partir da intersecção de questões que não devem ser vistas nem isoladamente, correndo o risco de desconsiderar suas interfaces com outros marcadores, ao mesmo tempo que nos alerta para uma análise articulada que não mascare ou inviabilize a problematização de um ou outro aspecto.

Dialogando com Quijano¹¹ (2005) percebemos que as novas estruturas de organização do trabalho possuem como critérios para sua divisão a raça, e indo mais além, o gênero, conformando assim uma demarcação sobre quais sujeitos podem ou não desempenhar tal atividade e quais raças e gêneros devem desempenhar outras. A diferença entre o “podem” e o “devem” é que na primeira premissa, para alguns, há possibilidades, relatividade, enquanto no segundo, principalmente para mulheres negras, há lugares definidos, demarcados.

Esses engendramentos nos aproximam do entendimento sobre marginalidade proposto por Quijano (2000) quando reflete não sobre uma “margem” localizada fora de algo, mas como um mecanismo dualista necessário para a economia capitalista. Ou seja, ao mesmo tempo em que cancelas são colocadas impedindo o acesso de alguns sujeitos a determinados usufrutos e/ou realizações, eles são criados determinando que os próprios sujeitos interditados/as realizem atividades que mantenham tais estruturas. Como diz o autor, “esse debate se inscreve na ideia da contradição necessária e fundamental entre a acumulação capitalista e miséria”. (QUIJANO, 2000, p.2)

Trilhando inicialmente esse caminho, dentre outros possíveis e necessários, proponho um diálogo com as mulheres negras catadoras da Associação de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis de Fortaleza, com nome fantasia *Associação Moura Brasil*, formalizada juridicamente no ano de 2016, embora sua organização e atuação enquanto grupo informal remonta aos anos de 2010. É um dos empreendimentos filiados à Rede Estadual de Catadores do Ceará.

Atualmente a associação é composta por 21 pessoas, sendo cerca de 13 mulheres em faixas etárias que vão de jovens (18 a 29 anos), adultos (30 a 45) e algumas acima dos 50 a 60 anos. No momento a associação não possui um espaço físico sob sua gestão para realizar as atividades concernentes aos seus objetivos. As reuniões do grupo acontecem na casa de uma das integrantes que serve como ponto de apoio para os encontros e deliberações do coletivo. De posse das mesmas, se assim podemos dizer, existe um pequeno barraco descoberto de madeira,

¹¹ Aníbal Quijano nasceu em Yungay, Peru, no ano de 1928. Foi um sociólogo e pensador humanista, conhecido por ter desenvolvido o conceito de "colonialidade do poder". Seu corpo de trabalho tem sido influente nos campos dos estudos decoloniais e da teoria crítica. Faleceu em maio de 2018.

localizado no morro, onde são armazenados alguns materiais coletados ou doados por pessoas da comunidade.

O trabalho de recebimento, pesagem, triagem e prensagem é realizado em um galpão localizado no bairro João XXIII, que está cedido pela prefeitura de Fortaleza para o funcionamento das atividades da Rede de Catadores/as. Nesse espaço, três associações localizadas nos bairros Parque Genibaú, Parque dois Irmãos e Moura Brasil trabalham de forma intercalada como forma de propiciar que as mesmas possam desenvolver suas atividades e prover o sustento de suas famílias, que de forma geral se enquadram no nível de baixa renda, estando inscritas no Cadastro Único¹² (CadÚnico) do Governo Federal.

Através de parceria com a Prefeitura de Fortaleza, integra a operacionalização do projeto Re-ciclo Fortaleza¹³, atuando na região do Centro da cidade e adjacências prestando serviços de coleta, triagem e posterior comercialização dos materiais destinados à associação. No âmbito do Governo do Estado, 14 pessoas, dentre estas 10 mulheres estão inscritas no Programa Auxílio Catador que repassa uma contribuição de ¼ do salário mínimo a cada catador organizado em empreendimentos formalizados mediante comprovação de serviço prestado no âmbito da catação. É muito importante ressaltar que tanto as parcerias como a Lei Nº 17.377 de 30 de dezembro de 2020 que instituiu o Programa Auxílio Catador são conquistas da categoria após intensos movimentos de incidência política nos âmbitos municipal e estadual. Tal atuação comunga com os princípios do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)¹⁴, como fica exposto no seu Artigo 3º, onde afirma:

O MNCR busca garantir a ‘independência de classe’ em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mas também lutando pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados, desde a execução da coleta seletiva com catadores de rua, até a triagem e o beneficiamento final dos materiais, buscando tecnologias viáveis que garantam o controle da cadeia produtiva, firmando com os poderes públicos contratos que nos garantam o repasse financeiro pelo serviço prestado a sociedade, e cobrando das empresas privadas, produtora industrial dos resíduos o devido pagamento pela nossa contribuição na reciclagem (MNCR, 2008).

¹² O CadÚnico foi instituído por meio do Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. O Cadastro Único é um registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil. Ele foi criado pelo Governo Federal, mas é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras de forma gratuita. Ao se inscrever ou atualizar seus dados, as famílias podem tentar participar de vários programas sociais.

¹³ O Re-ciclo é uma iniciativa da prefeitura de Fortaleza, iFood e a startup SOLOS, visando por meio de plataforma digital realizar ações de limpeza urbana e preservação ambiental da cidade. Na atuação, os catadores/as utilizam triciclos elétricos para as coletas e desenvolvem suas atividades nos Ecopontos.

¹⁴ O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é um movimento social que há cerca de 20 anos vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis no Brasil. Objetiva a valorização das/os trabalhadoras/as catadoras/as e a garantia do protagonismo popular desses sujeitos.

Figura 1 – Fachada da Rede Estadual de Catadores/as do Ceará



Fonte: Acervo Paulo José Rodrigues Monteiro

Figura 2 – Espaço destinado à Associação Moura Brasil na Rede Estadual de Catadores/as



Fonte: Paulo José Rodrigues Monteiro (2023).

Ampliando o debate sobre os elementos apontados até aqui, um primeiro desafio que se apresenta é a escassez de informações da própria categoria não somente sobre as mulheres na catação, mas principalmente sobre o universo que envolve as mulheres negras nesse ramo de atividade. Outras questões surgem como problematizações. Como as questões racial e de gênero são percebidas pelas mulheres negras dentro e fora do universo da catação? Quais suas percepções acerca de uma atuação que se propõe a recuperar a cidade e possibilitar ambientes sustentáveis que na maioria das vezes são inalcançáveis e “desautorizados” para as mesmas? Essas indagações nos aproximam da nossa problematização central na pesquisa que é aprofundar em que medida as mulheres negras catadoras vivenciam uma contradição entre reconhecimento e invisibilidade no trabalho com resíduos recicláveis, numa sociedade que as coloca muitas vezes como sujeitos descartáveis.

A discriminação, os preconceitos e todas as possíveis mazelas as quais as mulheres negras catadoras sofrem estão relatados de forma escancarada por Carolina Maria de Jesus em seu livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. Através de cada palavra é possível se confrontar com as duras realidades vivenciadas ainda hoje. Em um dos trechos a autora relata: “era o alvo das atenções. Fiquei apreensiva, porque eu estava catando papel, andrajosa (...) depois, não mais quis falar com ninguém, porque precisava catar papel. Precisava de dinheiro. Eu não tinha dinheiro em casa para comprar pão.” (JESUS, 2020, p. 15). Embora os relatos sejam da década de 1950, para muitas mulheres o cenário atual não é diferente.

Uma contradição entre ser vista como algo estranho, deslocada da “paisagem natural” e uma invisibilidade constante, por ser ignorada, inexistente, indesejada em quase todos os locais. Uma antítese mencionada como uma imposição de estar “fora” e uma necessidade em permanecer “dentro”. Não somente o tipo de trabalho demarca a presença ou ausência de alguns sujeitos, mas o endereço também, ou a ausência dele. Para muitas pessoas um quintal é reservado nas grandes mansões/metrópoles. Carolina nos convida a olhar para além do que é visto, perceber para além do que é dito, muitas vezes é escrito, desenhado, pintado, dançado, moldado vivido, re-existido. A exemplo dela, quantas mulheres negras estão esquecidas nos “Quarto de despejo”?

Seguindo esse caminho dialógico, a exemplo da favela do Canindé, tão mencionada por Carolina Maria de Jesus em seus diários, se faz necessário visualizar inicialmente de forma breve, sobre qual local estamos falando. Quem mora ou já teve a oportunidade de visitar Fortaleza, Ceará, e passou pela avenida popularmente conhecida como “Leste Oeste”, seja no sentido Caucaia/Centro/Praia de Iracema ou o inverso, certamente já viu um dos mais conhecidos empreendimentos da capital cearense, o Marina Park hotel. Naquele trecho onde percebemos de um lado, uma paisagem agradável aos olhos, atualmente com mais investimentos públicos e

privados, e de outro lado um “morro”, como chamam algumas das interlocutoras que contribuíram na construção dessa pesquisa, naquela paisagem destoante do ambiente presente em lados opostos da via naquele trecho, está localizado o Bairro Moura Brasil, na região praiana Oeste de Fortaleza, em frente à faixa de praia conhecida como “Praia da Leste”, praticamente delimitado pelo contorno formado pelas Avenidas Castelo Branco (Leste Oeste) e Filomeno Gomes com as Ruas dos Aprendizes Marinheiros, (Seguindo a extensão da Via férrea) até a Rua Barão do Rio Branco, limite entre a Santa Casa de Misericórdia, Praça dos Mártires e 10ª Região Militar, no Centro de Fortaleza. O Moura Brasil está administrativamente alocado no território da Secretaria Regional 12 (SER 12), juntamente com os bairros Centro e Praia de Iracema.

Há um apelo social quando se trata de compreender a mulher catadora como uma mulher “guerreira”, que sobrevive do suor do seu trabalho, que não desiste diante dos desafios, que está contribuindo para a limpeza do planeta e preservação dos ecossistemas para as gerações futuras. Diante disso, logo nos vêm algumas perguntas... Um planeta que pertence a quem? Preservando para quem usufruir? As gerações de quais famílias? “Guerreando” contra o quê ou contra quem? Somos interpelados de alguma forma pela problematização feita por Lélia Gonzales (1984) quando diz “como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra”.

Percebemos nesse caso que os marcadores de raça/cor e gênero, apontam para uma relação quase que direta com as condições de pobreza e invisibilidade a que estão submetidas essas mulheres. Todo esse contexto nos remete às reflexões de Carneiro (2003) quando nos diz que as marcas impressas do período colonial continuam tendo lugar privilegiado no imaginário social, porém com novas roupagens, assumindo ares de convivência democrática e assim, preservando as relações raciais e de gênero iniciadas ainda no período da escravidão. A autora segue problematizando sobre as disparidades colocadas pelo discurso clássico sobre opressão da mulher que não leva em consideração as experiências diferenciadas, mais violentas às quais são submetidas as mulheres negras. Esse fato colabora para que essa perspectiva generalista ou de invisibilidade conferida às mulheres negras não dê conta “da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.” (CARNEIRO, 2003, p.49).

A natureza do trabalho exercido pelas mesmas tende a ser visto como espaço propício às inúmeras discriminações sofridas, pois além de conviverem com as dificuldades que essa atividade laboral apresenta dada sua condição de precariedade, são pouco reconhecidas e apoiadas, além dos estereótipos atribuídos, sofrendo com a falta de assistência e invisibilidade

que contribuem com o processo de exclusão social que ainda hoje as assolam. Tais aspectos são reforçados por Lima, Rios e França (2013, p.55) quando dizem que “as desigualdades de acesso a determinados ramos de atividade, assim como o ingresso em ocupações menos formais, estão fortemente mediadas por fatores que se relacionam com a discriminação de gênero e raça.”

1.3 CONSTRUINDO DIÁLOGOS TEÓRICOS, AFETIVOS E POLÍTICOS

Ao me defrontar pela primeira vez com a obra de Carolina Maria de Jesus, no livro *Quarto de Despejo – Diário de uma favelada*, que teve sua primeira publicação na década de 1960, ao mesmo tempo em que foi difícil ler o escancaramento da luta pela sobrevivência, me chegou como a narrativa de uma história de vida que não era só dela. Não me soava estranho, distante, exagerado ou absurdo, certamente porque ao retratar suas vivências, Carolina nos aproximava daquilo que era sentido e vivido por muitas famílias negras, inclusive a minha.

Toda sua obra não pode ser vista apenas como uma autobiografia, um caso isolado, acessório, mas deve ser encarada como uma convocação a amplas discussões sobre raça, gênero, economia e política, para citar alguns exemplos. Penso que a não percepção ou reconhecimento dessa atitude deliberada e consciente em seus escritos, aponta para questões que permeiam as relações, como por exemplo o racismo e o machismo que determinam lugares e tipos de atividades autorizadas ou não para determinados corpos. Nesse caso, compreendo como uma forma escancarada de não aceitação de que uma mulher negra e pobre assuma um lugar de produção de conhecimento, de teorizar sobre temas tão sensíveis para nossa sociedade.

Ao falar sobre o custo de vida, das dinâmicas de violência vivenciadas onde mora, da precarização do trabalho, da invisibilidade, falta de acesso a saúde, das condições de habitação ou falta delas, ela produz uma teoria que nos faz olhar para fora, mas sobretudo nos arrasta para dentro, para nos aproximarmos não somente de palavras ou conceitos, mas para nos reconhecermos como sujeitos que vivenciam no cotidiano uma intersecção de situações que produzem consequências, experiências, vida ou morte.

Para mim essa experiência contribuiu não para leituras isoladas de determinadas áreas do conhecimento, mas para me fazer compreender meu lugar diante dessa complexidade, para entender que todos esses desafios se colocam de forma acentuada para mim e para outras pessoas negras, principalmente as mulheres. Compreender a articulação teórica entre esses contextos variáveis, se revelou para mim numa experiência além de *teórica* também *afetiva* e *política*, contribuindo assim com meu processo de “tornar-se” negro.

Como faz sentido! Cada palavra, cada sentimento, cada atitude, cada “escurecimento”! Ao refletir sobre esses aspectos, para mim é quase que obrigatório trazer a reflexão de *Neusa Santos Souza*¹⁵ em seu livro “Tornar-se negro” (sua 1ª edição foi em 1983) onde afirma que:

A descoberta de ser negra é mais que a constatação do óbvio... Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SOUZA, 2021, p.46)

Mas esse caminho só se faz possível quando perpassa o racional, o cognitivo e se entranha na realidade vivida. Quando a teoria para além de possibilitar debates e construções reflexivas, produz afetos, des-construções, rupturas e insurgências. Falar de afeto não numa perspectiva romântica, sentimental, somente (pois também a considero importante como dimensão constitutiva da existência humana), mas como evocação de uma afetação que reivindica mudanças de olhares, questionamento de posturas, trans-formação de posicionamentos, que implicam politicamente, individual e/ou coletivamente.

Ao falar dessa dimensão teórica, afetiva, mas também política refiro-me a compreensão de que é imprescindível articular-se politicamente para lutar por representatividade, participação nos espaços decisórios onde as políticas públicas que tocam nossas vidas são construídas, sejam elas para nos promover enquanto sujeitos de direitos ou muitas das vezes para nos exterminar. Uma atuação que dê conta de visibilizar nossas potencialidades, de fomentar que mais de nós consigam acessar espaços importantes, se assim queiram. Ou seja, parafraseando Carolina, construir relações onde percebamos que “o mundo não é como o branco quer” (JESUS, 2020, p.70).

Considero importante reafirmar o que Almeida (2020) reflete quando nos alerta da importância de percebermos o racismo que se estruturou na nossa sociedade, sendo difundido nas mais diversas esferas das nossas vidas, como por exemplo a institucional, econômica, política e familiares. “O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.” (ALMEIDA, 2020, p.51).

Tal demarcação é fundamental para afastar interpretações simplistas que contribuam para o mascaramento ou secundarização do racismo enquanto elemento central de subalternização dos

¹⁵ Nascida na cidade baiana de Cachoeira, em 1951, Neusa Santos Souza foi uma psiquiatra, psicanalista e escritora brasileira. Sua obra é referência sobre os aspectos sociológicos e psicanalíticos da negritude. É uma das destacadas autoras no debate contemporâneo e analítico sobre o racismo no Brasil. Faleceu em dezembro de 2008 no Rio de Janeiro, em decorrência de suicídio.

sujeitos. Longe da tentativa de realizar uma análise da obra *Quarto de despejo*, seria muito cômodo apreender a obra e as discussões elencadas somente pela lente da pobreza, do acesso a recursos materiais e/ou mesmo de ausência de visibilidade, colocando cada vez para mais longe aspectos que estão perto até demais, estão na pele. “O propósito desse olhar mais complexo é afastar análises superficiais ou reducionistas sobre a questão racial que, além de não contribuírem para o entendimento do problema, dificultam em muito o combate ao racismo.” (ALMEIDA, 2020, p.51).

Como todo processo que possui suas possibilidades e desafios, se reconhecer, assumir-se negro/a não é tarefa fácil, tendo em vista que por todos os lados, a “estrutura” que nos rodeia, reserva surpresas nem sempre tão surpreendentes assim, embora quase sempre difíceis de lidar. Ao ingressar no Programa Associado de Pós Graduação em Antropologia (UFC¹⁶/UNILAB¹⁷), pela política de cotas raciais, um sonho se concretizou, mas não sem muito chão até conquistá-lo, arrancá-lo a duras penas. Por outro lado, o “peso” das dificuldades chegou junto. Se na graduação já era difícil trabalhar o dia inteiro e estudar, dedicar-se ao mestrado foi como uma tarefa heroica. Mas tem coisas que soam como algo concreto: tempo x organização x malabarismos pessoais x privação de algumas coisas importantes e a gente talvez consiga. Mas para mim, a dimensão subjetiva, do “não ser da área”, e algumas posturas intencionais ou inconscientes no ambiente acadêmico me fizeram por em cheque minha capacidade e legitimidade em estar naquele espaço. E isso não é fácil resolver. Parecia tudo certo como dois e dois são cinco.

Mas estar naquele espaço, prioritariamente na UNILAB, me apresentou também vivências e posturas que me ajudaram a ressignificar essas dores, assumir esse lugar conquistado e me mostraram que sim, eu também tinha direito e legitimidade para estar ali. Cito nominalmente duas pessoas, a professora Vera Regina Rodrigues da Silva¹⁸ e o Professor Luís Tomás Domingos¹⁹. Entrar no mestrado de cara com referências negras foi uma das experiências

¹⁶ Universidade Federal do Ceará. Fundada no ano de 1954, é uma instituição de ensino superior mantida pelo Governo Federal, vinculada ao Ministério da Educação.

¹⁷ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. É uma instituição de ensino superior que possui status de autarquia é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011.

¹⁸ Vera Regina Rodrigues da Silva. Doutora em Ciência Social (Antropologia Social) pela USP e mestra em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora adjunta do Instituto de Humanidades da Unilab e professora efetiva do PPGA UFC-Unilab.

¹⁹ Professor da Unilab no Ceará, Luís Tomás Domingos é Doutor em Antropologia e Sociologia Política pela Universidade de Paris VIII, na França. Ele coordenada o Núcleo dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (NEAAB – Unilab).

mais impressionantes até aqui, tendo em vista a falta de representatividade que marcava minha trajetória acadêmica até então e debates teóricos que iam ao encontro das minhas vivências.

Assistir a aula de uma mulher negra sensível e atenta na escuta, e ao mesmo tempo firme e certa em suas ponderações me encheu de autoestima e ampliou meus horizontes. Ainda recém chegado no ambiente físico e simbólico da academia, já não tinha mais dúvida. Ser orientado pela Professora Vera Rodrigues seria uma honra, uma alegria e um aprendizado construído e compartilhado com, entre e para os/as nossos/as. Mesmo sabendo das conversas de bastidores entre os/as colegas de turma a respeito das definições de orientação e do desejo de várias pessoas em ser seu/sua orientando/a, eu tinha que tomar uma decisão, me posicionar. Após um diálogo franco e sensível, tornei-me seu orientando. Juntava-se na prática, a Teoria, o Afeto e a Política.

Essa prática pedagógica libertadora vai ao encontro do que propõe bell hooks em sua obra *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* quando enfatiza a perspectiva crítica decolonial como um caminho de construção de resistência e liberdade.

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração e que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática de liberdade. (hooks, 2013, p.273).

Todo o percurso que nomeia esta seção, mas principalmente forja esta pesquisa, inspiram-se e resultam da compreensão de que as construções que a professora Vera Rodrigues vem realizando últimos anos enquanto pesquisadora negra possuem concretude e nos propõem a tecitura de pesquisas que possuam tanto o rigor metodológico científico quanto a sensibilidade e força capazes de quebrar paradigmas e fazer brotar vidas.

Feito esse percurso, essa pesquisa etnográfica se propõe a ecoar vozes, percepções, histórias, memórias e re-existências de mulheres negras através da costura de diálogos entre catadoras de resíduos sólidos recicláveis que compõem a Associação de catadores/as do bairro Moura Brasil, em Fortaleza, Ceará e Carolina Maria de Jesus, a partir de sua obra *Quarto de Despejo* constituída pelos registros diários de suas vivências e inquietações na cidade de São Paulo, de forma geral, na favela do Canindé. Não posso deixar de explicitar o desejo e empenho para que o legado de Carolina Maria de Jesus seja re-conhecido por mais e mais pessoas, que ela seja lembrada por ser “catadora de papel”, como se mencionava, mas também pela teórica e escritora negra muito importante que é.

Partindo de um recorte político-metodológico de trabalhar com mulheres negras, é muito importante perceber como o grupo se compreende racialmente, a partir da autodeclaração de raça/cor. Para a apresentação da proposta de pesquisa e das próprias interlocutoras, incluindo Carolina, foi realizada uma roda de conversa com a utilização de material audiovisual como vídeos, fotografias e exposição verbal sobre a vida e obra da autora.

Com uma decisão política e histórica de resgatar vozes e visibilizar pessoas muitas vezes invisíveis ou descartadas, proponho que sejam explicitadas quem são as interlocutoras, com seus nomes, sobrenomes, e se possível, fotografias de sua escolha, no ambiente ou não de trabalho, possibilitando um debate sobre a atividade da catação, mas também sobre as vidas que se inserem nesse contexto com seus dons, talentos, contradições, desejos e possibilidades.

A partir de entrevistas em duplas e individual, juntamente com a participação em alguns momentos de trabalho e/ou de outras atividades na comunidade, registradas em caderno de campo, foram apreendidos elementos que comporão através das histórias de vida os debates que se referem aos objetivos da pesquisa. A estrutura do diálogo se constituiu a partir da seleção de trechos observados no livro Quarto de despejo, resultando em seis eixos de discussão que se conectam entre si (1 - Dificuldades/Custo de vida/Pobreza; 2 – Território/Quarto de despejo / Precariedade; 3 – In-visibilidade / Descarte; 4 – Eu, catadora; 5 – Para além dos resíduos / Resistências / Ações políticas; 6 – Percepções raciais).

A escolha das interlocutoras da associação Moura Brasil se deu buscando estabelecer uma delimitação temporal que possibilite a apreensão de elementos que se relacionem a: 1 - Questões geracionais, 2 - Se integraram ao coletivo após a criação do grupo ou formalização da associação; 3 - Que atuam em alguma experiência vinculada ao poder público municipal e/ou estadual. Através desses marcadores, acredito ser possível acessarmos vivências particulares que se entrelaçam atualmente, mas possuem suas especificidades dos pontos de vista social, político, geracional, territorial etc.

A organização dos diálogos iniciais se deu de forma semelhante ao trabalho realizado como o livro “Quarto de Despejo”. A partir da transcrição dos registros em áudio, feitos a partir do telefone celular, foi construída uma planilha organizadora indicando as falas de cada pessoa, destacadas com cores diferentes, bem como o agrupamento das “antecessoras” e continuadoras do trabalho na reciclagem de resíduos sólidos. A partir da análise do material registrado, bem como das percepções e experiência vivida durante os momentos de trabalho no campo, outros eixos afetivos, teóricos e políticos emergiram numa tentativa de apreender as várias nuances que se colocaram nesse universo de pesquisa. Os grandes eixos que foram acrescentados foram:

(Quem Sou Eu?; Políticas Públicas/Contradições no Território; Percepções sobre a presença de equipamentos públicos e privados no território; Percepção sobre o trabalho das mulheres na catação; Percepções sobre o trabalho na reciclagem anteriormente e atualmente; Percepções Relacionadas a aspectos geracionais).

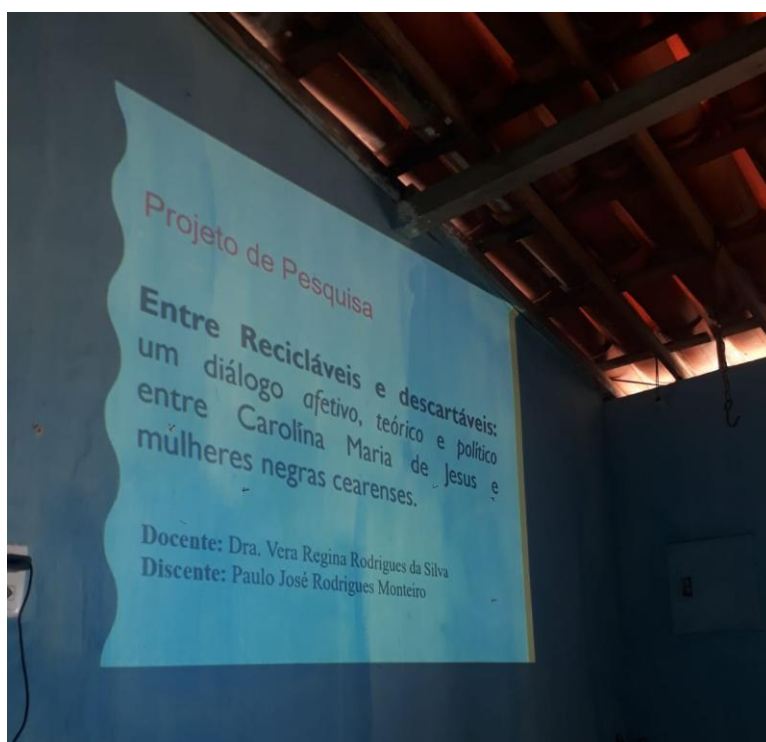
Ao termos como universo da pesquisa as experiências vividas pelas mulheres negras catadoras, que lidam com o excesso de resíduos produzidos e despejados na planeta, há uma decisão política de problematizar questões sensíveis e muitas vezes estancadas ou secundarizadas nas reflexões acerca da constituição da nossa sociedade, como as questões raciais e de gênero, profundas marcas produzidas e potencializadas pela lógica colonial impetrada e mantida ainda hoje no Brasil, nos aproximam de discussões teóricas que trazem também para seu escopo a forma de habitar a Terra-Mundo, as cidades, os territórios, as favelas, bem como as mazelas produzidas por relações muitas vezes não confrontadas e por vezes distanciadas, negadas que são as questões ecológicas, políticas, territoriais, raciais etc.

Dessa forma, proponho trazer também para esse diálogo, um teórico negro chamado Malcon Djama Ferdinand que reflete sobre as interações entre o colonialismo e os problemas ambientais vivenciados. Importante ressaltar que da mesma forma que essa pesquisa se propõe a descentralizar o saber, valorizar os aportes teóricos, afetivos e políticos de age e é afetado/a pelos elementos discutidos até aqui, Malcon Ferdinand também desloca essa discussão para ter como locus de sustentação de suas reflexões o Caribe, como forma de reconhecer neste local a autoridade para falar sobre os problemas e saídas que lhe dizem respeito.

Expostas essas premissas, e ressalvadas todas as intercorrências presentes na construção da pesquisa, pretendo percorrer um processo afetivo, que faça sentido para as interlocutoras, que acesse também memórias, histórias e sensibilidades com referenciais teóricos que forneçam elementos substanciais para compreensão e articulação das complexidades elencadas e político do ponto de vista de uma reflexão que promova consequências concretas na vida das pessoas, inspirando discussões, consensos e discordâncias, mas sobretudo contribuindo para a desconstrução dessas invisibilidades e inexistências.

Na sequência as mulheres integrantes da Associação de catadoras e catadores do Moura Brasil se apresentam, trazendo suas histórias, trajetórias e tomando para si, parte fundamental na construção desse trabalho, por meio de suas visões críticas das realidades que as cercam.

Figura 3 – Registro da Apresentação da Pesquisa às interlocutoras



Fonte: Acervo Vera Regina Rodrigues da Silva (2023).

Figura 4 – Apresentação da Pesquisa às interlocutoras – Ornamentação do ambiente



Fonte: Acervo Vera Regina Rodrigues da Silva (2023).

Figura 5 – Apresentação da Pesquisa às interlocutoras – Registro do grupo



Fonte: Acervo Paulo José Rodrigues Monteiro (2023).

2 NÓS, AS CATADORAS

“Cato papel. Estou provando como vivo... Eu não estou descontente com a profissão que exerço”. (JESUS, 2014, p.20 – 22).

O exercício permanente, porém, nem sempre constante de tornar-me pesquisador, antropólogo, tem produzido em mim des-locamentos, des-conhecimentos e problematiza-ções sobre as realidades com as quais tenho me deparado e principalmente às que estou inserido enquanto sujeito também afetado por dinâmicas excludentes e violentas. Para mim, um dos grandes desafios desse trabalho de pesquisar, certamente tem sido permitir-me ser afetado pelas realidades vividas, sem perder o foco daquilo que orienta uma construção científica.

Nesta sessão explicitamos, histórias, memórias, afetos carregados também de criticidade sobre suas vidas, trajetórias na catação, bem como das inúmeras costuras que tiveram e têm que fazer para seguir re-existindo. As catadoras, interlocutoras desta pesquisa colocam voz, sentimentos e aprofundam reflexões a partir dos seus locais pessoais e coletivos, espaço corpo e espaço chão da comunidade que vivem.

Este capítulo certamente foi um dos mais difíceis de escrever neste momento, não pela ausência de elementos, mas pela profundidade das partilhas, da honra de poder escutar essas mulheres, da gratidão pela abertura de suas casas e realidades que não param no momento do diálogo, mas continuam ali, no território/casa pulsantes e reais, embora reconheça as fronteiras que muitas vezes são estabelecidas, sobretudo quando se trata de vida, de particularidades. Tento nesse trecho fazer um resgate sobre alguns elementos que nos ajudam a perceber o caminho feito pelas interlocutoras no trabalho com resíduos sólidos recicláveis a partir de relatos de memórias, sentimentos, indignações, dores, forças, desejos e reflexões críticas da realidade em que vivem, e posteriormente uma breve apresentação sobre quem são essas mulheres.

De frente ao mar que banha o Moura Brasil, acompanho o movimento das ondas, num vai e vem constante que me diz que é importante sentir e experienciar, mas também saber o momento certo de retornar e estabelecer limites enquanto pesquisador que se pauta por orientações específicas, metodologias estabelecidas, mas não deixa de ser gente, negro, periférico.

Inspirado por Carolina Maria de Jesus, que “é” (aqui utilizo o verbo no presente, pois Carolina Vive e muitas Carolinas continuam escrevendo histórias de lutas e resistências) capaz de nos fazer mergulhar em suas vivências na favela do Canindé a partir dos fragmentos registrados em seu diário de uma favelada, proponho que essa trajetória seja contada tendo como

referência as próprias falas das mulheres catadoras resultantes dos diálogos que realizamos, num reconhecimento de suas contribuições para essa pesquisa, e principalmente da legitimidade para falar sobre suas histórias de vida a partir do que chamo de “Diálogo-Diário-Memória”, tendo em vista que, ao contrário de Carolina que escrevia no papel, os registros das interlocutoras estão registrados em suas memórias.

Seguindo essa perspectiva política e metodológica de contribuir com a visibilidade das mulheres catadoras, a partir de diálogo e autorização das interlocutoras através de assinatura de Termo de autorização de uso e divulgação de imagem, proponho trazer para o escopo deste trabalho as falas, reflexões, reivindicações, histórias de vida, mas também as imagens dessas mulheres, para que sejam visualmente conhecidas e re-conhecidas, dadas as contribuições relevantes que as mesmas destinam a todo o conjunto da sociedade, extrapolando os muros, cercas, avenidas do bairro Moura Brasil.

- **Carolina Maria de Jesus**

Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento-MG, em 14 de março de 1914, tendo sua família migrado para a cidade no início das atividades pecuárias na região. Oriunda de família humilde, a autora estudou pouco. Mudou-se para São Paulo em 1937, quando a cidade iniciava seu processo de modernização e assistia ao surgimento das primeiras favelas. Carolina e seus três filhos – João José de Jesus, José Carlos de Jesus e Vera Eunice de Jesus Lima – residiram por um bom tempo na favela do Canindé, onde sobrevivia a partir da catação de resíduos sólidos recicláveis, como papéis, ferros e outros materiais nas ruas da cidade, vindo desse ofício sua única fonte de renda. Leitora voraz de livros e de tudo o que lhe caía nas mãos, logo tomou o hábito de escrever. E assim, iniciou sua trajetória como escritora registrando seu cotidiano no “quarto de despejo” da capital em cadernos que recolhia do lixo e que se transformariam mais tarde nos “diários de uma favelada”.

Certo dia Carolina estava em uma praça vizinha à comunidade, quando percebeu que alguns adultos estavam destruindo os brinquedos ali instalados para as crianças. Sem pensar, ameaçou denunciá-los, fazendo-os personagens do seu livro de memórias. Ao presenciar a cena, o jornalista Audálio Dantas, na década de 1950, iniciou um diálogo com a mulher que possuía inúmeros cadernos nos quais narrava o drama de sua indigência e o dia-a-dia do Canindé. Dantas de imediato se interessou pelo precioso material que tinha em mãos e se comprometeu em reunir e divulgar o mesmo.

Figura 6 - Carolina Maria de Jesus



Fonte: Companhia das Letras (2023).

A publicação de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* aconteceu em 1960, tendo o livro uma vendagem recorde de trinta mil exemplares, na primeira edição, chegando ao total de cem mil exemplares vendidos, na segunda e terceira edições. Além disso, foi traduzido para treze idiomas e distribuído em mais de quarenta países. A publicação e a tiragem dos exemplares demonstram o interesse do público e da mídia pelo ineditismo da narrativa.

Carolina Maria de Jesus publicou ainda mais três livros: *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços de Fome* (1963), *Provérbios* (1963). O volume *Diário de Bitita* (1982), publicação póstuma também oriunda de manuscritos em poder da autora, foi

editado primeiramente em Paris, com o título *Journal de Bitita*, que teria recebido, a princípio, o título de *Um Brasil para brasileiros*. Em 1997, o pesquisador José Carlos Sebe Bom Meihy, autor do volume crítico *Cinderela negra*, em que discute a vida e a obra da autora, reuniu e trouxe a público um conjunto de poemas inéditos com o título de *Antologia pessoal*. Todavia, nenhuma destas obras conseguiu repetir o sucesso de público que *Quarto de despejo* obteve. Mas além dos livros, Carolina produziu uma gama de obras que perpassam contos, peças de teatro, letras de música, etc cujos materiais digitalizados estão disponíveis para pesquisa no Acervo de Escritores Mineiros da UFMG, fruto de doação do pesquisador José Carlos Sebe Bom Meihy.

Em 13 de fevereiro de 1977, a autora faleceu em um pequeno sítio, na periferia de São Paulo, quase esquecida pelo público e pela imprensa. Mais recentemente, e para além do interesse despertado pela trajetória de vida, seus escritos vêm inspirando a exemplo dessa dissertação, artigos e teses, em função das importantes reflexões e debates propostos por Carolina acerca de inúmeros temas que afetam a população brasileira, sobretudo as mais empobrecidas, negras, mulheres.

Em paralelo, sua trajetória de mulher negra, marginalizada e oriunda dos estratos mais carentes da população brasileira já é objeto, até agora, de três biografias, assinadas por pesquisadores de peso: a primeira, escrita por Eliana de Moura Castro em parceria com Marília Novais da Mata Machado; a segunda, assinada por Joel Rufino dos Santos; e a terceira, de 2018, de autoria de Tom Farias, conhecido por seus relevantes trabalhos sobre a vida e a obra de Cruz e Sousa e José do Patrocínio.

Na década de 2000, foi inaugurado no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, o Museu Afro-Brasil, cuja biblioteca leva o nome de Carolina Maria de Jesus. A biblioteca possui cerca de 6.800 publicações com especial destaque para uma coleção de obras raras sobre o tema do Tráfico Atlântico e Abolição da Escravatura no Brasil, América Latina, Caribe e Estados Unidos.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (UNILAB) também contribui para o fortalecimento da memória e resistência de Carolina Maria de Jesus enquanto uma teórica imprescindível para nossa história com a inauguração em outubro de 2022 do Centro Cultural Carolina Maria de Jesus, localizado no Campus das Auroras, município de Redenção, no Ceará. O Centro Cultural conta com sala especial para ensaios, com isolamento acústico; e sala multiuso, que pode ser usada para apresentações culturais, palestras, mesas-redondas, entre outros eventos.

A Antropóloga e docente da UNILAB, Vera Rodrigues que proferiu a palestra na inaugural do equipamento “Carolina Maria de Jesus: inspiração afetiva, teórica e política”, com a mediação da estudante de Letras – Língua Portuguesa Jandira Dala, comenta:

“Assim como as reflexões de Carolina Maria de Jesus, que o Centro Cultural nos inspire a refletir afetiva, teórica e politicamente. Nós, que já vivenciamos quartos de despejo na vida, que não fomos convidados para a sala de visitas, mas abrimos portas com as cotas étnico-raciais, por exemplo”. (RODRIGUES, 2022)

Figura 7 - Jandira Dala e professora Vera Rodrigues durante palestra sobre Carolina Maria de Jesus



Fonte: Secom – UNILAB Ceará (2022).

2.1 DIÁLOGO-DIÁRIO-MEMÓRIA: TRAJETÓRIAS DAS INTERLOCUTORAS NA CATAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS

• Diário-Memória de Eliane Oliveira

“Quando a gente começou nesse trabalho não tinha associação ainda; A gente foi abordada com a “Criança fora da rua, dentro da escola; Aí como eles ajudava nós e lá tinha assistência social aí eles acharam de fazer tipo um trabalho pra nós, que quem era do “fora da rua, dentro da escola” tinha que ter um trabalho, né? Porque não ia durar pra sempre esse dinheiro. Aí de lá a gente ficou na associação de lá do Centro Comunitário.

Eles abriram tipo um galpão pra nós, né? Lá na Ildefonso Albano, mas antes disso, antes de começar trabalha aí, nós, eu e a Espedita, nós trabalhava no meio da rua. A gente saía de madrugada, eu, ela e o marido dela, né? Nós ia pra Beira Mar, todo canto atras de latinha, né? Nós andava com um saco, aí era eu, a Espedita e o Valdemir. Era nós três que começou no projeto, daqui né? Do bairro aqui. Porque assim ó... na época a Caritas sempre estava junto de

nós. Todo mês tinha uma reunião pra gente na Cáritas, a gente ia. Não sei se você conhece Dona Cristina. Foi ela que organizava as reuniões pra gente ir. Todo mês, dia de domingo.

Eu acho é legal o trabalho da reciclagem. Trabalhei sete anos puxando a carroça. Desde quando começou esse negócio lá que a Espedita tentava abrir a associação. Tentava de todo jeito até que ela conseguiu, né abrir a associação. Só que ela abriu a associação, mas cadê o espaço, que nós nunca conseguimos pra ter a associação mesmo daqui, a Associação Moura Brasil de recicladores? Não tem, né um canto assim. Faz muito tempo que a Espedita lutava. Desde 2000. De 2000 pra cá são muitos anos, né? Ela andou muito, ela andou muito tempo né? Até que ela conseguiu, né? Abrir a associação. Abrir assim... tem a associação, só não tem o espaço, né?”

- **Diário-Memória de Sônia Nascimento**

“Eu não me lembro, mas quando eu comecei a trabalhar com reciclagem eu fui convidada pela Espedita. Aí nós nos conhecemos e ficamos trabalhando. Eu fui depois da Eliane. Quando a Eliane saiu eu fui. Eu gosto do que eu faço, gosto de estar na reciclagem, me sinto bem. Pelo amor e pela necessidade também, né? Que não vamos estar com mentira dizer que a gente não precisa, né? Que a gente precisa. Se a gente cata a reciclagem é porque precisa. Agora eu só acho uma coisa assim na reciclagem que a gente não avançou. É porque quando a gente sai da reciclagem, adocece, a gente fica abandonada por tudo. É sim!”

- **Diário-Memória de Espedita de Jesus**

“Eu sempre trabalhei com o meio ambiente, né? Eu trabalhei no cemitério, trabalhei na frente de serviço pela prefeitura, no bairro limpando as ruas, aí foi quando acabou o projeto, e eu fiquei parada dentro de casa, aí quando os meninos entraram no projeto e o projeto era acompanhado pelo Centro Comunitário Dom Lustosa, e a assistente social lá era a dona Beatriz, aí ela fez um convite pra gente fazer um curso de reciclagem que ia ter um projeto do governo que era o projeto reciclando e perguntou se eu e a Eliane queria participar. A gente fizemos umas oficinas pra entender melhor sobre a reciclagem e chegou uns carrinho, chegou o fardamento e nós ficamos trabalhando no projeto. Saía daqui, e ia pro centro comunitário na Ildefonso Albano, e lá gente pegava o carrinho e fazia a coleta pelo bairro Meireles, pela Aldeota, Varjota, toda aquela redondeza por ali, pro centro, e levava pra lá que lá tinha um espaço que armazenava as coisas lá.

E com tudo isso foi o que aconteceu, a coordenadora teve um momento que ela chegou pra gente e disse: “gente nós vamos precisar desse espaço pra fazer a parte do idoso, que vai

chegar outros projetos, vai chegar outras oficinas e o centro comunitário é pequeno”. Pronto, nós fiquemos nervosos, né? Sem saber pra onde ir. Aí colocaram a gente lá pra EMLURB²⁰, e todo mundo se afastou. Porque já tinha umas pessoas de idade, se aposentou, não tinha condição de ir pra lá. Ficou só eu e o Valdemir, entende? Aí foi quando em 2000 eu conheci a dona Cristina e a dona Cristina nos fez um convite pra participar de umas coisas que estava tendo na Cáritas, que tinha uns encontros dos catadores, eram as plenárias que tinham. Só que quando a gente foi pra EMLURB, lá não tinha condições da gente ficar porque nós tava abandonado e não tinha condições de levar material pra lá puxando, porque já estava começando a concorrência.

Pra mim significa que eu sou uma catadora, que trabalho pra sociedade e trabalho pro meio ambiente, e que através desse trabalho é que eu trago o pão de cada dia pra dentro da minha casa. Porque é um trabalho que eu estou fazendo pra população ao todo e pra o meio ambiente. Eu aprendi muita coisa, mas eu perdi muito porque fiquei muito tempo longe dos meus filhos, na adolescência deles, porque quando você é mãe e pai e tem que trabalhar, você nunca consegue fazer as duas coisas, sempre vai ficar um descoberto e eu corri muito atrás da reciclagem que era o meu trabalho. Claro que eu tinha que correr, que trazia o pão de cada dia pra dentro de casa. Aí o quê? Abandonei eles. Faltou a presença de mãe e de pai, às vezes eu me culpo nisso. Aonde eu sofro, entende? Aí quando eu falo assim, que o pessoal que tão agora não valoriza o que eu fiz, por quê? Nesse ponto aí que eu me dediquei muito e esqueci da minha casa, porque é muito desafio.”

• **Diário-Memória de Carla de Jesus**

“Desde pequena eu vejo ela (Mãe - Espedita Maria de Jesus) catando. Eu acho que eu gosto mais porque eu procuro as coisas, eu acho um monte de coisa interessante. Eu gosto de ser catadora. Eu tenho dificuldade não, é tranquilo. A pessoa fala até assim, “Tu é catadora de que? De lixo? Eu... não é lixo, é reciclagem! Às vezes é uma briga porque a pessoa diz que é lixo, aí eu digo, não é lixo, é reciclagem... “mas não é no lixo?” Não é no lixo. O caminhão traz reciclagem. Às vezes tem um pouquinho de lixo, mas aí é o de menos. A Raquel vai pra um monte de reunião, ela já se acostumou, eu não. Eu vou pras reunião, mas eu fico mais calada.”

²⁰ Empresa Municipal de Limpeza e Urbanismo de Fortaleza – EMLURB.

- **Diário-Memória de Raquel Nascimento**

“Hoje em dia eu me sinto mais... como é que eu digo, uma coisa boa? Porque antes, eu não vou mentir, eu era mais vergonhosa, não gostava nem de falar. Dessa associação que hoje eu faço parte eu acho que eu já fui tudo. Eu já fui secretária, eu só não fui tesoureira, mas já fiz parte do conselho fiscal, já fui secretária, hoje em dia eu sou a presidente. Eu sinto muito orgulho do meu trabalho. Eu vejo que hoje em dia as pessoas fala comigo de outra forma, não assim... Ah ali é catadora de lixo como eles falam, né? Não, eles já conversam assim comigo de igual pra igual, eles se interessam, eles querem saber como é o nosso trabalho, a maioria das perguntas hoje em dia infelizmente é quanto é que a gente ganha, mas fora isso, eles também se interessam em saber como é nosso trabalho, nosso dia a dia. Hoje em dia eu tenho muito orgulho do meu trabalho. Eu tinha vergonha. Hoje em dia eu não tenho mais vergonha de nada. Eu trabalho com coleta seletiva!”

2.2 AS FUNDADORAS DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORAS/ES DO MOURA BRASIL

“- Maria Eliane Oliveira de Albuquerque, 59 anos, mulher negra, natural de Pentecoste, município do Ceará, chegou a Fortaleza no ano de 1979, aos 15 anos de idade, vindo de ônibus com alguns familiares. Ao chegar à capital, viver em casa de familiares (tia) até estabelecer uma mínima condição de ter um lugar próprio para morar. Mãe de 07 filhos, atualmente se divide entre os desafios do trabalho fora e dentro de casa e o cuidado netos.

Sendo uma das primeiras componentes a realizar o trabalho com resíduos sólidos recicláveis, figura como uma das fundadoras da associação, onde hoje atua como membra do conselho fiscal, depois de um longo período de atuação individual onde foram descobertas e se descobriram enquanto catadoras de resíduos sólidos recicláveis. Conforme aponta em sua fala, iniciou na catação a partir de um programa governamental chamado “Criança fora da rua, dentro da escola” que atuava na perspectiva do combate ao trabalho infantil e fortalecimento da estrutura familiar. Desde que chegou, já passou por algumas ruas do Moura Brasil, mas há algumas décadas se instalou de forma permanente na rua de frente à Avenida Leste-Oeste, de onde vive e observa as várias dinâmicas da comunidade.

Tendo em vista os inúmeros desafios e todos os desdobramentos que fez e faz para superá-los, se considera com as suas palavras “uma guerreira”. Ao ser questionada sobre as atividades que gosta de realizar para além do trabalho, expõe uma das faces da realidade que atinge as mulheres, sobretudo pobres, negras e periféricas respondendo: “Eu não gosto de costurar, não

gosto de ler, fico só em casa. Eu não saio pra canto nenhum. Do trabalho pra casa. Meu lazer é fazer as coisas dentro de casa”.

- Sônia Maria Nascimento Silva, 51 anos, mulher negra, natural de Frecheirinha, município do Ceará, chegou a Fortaleza tendo o trem como transporte, assim como milhares de retirantes que desembarcaram na capital e se instalaram no local que hoje vem a ser o bairro Moura Brasil, tendo 09 anos de idade. Ao contrário das pessoas que chegavam tendo a seca como principal motivo, a família de Sônia Nascimento foi afetada por uma enchente que ocasionou a perda da casa e de todos os seus bens. Em Fortaleza morou com familiares do pai até que após algum tempo sua mãe “arrumou” uma casa para que morarem.

Considera-se uma mãe boa para seus quatro filhos/as e uma ótima avó para seus seis netos/as, por considerar que faz por todos/as da mesma forma, ajuda a todos/as da forma que pode. Segundo as palavras dela, é uma mãe de coração mole, pois quando o desejo é de muitas vezes jogar tudo pro alto, logo pensa na família e desfaz os planos que até então tinha como objetivo a afastar da mesma.

Sônia Nascimento também iniciou no trabalho da catação quando ainda não existia associação formalizada, a convite de Espedita de Jesus, outra interlocutora fundadora. Atualmente está fazendo tratamento de saúde que exige um afastamento da atividade de catação, mas seu desejo é logo logo poder voltar a exercer a atividade que a mesma relata ser exercida por amor e necessidade.

Figura 8 – Sônia Maria Nascimento Silva - Catadora da Associação Moura Brasil



Fonte: Acervo Paulo José Rodrigues Monteiro (2024).

Sobre seu lazer, atividades que gosta de fazer quando não está trabalhando, a resposta da interlocutora é a seguinte: “Eu gosto de costurar, mas não posso costurar mais, estou ceguinha já da vista, não estou mais nem enxergando direito. Ler revista eu gosto de ler também. Eu não gosto de sair de casa, que eu tenho medo de sair de casa; Eu não tenho momento só. Eu tenho vontade de as vezes de sair no meio do mundo, mas por causa do meu “bebê”, o pai dele fica só me chamando aí eu não saio não, pois eu sou uma mãe de coração mole”.

A dinâmica de enfrentamento constante às adversidades da vida, revela uma Sônia que luta e reconhece seu valor quando diz: “Eu sou mais do que uma guerreira, eu sou uma vencedora!”

- Eu sou a Espedita, que vim do Crato e vim aqui pra cidade de Fortaleza a procura de emprego e me coloquei num projeto, o “reciclando” aonde eu comecei a trabalhar de catação.; É eu acho que eu tinha mais ou menos uns vinte e nove anos.; Quando eu vim pra cá eu morei na Santo Inácio, mas que faz parte do Moura Brasil também. De lá, vim morar aqui no morro, que lá é Jacarecanga e morro aqui. Eu vim eu já tinha um filho de um ano e outro que estava recém-nascido. Aí foi quando eu saí da casa da minha sogra e fui morar num quartinho lá na rua da saudade. A gente tava sem trabalhar, aí uma colega minha arrumou um emprego no cemitério. Trabalhei no cemitério aguando, aí depois passei pra frente do serviço. Aí foi quando os meus meninos foram abordados pelo programa criança dentro da escola e fora da rua aí que eu entrei no projeto e consegui um espaço. Aí encontrei um espaço aqui pra morar na Rua do Trilho, aí de lá eu fiz uma casinha de tábuas aí consegui um dia um projeto e levantei de tijolo. Aí depois fiz a troca da casa de lá por essa aqui.

A fala de Espedita Maria de Jesus, 57 anos, mulher negra, catadora de resíduos sólidos recicláveis, por si só é um relato direto sobre sua trajetória e inserção no trabalho de catação. É uma das principais referências da associação de catadores/as do Moura Brasil, pois mobilizou e articulou todo o processo desde à informalidade até a constituição e formalização jurídica da entidade, tendo dedicado praticamente sua vida para a existência e permanência desse grupo de catadores/as organizados/as no bairro.

Ao comentar sobre sua trajetória e crescimento pessoal e coletivo, fala sobre a importância do trabalho, mas que essa atividade não pode se descolar da realidade social, política, ambiental etc em que estão inseridos/as. Dessa forma mostra uma consciência crítica que a luta de décadas em prol de dignidade a possibilitou despertar. Isso fica evidenciado quando diz: “Participar das coisas que é preciso, porque não adianta eu ficar só no galpão separando o material sem saber o que está acontecendo no meu redor. Eu tenho que participar. Eu tenho que

ir pras reuniões, eu tenho que visitar os órgãos, eu tenho que fazer visitas, eu tenho que correr atrás.”

Mostra que sua vida não se resume à catação, mas possui outras nuances, outros dons e habilidades que muitas vezes encontram-se adormecidos em decorrência dos fardos pesados do cotidiano. “A Carla trouxe uns panozinho e eu fiz uma colcha pra ela na mão, pra ela e pro novinho. Eu tava até dizendo eles que eu ia comprar uma máquina, que eu fiz o curso no tempo do Dom Lustosa, do projeto. Eu fiz o curso de costura lá e fiz de salgado, muitas coisas que eu sei fazer”.

Figura 9 - Espedita Maria de Jesus - Catadora da Associação Moura Brasil



Fonte: Acervo Espedita Maria de Jesus (2023).

2.3 AS CONTINUADORAS

Carla de Jesus Ferreira, 27 anos, é uma mulher negra, catadora, que nasceu em Fortaleza, já no bairro Moura Brasil. Considera-se uma pessoa muito vergonhosa, não em relação ao seu trabalho, pois relatou em nossos diálogos um reconhecimento sobre a importância da atividade que desenvolve, bem como a dignidade desse trabalho, mas ainda se sente retraída nos inúmeros

momentos que têm participado em decorrência do trabalho na catação, não gostando de falar em público, embora reconheça que já avançou muito nesse sentido.

Ainda na faixa etária da juventude, iniciou a catação pouco antes da sua maioridade, ao ver sua mãe, Espedita de Jesus, na lida diária com os resíduos recicláveis e nas ações de cunho político em busca de melhorias para o coletivo de catadores/as. Revela que gosta do seu trabalho, sobretudo pelo contato que tem com as “novidades” que encontra todos os dias junto aos materiais que manejam, sendo uma mulher “muito trabalhadora” como ela mesma se define, além de ser uma pessoa que vive com alegria.

Diferentemente das histórias das *fundadoras*, no que se refere à escolarização, Carla de Jesus concluiu o Ensino Médio e tem uma maior apropriação de recursos tecnológicos, coisa que gosta muito de fazer, sobretudo jogos e mídias digitais, comunicação, administrativos e burocráticos que fazem parte da vida da associação, onde hoje exerce a função de tesoureira, como relatórios, prestações de contas, troca de e-mails, utilização de redes sociais etc.

Figura 10 - Carla de Jesus Ferreira - Catadora da associação Moura Brasil



Fonte: Acervo próprio – Carla de Jesus Ferreira (2023).

- Francisca Raquel Nascimento Silva Aires, 36 anos atualmente, é uma mulher negra, catadora de resíduos sólidos recicláveis que exerce no momento, a presidência da Associação de Catadores do Moura Brasil. É natural de Fortaleza, Ceará, e também iniciou o trabalho de catação ainda na sua juventude, inspirada por sua mãe, Sônia Nascimento, com quem morou até os 27 anos de idade. Relata que aos 33 anos necessitou sair do bairro, em busca de melhorias no tocante

à conquista da sua casa própria, o que só foi possível nesse momento em um município vizinho chamado Caucaia.

“Eu nasci aqui, né? Aí agora com meus trinta e três anos, eu saí aqui do bairro, fui morar em outro bairro, mas por causa da oportunidade, né? Porque aqui eu não tinha uma oportunidade de conseguir a minha casa própria e em outro bairro eu tive essa oportunidade. Só por causa disso, mas é meio que eu morar aqui, porque todo dia eu tô aqui, o meu trabalho é aqui no bairro, né? Então eu me esqueço até de dizer que moro em outro bairro as vezes”.

Como relatado por Raquel, no trecho anterior, atualmente sua residência está localizada em outro local, mas todo seu trabalho e atuação política e social se dá em função do bairro Moura Brasil, onde permanecem praticamente todas as suas raízes familiares, sociais, profissionais etc. Relata que mudou-se do bairro há oito anos atrás, quando conheceu seu esposo e juntos perceberam que precisariam avançar em relação à sua moradia, que naquele momento não foi possível mais próximo.

Raquel considera-se “uma mulher extrovertida, corajosa, verdadeira, honesta, alegre e muito trabalhadora... eu faço tudo ali, tanto como coordenar como até o peso, como até a coisa mais fácil, como até a coisa mais difícil. Eu pedalo, eu coeto, eu trio, eu falo, eu grito, eu faço tudo. Entendeu?”. Enquanto uma *continuadora*, Raquel também finalizou o ensino médio. Revela seu contentamento ao atuar no meio público, em projetos sociais que impactam a vida das pessoas, e também nos deixa saber sobre uma habilidade e gosto quando está fazendo comida.

Figura 11 - Francisca Raquel Nascimento Silva Aires - Catadora da Associação Moura Brasil



Fonte: Acervo próprio – Francisca Raquel Nascimento Silva Aires (2023).

3 MOURA BRASIL: UM QUARTO DE DESPEJO EM FORTALEZA?

“Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.” (JESUS, 2014, p.37).

No último censo realizado no Brasil, no ano de 2022, a população estimada da Cidade de Fortaleza era de 2.428.708 habitantes e a densidade demográfica era de 7.775,52 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outras cidades do estado do Ceará, Fortaleza ficou na primeira posição no que se refere a esses dois aspectos entre os 184 municípios. Já na comparação com municípios de todo o país, ficou na 4ª e 8ª posições respectivamente, entre as 5.570 cidades brasileiras.

Aprofundar essas complexidades, desvendar contradições e, a partir do entrelaçamento entre os dados públicos e as vivências das catadoras perceber como o Moura Brasil tem sido afetado pelas questões urbanas muitas vezes desordenadas, intencionais e segregacionistas é o que buscamos nesta sessão. Dialogar sobre a realidade local e como isso tem se refletido no cotidiano de quem lá reside.

Até o ano de 2020, a cidade de Fortaleza era dividida em seis (06) Secretarias Executivas Regionais. A partir de uma proposta do prefeito à época, Roberto Cláudio (PDT), o objetivo era de agregar nos territórios e regionais, bairros de condições socioeconômicas parecidas. Ao assumir a gestão, em janeiro de 2021, o atual Prefeito de Fortaleza, José Sarto (Também do PDT) prosseguiu com a ampliação das 06 para 12 Regionais e 38 Territórios.

Com o redesenho, o bairro Moura Brasil, que até então pertencia a SER 1, passou a ser administrado territorialmente pela SER 12 e juntamente com os bairros Centro e Praia de Iracema, compõe o território 1. É importante ressaltar que, contrariando a proposta inicial, os bairros mencionados apresentam proximidade, mas suas características e níveis de investimento são totalmente diferentes uns dos outros.

Em relação à quantidade de habitantes no bairro Moura Brasil, segundo dados sistematizados pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) quando da elaboração do Plano Fortaleza 20240²¹, a população estimada era de 3.765 pessoas, sendo destas

²¹ O Plano Fortaleza 2040 é um planejamento para a cidade de Fortaleza, com estratégias a serem implementadas no curto, médio e longo prazo, tendo como horizonte o ano 2040. O plano contempla os eixos urbanístico, mobilidade e desenvolvimento econômico e social.

aproximadamente 52,3% mulheres e 47,7% homens. Ainda sobre essa estimativa, percebemos que a Secretaria Municipal de Saúde considerava em 2022, algumas semanas antes do lançamento dos dados provenientes do censo realizado pelo IBGE em todo o território brasileiro, que o número de habitantes do Moura Brasil era de 4.150 pessoas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) local está entre 0 e 0,499 figurando no nível considerado “Muito Baixo” segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) de Fortaleza.

Figura 12 - Mapa do Território da Regional 12



Fonte: Instituto de Planejamento de Fortaleza – IPLANFOR (2021).

Até o ano de 2018, segundo informações apresentadas no diagnóstico territorial que engloba o Moura Brasil, o bairro era praticamente em sua totalidade composto por assentamentos precários, ficando fora dos limites apresentados no mapeamento somente a parte de baixo do morro, ou seja, atravessando a Avenida Leste ou outros equipamentos, como o Instituto Médico Legal por exemplo. Assentamentos precários, de acordo com o IBGE são zonas que comportam a partir de 51 unidades habitacionais que não possuem título de propriedade e que possuam deficiência de políticas e equipamentos públicos essenciais às necessidades básicas da população, como por exemplo: coleta de lixo, rede de água e esgoto, vias e lotes irregulares, iluminação pública.

Figura 13 - Mapa de Assentamentos precários Moura Brasil



Fonte: Fortaleza em Mapas – IPLANFOR (2020).

Importante salientar que o conceito de território vem sendo amplamente discutido não somente pela Antropologia, mas tem perpassado diversas áreas do conhecimento e dimensões de nossas vidas. Podemos citar também os campos da Geografia, Economia, Psicologia, Sociologia, Ciência Política, etc. Cada um pode compreender o território a partir de questões específicas, que dialogam entre si, também podendo ampliar seus entendimentos sobre o assunto.

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deveria incluir a interação sociedade natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes ligada à concepção de estado); A Economia que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto força produtiva); A Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (HAESBAERT, 2006)

Segundo Rogério Haesbaert (2010) o território já nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece muito próximo de *terra-territorium* quanto de *térreo-terror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação jurídica e política da terra e com inspiração do medo, controle, especialmente para aqueles que, por consequência desta dominação ficam privados da terra, ou no território são impedidos de transitar. Dessa forma, as relações de poder estão presentes não somente enquanto poder político, enquanto dominação explícita, mas também de forma implícita de apropriação.

Para tanto, nos aproximamos das reflexões do filósofo e poeta Antônio Bispo dos Santos (2015) onde nos apresenta uma discussão sobre o território a partir das relações estabelecidas com os fatores sociais, físicos, culturais e políticos, utilizando-se dos conceitos de biointeração, confluência e transconfluência. Por meio da confluência dos modos de vida de algumas comunidades tradicionais brasileiras, baseadas na interdependência da mulher e do homem com a natureza (biointeração), temos uma proposta adversa ao atual modelo de desenvolvimento capitalista, conduzindo à redefinição social dos agentes mobilizados em torno das reivindicações de direitos, o que consolida o posicionamento social e político possibilitando a convivência mais harmoniosa entre os diversos povos tradicionais (transconfluência).

Essa perspectiva nos orienta para um refazer de rumos, deslocamento de olhares para aspectos que até então foram negados ou pouco considerados epistemologicamente, as relações entre todos os seres vivos, a biointeração entre humanos e a natureza da qual fazemos parte, não numa ideia romântica, mas de uma teia de ligações e energias que nos envolvem na conformação desses territórios.

De acordo com o professor Alfredo Wagner (2012), estamos diante de um repensar da Antropologia, num caminho de “dessemantização” do termo território. “Estamos diante de novas formas e novos modos de articular politicamente a noção, além do modo de vida das comunidades e atuação do Estado nesse sentido.” (WAGNER, 2012, p. 225)

No intuito da descolonização do conhecimento é necessário reconhecer o quanto as identidades territoriais foram e ainda são silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico. Ao reivindicarem seu lugar de fala, mestras e mestres, protagonistas das (re)existências em âmbito cultural, político e econômico de distintas populações tradicionais dividem seus saberes, histórias de vida e relações com o território, ferramentas de historicidade e ressignificações. (SANTOS, 2021, p.10)

Finalizo este trecho fazendo um registro e uma modesta homenagem por toda inspiração, importância e potência transformadora de Antônio Bispo dos Santos, mais conhecido como Nego Bispo, que ancestralizou em dezembro de 2023. Nego Bispo nasceu em 1959, no Vale do Rio Berengas, Piauí. Morador do Quilombo Saco-Curtume, São João do Piauí/PI é um ativista político, militante de grande expressão no movimento social quilombola e nos movimentos de luta pelo território. Formado por mestras e mestres de ofício, reivindica seu lugar de fala, como intelectual quilombola, na condição existencial e biográfica e propõe uma nova epistemologia para se discutir da colonização aos atuais modelos de desenvolvimento adotados no Brasil.

É autor de artigos, poemas e dos livros *Quilombos, modos e significados* (2007) e *Colonização, Quilombos: modos e significações* (2015). Como liderança quilombola, atuou na Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOQ/PI) e da Coordenação

Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Destaca-se por sua atuação política e militância, que estão fortemente relacionadas à sua formação quilombola, evidenciada por uma cosmovisão a partir da qual os povos constroem, em defesa de seus territórios tradicionais, símbolos, significações e modos de vida.

Dessa perspectiva, desenvolveu algumas proposições epistemológicas a partir dos saberes tradicionais dos povos “afro-pindorâmicos”, segundo a sua expressão para referir-se aos descendentes africanos e indígenas/pindorâmicos em substituição às designações empregadas pelo colonizador. Seu pensamento vem despertando debates dentro e fora da academia, sobretudo a partir do conceito de “contra-colonização”, que postula uma relação entre regimes sociopolíticos e cosmológicos.

O autor compreende a colonização como um processo etnocêntrico que busca substituir uma cultura pela outra, por meio de práticas de invasão, expropriação e etnocídio. Como sugere o pensador quilombola, o conceito de “contra-colonização” inscreve no processo colonial a ressignificação da matriz cultural dos povos e de suas práticas tradicionais, de modo a ancorar a enunciação e as formas de resistência à colonização.

Figura 14 – Imagem de Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo)



Fonte: Folha de Pernambuco (2023).

3.1 MEMÓRIAS DO ARRAIAL

Dentre várias, uma questão que me chamou atenção durante as consultas aos documentos oficiais da prefeitura municipal foi a presença do nome “Arraial Moura Brasil” no caderno diagnóstico dos territórios Moura Brasil, Centro e Praia de Iracema que compõe o Plano Fortaleza 2040. À primeira vista esse “detalhe” pode passar despercebido ou mesmo irrelevante, mas esse

fato vai ao encontro do que algumas interlocutoras compartilharam no que se refere à formação da comunidade.

- Espedita Maria de Jesus - Catadora, moradora da comunidade: *“Antes chamava Arraial Moura Brasil. Aí eu não sei porque botaram Moura Brasil, aí tem hora que é centro. E assim a gente fica sem saber qual é mesmo o nome do bairro.”*

- Carla de Jesus Ferreira – Catadora, moradora da comunidade: *“Teve uma vez que teve uma briga entre eu e o motorista que ele disse que aqui era o Oitão Preto e eu disse que é Moura Brasil, porque no aplicativo sai Moura Brasil”.*

Essa falta de assertividade relacionada ao nome do bairro perpassa também por algumas incertezas ou pouco conhecimento sobre questões históricas e estruturais que possivelmente ainda impactam o local, a forma como é percebido pelos seus moradores e os estereótipos internos e externos ao território, inclusive podem parecer, como na fala de Carla, uma dupla tentativa de ao mesmo tempo reafirmar a existência da comunidade e seu pertencimento a ela, como também pode significar uma recusa e tentativa de afastamento a qualquer movimento de aproximação ou identificação com o “Oitão Preto” dadas as características, e principalmente o imaginário social que se criou do local, externa e internamente ao território. A partir dos diálogos estabelecidos com as interlocutoras e aprofundamentos em outras fontes de pesquisa, percebo que há pontos em aberto ou mesmo interrogações sobre alguns elementos da constituição da comunidade, mas também uma falta de aprofundamento ou apagamento sobre como esses elementos foram construídos, o que significaram para a dinâmica local e como estão presentes até hoje no dia a dia do território.

As transformações físicas que o local passou fazem parte da memória de todas as interlocutoras com quem conversei. Algumas enfatizam mudanças mais estruturais e outras com lembranças pontuais de melhorias que tiveram no ambiente em que habitam. Para Eliane Oliveira, Sônia Nascimento e Espedita de Jesus, catadoras da associação Moura Brasil, às quais chamo de *fundadoras*, pois são guardiãs da memória, luta e resistência desde o trabalho individual com reciclagem até a constituição e formalização da associação de catadoras/es, as recordações de como a paisagem foi mudando ao longo do tempo estão mais presentes, bem como das poucas modificações que o “morro”, como chamam, teve no decorrer desse tempo. Para Raquel Nascimento e Carla de Jesus, também catadoras, às quais chamo de *continuadoras*, embora tenham nascido na comunidade, essas informações são mais acessadas através de consultas pela internet através de imagens publicadas por moradores/as e pessoas conhecidas tendo em vista

que de lá pra cá poucas coisas mudaram na comunidade. Tais considerações são percebidas nas falas a seguir:

- Sônia Nascimento – Catadora, moradora do bairro: *“Pra mim não mudou nada. Apenas esse calçamento que fizeram aqui... que melhoria no nosso bairro nós não tem. Benefício nenhum a gente tem. Eu escutei dos mais velhos que era mais pra dentro do mar, as casas era mais lá pra dentro. Aí veio vindo, aí arrastou e nós ficamos parado aqui nesse cantinho aqui e estamos até hoje né?”.*

- Eliane Oliveira – Catadora, moradora do bairro: *“Mudou. Tem umas coisa que é melhor né, mas tem outras que não é. Onde tem essas água aí? Era tudo era casa. O pessoal mais velho fala. Pois é, eu não me lembro assim, que eu cheguei aqui em setenta e nove, né? Já não existia mais essas casas aí. O mar já tinha tomado”.*

- Espedita de Jesus – Catadora, moradora do bairro: *“Mudou muito. As casa e o saneamento, porquê de primeiro era só buraco. Aí a minha casa também era mais pequena, eu puxei pra frente. Aí a rede de esgoto que não tinha. O saneamento que melhorou. Melhorou, mas ainda precisa melhorar mais porque veio um saneamento, mas não foi aquele saneamento completo... Porque eles passaram um calçadão mas não teve o acabamento”.*

- Raquel Nascimento – Catadora: *“Eu não me lembro, mas eu já vi fotos que não existia a Leste né? A avenida, era só praia. Era aqui o morro e a praia. Era uma vila de pescador... mas eu não sei dizer exatamente como foi que foi fundada”.*

- Carla de Jesus – Catadora, moradora do bairro: *“Só as casa que aumentaram e aqui, que não era essas pedrinhas, era areia mesmo, e tinha os trilhos. Só isso”.*

Diante das questões levantadas sobre o avanço do mar e da demolição das casas, vários registros nos apontam para a demolição das mesmas para a construção da Avenida Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (conhecida como Leste Oeste) e posteriormente outros empreendimentos comerciais e religiosos. Nas figuras a seguir podemos constatar o que trazem as interlocutoras sobre a disposição das moradias, a vila de pescadores/as existentes no local, bem como a demolição para construção da Avenida e mais recentemente de alguns equipamentos privados.

A partir das imagens trazidas e da pouca estrutura do local já naquela época, poderíamos nós nos questionarmos se no ano de 1973 não foi inaugurada somente uma avenida que liga os extremos da cidade, mas também estruturou-se uma delimitação entre o des-envolvimento e a precariedade. A partir das provocações de Carolina Maria de Jesus, corroborada pelos relatos das mulheres catadoras que vivem no Moura Brasil, com o processo de urbanização e as obras

realizadas no período na região não ergueu-se também um muro de asfalto e concreto que separa a “Sala de visitas e o Quarto de Despejo”?

Figura 15 - Bairro Moura Brasil em 1960



Fonte: Blog Fortaleza em fotos (2009).

Desde sua constituição, o bairro Moura Brasil já enfrenta inúmeras problemáticas estruturais, e as contradições presentes no local, podem ser percebidas inclusive na obra de melhoria da mobilidade urbana que teve como consequência o rompimento de laços entre a vizinhança que além de terem suas moradias, mesmo que precárias, destruídas, ainda tiveram que ser transferidas para outras comunidades distantes e periféricas de Fortaleza, como os Conjuntos Marechal Rondon, em Caucaia, Vicente Pinzon, Conjunto Palmeira etc.

Percebemos que a lógica de destruição do ambiente natural e interferência na vida das comunidades locais segue seu acontecendo ao longo dos anos tendo como modus operandi a intervenção no local, a remoção de quem de fato e de direito o ocupa, e seu afastamento a espaços alheios aos seus costumes, experiências, pertencimentos e desassistido de políticas públicas que minimamente reduzam os drásticos impactos provenientes de tais deslocamentos forçados.

Figura 16 - Construção da Avenida Presidente Castelo Branco (Leste Oeste)



Fonte: Blog Fortaleza em fotos (2017).

O início dos anos 1970 foi de grande movimentação no sentido das intervenções paisagísticas e urbanísticas em Fortaleza. Essa política apresentada como benéfica socialmente trazia consigo um ideal segregacionista, de afastamento das populações pobres dos centros comerciais, das faixas litorâneas e o distanciamento daquelas pessoas “estranhas” ao convívio social local. Essa lógica imperou e impera fortemente no Moura Brasil, à época chamado de Arraial Moura Brasil.

Os removidos do Arraial Moura Brasil foram transferidos para o Conjunto Marechal Rondon, distante 14 km do Centro de Fortaleza e pertencente ao Município de Caucaia, local, à época, mal equipado de infraestrutura e com condições precarizadas de habitabilidade. Além de receber a população de uma das maiores favelas da capital cearense, esse Conjunto abrigou ainda outras famílias atingidas pelo Programa Integrado de Desfavelamento, projeto de (re) ordenamento urbano e de combate às áreas precárias no período de 1973 a 1980, elaborado no governo do prefeito Vicente Cavalcante Fialho. (BARROS, 2021, p.164).

É importante socializar que são escassas as informações oficiais publicizadas sobre o Moura Brasil, mas as contradições e relações de poder são explícitas desde a constituição do local. De acordo com o Blog denominado “Fortaleza em Fotos” (2009) e matéria veiculada no “Jornal O Povo”, em 05 de setembro de 2013, o bairro teve início a partir da chegada de inúmeros migrantes que viam na capital cearense, mesmo à revelia das autoridades locais, uma forma de sobreviverem a uma forte seca ocorrida por volta do ano de 1932.

Figura 17 – Bairro Moura Brasil nas décadas de 1960 x 1990



Fonte: Blog Fortaleza em fotos (2009).

Nas ferrovias presentes no interior do estado a vigilância era constante para que não viajassem a Fortaleza. Aqueles/as que conseguiam desembarcar na cidade eram presos/as e isolados/as em campos de concentração. Um deles era o “Arraial Moura Brasil” que ficou conhecido à época como “curral”. O governo naquele momento fornecia alguns itens básicos como alimentação e água, como também há relatos que eram entregues cigarros e bebidas para que em troca as pessoas não deixassem o local com destino às outras zonas próximas, como o Passeio público, lugar de encontro e lazer da elite à época, localizado no centro da cidade.

Com o passar do tempo, o governo local encontrou também nessa dinâmica uma forma de angariar mão de obra para trabalhar nas frentes de serviço público, nas inúmeras iniciativas que estavam sendo realizadas naquele período. Era uma forma de oferecer trabalho em condições

precárias para aquelas pessoas que não tinham nenhuma outra alternativa a não ser aceitar ou continuar totalmente desamparada em decorrência das grandes secas que assolaram o Ceará.

Para Belik (2023, p.4) a dinâmica de aglomeração de retirantes em alguns locais do estado remonta da década de 1870 com os *abarracamentos*, enquanto a nomenclatura e a estruturação dos “Campos de concentração” iniciaram por volta de 1915, também dialogando com o fenômeno das secas que atingiam o Ceará. Ambas as iniciativas representaram instrumentos de práticas assistencialistas, controle, segregação, delimitação de espaços transitáveis pelas elites e pelos subalternos, bem como compunham o início de uma estratégia a ser utilizada nos processos de modernização urbana da capital, Fortaleza. Tal processo é exemplificado a partir das informações levantadas por Margarida Júlia Farias de Sales Andrade, doutora em Arquitetura e Urbanismo:

Em 1863, o arquiteto Adolfo Herbster foi contratado para projetar e implementar um plano de expansão e crescimento para Fortaleza, focando particularmente na higiene, ordem moral e melhorias de infraestrutura da cidade, ideias inspiradas no plano do Barão Haussmann de 1853 para Paris. Fortaleza estava crescendo e enriquecendo com o comércio e exportação de algodão, uma atividade ainda baseada na exploração de trabalho escravo. Apesar do período de prosperidade e ascensão comercial e econômica, a árdua seca de 1877 foi custosa, e com ela vieram as primeiras levas dos grandes fluxos de migrantes para Fortaleza, mudando rapidamente a dinâmica da cidade. Seguindo princípios semelhantes de organização espacial do plano de Herbster, o governo local respondeu à crise isolando os flagelados. Foram estabelecidos uma série de treze “abarracamentos” dentro dos limites da cidade. Esses espaços abrigavam migrantes que chegavam do sertão, servindo também como um local de recrutamento de mão de obra barata para construção de obras públicas, como barragens, prédios cívicos e obras de saneamento. As autoridades locais justificavam os baixos salários oferecidos através da ajuda que já estavam prestando aos refugiados nos abarracamentos, com um espaço para repouso e distribuição de comida (ANDRADE, 2012, p.132).

Com o fim da forte seca de 1915, os campos foram desativados devido a dispersão e pouca chegada de pessoas do interior do estado, mas apesar disso, quando o próximo grande período de seca chegou em 1932, o governo do Ceará logo retomou esta mesma estratégia de auxílio e isolamento dos migrantes refugiados. O comerciante, neto do Barão de Aratânia, Ildefonso Albano, era o então Prefeito de Fortaleza entre os anos de 1912-1914 e 1921-1923, sendo também Governador do Ceará entre 1923 e 1924, investindo muito na política dos campos de concentração, propondo não apenas sua continuação, mas o acréscimo de unidades a serem instaladas por todo o estado, a fim de evitar a periódica “invasão” de migrantes na capital. O estado do Ceará já tinha uma estratégia de controlar o movimento de migrantes em períodos de seca menos intensa, seja destinando-os a obras públicas no interior (estradas, barragens, ferrovias) ou oferecendo passagens para famílias se mudarem para as regiões Norte ou Sul do país. Entretanto, com o advento da grande seca de 1932, a proposta de Ildefonso Albano foi

acatada, e o estado implementou cinco campos de concentração espalhados pelo território do Ceará, além dos dois campos dentro dos limites da capital, Fortaleza.

Quem acataria a proposta de consolidação nos campos de concentração seria o governo do então presidente Getúlio Vargas que em seu programa de governo trazia fortemente estratégias de modernização e industrialização do país, que apresentava uma base econômica predominantemente agrícola. Dessa forma, o governo enxergou nesses espaços oportunidades produtivas e não somente de “ajuda humanitária”. À época, o órgão federal responsável por encaminhar essas iniciativas era a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS²²), a ela cabendo a construção de barragens públicas e privadas, estradas, além de impedir a circulação dos migrantes da seca, com obras mantidas pelo trabalho dos/as retirantes que tentavam melhores condições de vida nos períodos de seca. Atualmente a instituição com status de autarquia federal passou a ser intitulada de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS²³).

Figura 18 – Campo do Urubu (Bairro Pirambu – vizinho ao Moura Brasil), 1932.



Fonte: Acervo DNOCS.

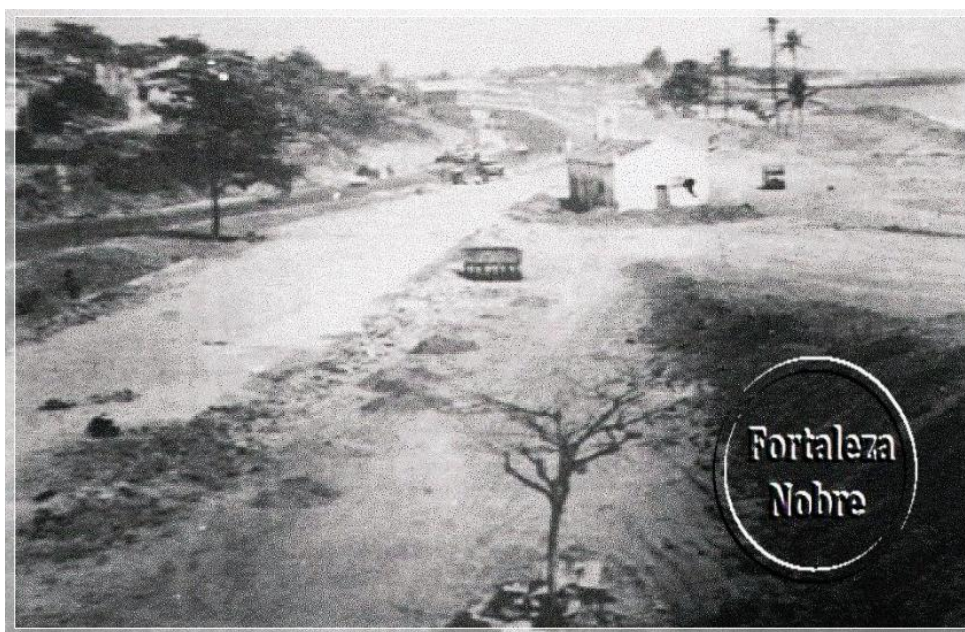
²² Criado com o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS) foi regulamentada em 1919 por meio do Decreto nº 13.687 de 09 de julho de 1919, pelo então presidente da república Delfim Moreira da Costa Ribeiro.

²³ Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado pelo Decreto-Lei 8.486 de 18 de dezembro de 1945, vindo a se tornar autarquia federal no ano de 1963, pelo Presidente João Goulart, através da Lei nº 4.229 de 01 de junho de 1963. Conforme dispõe a sua legislação básica, tem por finalidade executar a política do Governo Federal, no que se refere a: beneficiamento de áreas e obras de proteção contra as secas e inundações; irrigação; radicação de população em comunidades de irrigantes ou em áreas especiais, abrangidas por seus projetos; subsidiariamente, outros assuntos que lhe sejam cometidos pelo Governo Federal, nos campos do saneamento básico, assistência às populações atingidas por calamidades públicas e cooperação com os Municípios.

A “geografia da migração” dos refugiados da seca no Ceará seguia o caminho das linhas férreas. A princípio os trens facilitavam as viagens dos migrantes flagelados à capital, e mesmo com a suspensão da distribuição de passagens, refugiados vindos de regiões mais distantes continuaram chegando à Fortaleza em 1932, agora a pé, seguindo o caminho das locomotivas. (RIOS, 2014, p.20).

Continuando com os relatos de Kenia Sousa Rios (2014, p.99), em todos os Campos de Concentração capelas foram construídas com o intuito de serem espaço de orações, de consolo e fortalecimento da fé dos migrantes²⁴, mas também como um dispositivo de controle, redução das possibilidades de revolta e reforço à vigilância sobre quem ali se encontrava. Tal fato é curioso quando percebemos a presença da Igreja de Santa Terezinha, hoje patrimônio histórico municipal da cidade, no bairro Moura Brasil, em frente ao Marina Park Hotel. Embora as consultas realizadas não apontem diretamente para essa relação de sua construção com a presença dos campos de concentração, de acordo com o Blog Fortaleza Nobre (2010) a Igreja foi construída entre os anos de 1926 e 1928, período que coincide com o final da grande seca de 1915 e alguns anos antes da seca em 1932. Aponta ainda que sua construção se deu por meio da “mobilização” da comunidade local.

Figura 19 – Igrejinha de Santa Terezinha – Década de 1930.



Fonte: Blog Fortaleza Nobre (2010).

²⁴ Migrante é, pois, toda a pessoa que se transfere de seu lugar habitual, de sua residência comum para outro lugar, região ou país. É um termo frequentemente usado para definir as migrações em geral, tanto de entrada quanto de saída de um país, região ou lugar, não obstante existam termos específicos para a entrada de migrantes – Imigração – e para a saída – Emigração. É comum, também, falar em “migrações internas”, referindo-se aos migrantes que se movem dentro do país, e “migrações internacionais”, referindo-se aos movimentos de migrantes entre países, além de suas fronteiras. (Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH, 2014)

Figura 20 – Arraial Moura Brasil – Década de 1970.



Fonte: Blog Fortaleza Nobre (2010).

No ano de 1986 por meio da Lei nº 6.087 de 09 de junho do mesmo ano, a Câmara Municipal de Fortaleza declara a Capela de Santa Terezinha como de relevante interesse histórico e cultural e autoriza seu tombamento. Segundo o site “Ipatrimonio – Patrimônio Cultural Brasileiro):

A localização da Capela de Santa Terezinha, que teve sua construção iniciada em 14 de novembro de 1926, sendo inaugurada em 1928, encontra-se no outrora Bairro Arraial Moura Brasil, popularmente conhecido como “Curral”, área que serviu de campo de concentração dos retirantes das secas do final do século XIX. Em 1878 o Presidente da Província, Conselheiro Aguiar, baixa instruções dividindo os subúrbios da cidade em distritos (são nove distritos) para abrigar os emigrantes da seca, que ficam alojados nos abarracamentos, entre os quais está o distrito do Pajeú que naquela época correspondia ao trecho ocupado hoje pela Av. Leste-Oeste, entre as ruas Barão do Rio Branco, Sen. Pompeu e General Sampaio, e também a área que corresponde ao Marina Park e seus equipamentos... Com a expansão da cidade, e a construção na década de 70, da Av. Castelo Branco, conhecida como Leste-Oeste, o projeto da referida avenida previa não apenas a remoção dos moradores como de fato ocorreu, como também, a demolição do referido templo, mas em virtude das manifestações populares a Prefeitura resolveu preservar aquela capela. Entretanto, com a construção do projeto do Marina Park outra tentativa também ocorreu, talvez mais ameaçadora, pois foi proposta a construção de outra igreja mais ampla e moderna (Santa Edwrigens), agora não apenas para receber os remanescentes moradores do curral, mas pessoas de diferentes áreas da cidade, projeto este, que teve o apoio dos dirigentes da Paróquia a que estava subordinada a Capela. (IPATRIMÔNIO, 201).

de Fortaleza é também símbolo da perpetuação das narrativas hegemônicas sobre a cidade.” (BELIK, 2023, p.12).

O processo de esquecimento, que faz parte de um projeto sistemático de apagamento da memória desses sujeitos e suas experiências, se mostra presente também nesse caso, dada a escassa disponibilidade de materiais que registrem esses acontecimentos, a imprecisão das informações dentre outros fatores, conforme sinaliza Valdecy Alves, estudioso do assunto há aproximadamente vinte anos:

Houve um gigantesco e proposital apagamento histórico dos campos de concentração no Ceará. O apagamento da memória é uma prática de quem detém o poder político e econômico. Os campos de concentração das secas são coisas tão vergonhosas praticadas pelo Estado brasileiro, que ele quer apagar. Hoje, eu entendo que os próprios governantes atuais têm receio do resgate da memória da seca de 32 até por medo de terem de indenizar os descendentes das pessoas que foram injustiçadas naquela época. As pessoas foram aprisionadas, usadas como mão de obra escrava para a construção de estradas, construção de ferrovias. (ALVES, 2022).

Sobre a pessoa que nomeia o bairro, não foram encontradas informações mais precisas sobre sua relação com o local, mas sabe-se que José Cardoso de Moura Brasil foi um médico oculista nascido no Rio de Janeiro em fevereiro de 1848, patrono de uma das cadeiras da Academia Nacional de Medicina. Foi criador do colírio “Moura Brasil” que continua a ser produzido atualmente. Já àquele tempo promessas de melhorias foram feitas sem concretude, o que se reflete até os dias de hoje, quando o bairro se encontra espremido entre o Centro da Cidade, Linha férrea (Veículo Leve sobre Trilhos – VLT), Escola de Gastronomia, Estação das Artes, Marinha do Brasil, Centro Fashion Fortaleza, Marina Park Hotel, A zona marítima, a Igreja católica, Instituto Médico Legal (IML) e o cemitério São João Batista, que dentre as pessoas sepultadas estão várias “personalidades” da época, muitos deles ligados à política e às forças armadas. Olhar para esse cenário é também fazer uma leitura de um território marcado por contradições e relações de poder bem demarcadas.

Com o passar do tempo, as memórias e história de constituição do local vão adquirindo outras narrativas, com intenção de apagamento ou não, se misturam e podem adquirir contornos diferentes para algumas pessoas. No diálogo com Dona Eliane e Dona Sônia, elas trazem o nome de como o bairro era conhecido inicialmente numa perspectiva que dialoga apenas com uma das várias dimensões possíveis diante do histórico relatado e pesquisado. O “curral” que para alguns historiadores/as se relaciona ao fato de várias pessoas serem confinadas como animais tendo somente a alimentação como retribuição ao trabalho que desempenhavam, além da insalubridade e total precariedade de condições, para elas nesse momento se relacionou à questão das casas onde algumas pessoas, principalmente as mulheres trabalhavam na noite para conseguir algum

dinheiro para sustentar suas famílias e necessidades pessoais. As falas surgem como reflexo dos estereótipos bem presentes ao se falar do lugar, como um local de prostituição.

- Eliane Oliveira: *“Antigamente era o Curral. Antigamente era casa que hoje o pessoal fala cabaré, né? Antigamente chamava curral, porque era onde as mulheres faziam programas e tudo. Agora não tem mais. Tinha até uma casa de forró não sei por onde”.*

Em uma publicação extraída do Jornal Diário do Nordeste, no ano de 2004, o advogado e memorialista Zenilo Almada descreve e de certa forma reforça o pensamento à época:

Quem tem boa memória deve se recordar do “Curral” – na Praia Formosa – no bairro Arraial Moura Brasil, nos anos 1920 a 1960, teve oportunidade de ver e sentir de perto o desenrolar de uma formação de seres humanos provenientes de todos os rincões cearenses e de outros estados, que se comprimiam naquela área do Centro à beira de uma linda praia – a Formosa, para degradação social que causava dó sentir comiseração para uns, o fim da vida de cada mulher fatal, que antes cortejada, depois desprezada por todos que a conheceram, aquela boneca de vitrine e desbotada no crepúsculo da vida. (ALMADA, 2004, p.352)

Figura 22 - Bairro Moura Brasil - década de 1930



Fonte: Blog Fortaleza em fotos (2009).

Outro aspecto presente nas partilhas sobre o território, que muitas vezes está presente em diversas comunidades periféricas brasileiras é o sentimento de discriminação diante da visão que muitas pessoas têm da comunidade como um local violento e perigoso. O estereótipo do Moura Brasil como um local ruim de se morar e assolado pela violência é de forma geral rechaçado pelas interlocutoras, como podemos perceber nos trechos extraídos do diálogo a seguir

em que falamos sobre as impressões que as mesmas e as pessoas que estão fora do território têm do local:

- **Eliane Oliveira:** *“Nem com essas coisas que estão acontecendo não é perigoso. É não. Aqui raramente morre uma pessoa.”*

- **Sônia Nascimento:** *“...porque tudo que tem é longe e hoje nós estamos de um jeito que não pode ir pra outras áreas. Nós é enjaulado. Livre e enjaulado ao mesmo tempo. Nós não tem alegria, nem diversão nenhuma. Quem tem coragem ainda se arrisca a ir... as vezes dá certo, né? Mas as vezes não dá, né? Deus me defenda sair da minha casa pra ir procurar dor de cabeça. Aqui desde que eu me entendo por gente que é assim, né? É assim, vai e vem, não tem esse isolamento não. Agora antigamente o pessoal dizia que aqui era muito perigoso. Aqui nunca foi perigoso”.*

- **Espedita de Jesus:** *“E é um bairro que ele é mal visto... sim, preconceituoso! Que é um bairro perigoso, que é um bairro que só tem vagabundo, e não é assim. Aqui tem muitas famílias que trabalham, que lutam pelo pão de cada dia, mas é um bairro mal visto”.*

- **Carla de Jesus:** *“Às vezes é ruim pro trabalho. Tipo, quando nós vamos, vem, de lá pra cá, o pessoal não quer trazer nós, porque no próprio aplicativo diz que aqui é uma área de perigo, só que eu não vejo esse perigo. Muitos motoristas já disseram... “lá é perigoso, né?”.*

- **Raquel Nascimento:** *“Eu acho que quando as pessoas passam aí na Leste elas discrimina né, aqui o bairro como uma favela perigosa, né? Mas quando elas vem pro bairro elas acha muito lindo a nossa vista, vê que não é esse perigo que eles pensam, né? Que as pessoas falam que é. Aqui não é tão perigoso”.*

Ao mesmo tempo em que percebemos através de suas partilhas uma certa indignação decorrente da visão externa que se tem da comunidade, podemos reconhecer também nesse momento uma afirmação de suas identidades enquanto moradoras daquele território, uma defesa de seus pares enquanto pertencentes àquele local, como homens e mulheres, trabalhadores/as que, mesmo com todos os desafios reclamam sua dignidade e gritam por respeito.

Em suas explanações as interlocutoras nos fazem refletir sobre questões ligadas às violências institucionais, as violações de direitos diante da assistência insuficiente às suas demandas por parte do poder público, mas não mascaram a realidade complexa das violências que tem tomado conta das periferias não só de Fortaleza, mas do Brasil. Revelam que mesmo reconhecendo o Moura Brasil como um lugar seguro de se morar nesse aspecto, não desconsideram que existem dinâmicas locais que “des-organizam” a “vida ou a morte” dentro da

comunidade, criando muitas vezes um ambiente de normalidade, mas estabelecendo limites internos que precisam ser respeitados.

Essa situação fica bem evidenciada na fala de Sônia Nascimento quando reflete que a comunidade está “livre e enjaulada” ao mesmo tempo. Para quem mora nas periferias, assim como eu, sabe muito bem do que ela está falando. É uma liberdade silenciosa, uma paz em estado de alerta, é viver constantemente na corda bamba entre o transgredir as regras e tornar a fazer parte da dinâmica de onde se vive. Ao mesmo tempo, muitas vezes é necessário romper com essas barreiras impostas para minimamente viver as relações que se estabelecem em outros pontos da cidade, mesmo estando atento/a a cada passo que se dá, como explicita quando diz que “Quem tem coragem ainda se arrisca a ir... Às vezes dá certo, mas às vezes não dá”.

A realidade retratada e vivenciada tem infelizmente resultado num verdadeiro extermínio da população negra, principalmente jovens, não só em Fortaleza, mas em boa parte do Brasil, pois a marca que nos é impressa, consequência de um racismo que perpassa diversas estruturas da nossa sociedade, nos acompanha, parafraseando Malcon Ferdinand em diversos barcos periféricos, com suas especificidades, mas que estão acorrentados para não se afastarem do grande “navio negreiro”.

Retomando o processo de constituição local, mas sobretudo das grandes obras naquela região, me remeto à fala da Raquel Nascimento, quando menciona que quem passa na avenida, olha e acha o bairro perigoso, mas não sabem da linda vista que os/as moradores/as têm da orla marítima. Essa questão me fez ir ao encontro do que Ferdinand (2022) aponta como “habitar colonial”, sendo uma forma de subordinação do/a outro/a, fundamentado na exploração das terras e da natureza para benefícios próprio, não somente para garantir a vida, mas para acumular riquezas, mas tudo isso só é possível com a prática do que chama de *altericídio*, ou seja, é impossível conviver com as diferenças, é necessário afastá-las, eliminá-las, quando não as uniformizar à maneira que seja conveniente.

Esse des-encontro provocado entre “os/as de cima e os/as de baixo” do morro, soa exatamente como esse deslocamento e aprisionamento geográfico, mas sobretudo simbólico produzido a partir da falta de políticas públicas, requalificação do espaço, imaginário social bem presente sobre o local, e uma estética que muitas vezes tende a afastar quem se aproxima. Seria essa a manutenção de um *habitar colonial* que tem como intencionalidade não permitir a mobilidade plena e a presença indesejada de alguns? Poderíamos dizer que esse aspecto figura como mais uma marca impressa na comunidade ao longo de anos de negligência, precariedade, negação de direitos e concretagem do muro que separa a Sala de Visitas e o Quarto de Despejo?

Figura 23 - Vista da orla a partir do morro



Fonte: Acervo Vera Regina Rodrigues da Silva (2023).

3.2 ENTRE O MORRO E A BEIRA MAR

Conforme vamos avançando nas nossas reflexões, vários desafios vão sendo expostos não somente pelas estatísticas, mas principalmente por quem vivencia diariamente essa realidade. As vozes das mulheres catadoras, reverberam não só como insatisfações, mas sobretudo, como mais um espaço de reivindicação de quem presta um serviço essencial a todo o conjunto da sociedade, que exigem para além das condições de trabalho, a mínima estrutura comunitária, traduzidas em políticas públicas que atendam ao conjunto dos/as moradores/as e garantam o essencial para viverem bem em seus locais.

No ano de 2001, a partir de inúmeras mobilizações e articulações da sociedade civil organizada, instituiu-se o Estatuto da Cidade, amparado pela Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Esse fato abriu caminho para a elaboração de diversos instrumentos da política urbana responsáveis por incluir elementos importantes no planejamento municipal. Um destes instrumentos, fruto de muita luta e mobilização das comunidades, são as Zonas Especiais de Interesse Sociais, as ZEIS, que são importantes ferramentas de regularização fundiária, reivindicação de políticas públicas para o território que, adquirindo esse reconhecimento deve ter uma maior atenção por parte do poder público, tendo em vista as especificidades locais.

Importante ressaltar que as ZEIS possuem uma dinâmica e legislação próprias, sendo espaços de ampla discussão e participação popular.

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são porções de terras públicas ou privadas que buscam, prioritariamente, a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos de baixa renda existentes e consolidados, além do desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social e de mercado popular nas áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, estando sujeitas a critérios especiais de edificação, parcelamento, uso e ocupação do solo. (IPLANFOR, 2024).

No Município de Fortaleza, as ZEIS foram instituídas através do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFOR), aprovado na Lei Complementar nº 62, de 02 de fevereiro de 2009, após serem apontadas como instrumentos de gestão urbana destinados à regularização fundiária no Estatuto da Cidade em 2001 (Lei Federal nº 10.257/2001), que regulamentou o capítulo “Da Política Urbana” da Constituição Federal de 1988.

Atualmente o Moura Brasil compõe uma das 12 Zonas Especiais de Interesse Social do município, a saber, Bom Jardim, Cais do Porto, Cajazeiras, Dionísio Torres, Lagamar, Moura Brasil, Mucuripe, Pici, Pirambu, Poço da Draga, Praia do Futuro e Serviluz, levando em consideração áreas do território que exigem tratamento especial na definição de parâmetros regulares de uso e ocupação do solo, sobrepondo-se ao zoneamento. A ZEIS Moura Brasil comporta 01 assentamento precário que soma uma população estimada de 1.104 habitantes, segundo dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) 2012. A área da poligonal da ZEIS é de 131.167,02 m².

Embora a política aponte os caminhos e instrumentos legais para a construção de propostas e encaminhamentos, são necessários programas e ações governamentais que coloquem em prática as reivindicações provenientes das discussões e construções resultantes dos inúmeros processos realizados para tal finalidade, para que não se criem apenas espaços figurativos, sem efetividade, e pior ainda, que contribuam ainda mais para a desesperança da população frente aos processos ditos participativos que muitas vezes são apenas para produzir um ar de controle social e governos populares e democráticos, sobretudo na 5ª capital do país, onde à medida que os anos passam as complexidades se expandem e as populações periféricas, em sua maioria negras continuam sofrendo as consequências do descaso e abandono do Estado.

Figura 24 - Delimitação da ZEIS do Moura Brasil

Fonte: IPLANFOR (2018).

Ao consultar o caderno diagnóstico do território que compreende os bairros Centro, Moura Brasil e Praia de Iracema elaborado pela prefeitura de Fortaleza através do seu Instituto de Planejamento durante o ano de 2018 visualizamos os equipamentos públicos municipais presentes no bairro ainda chamado de “Arraial Moura Brasil” no documento síntese.

Quanto aos equipamentos, são elencados: 01 campo de futebol, que por não ter visto na comunidade e nem ter sido mencionado pelas interlocutoras, a não ser pela falta de um equipamento esportivo próximo, resolvi fazer uma consulta aérea via Google Maps, que pelo menos com as imagens registradas até o momento não apresentou nenhum espaço aparentemente condizente com um campo de futebol. 01 Centro de Formação Infantil (Creche), 01 Escola de Ensino Fundamental, 02 praças e 01 Unidade Básica de Saúde. Ressalto aqui mais um detalhe que poderia passar despercebido ou soar irrelevante, mas à medida que vamos perfazendo o caminho de aprofundamento na história da comunidade, percebemos que algumas situações se repetem, inclusive por parte do poder público.

Mesmo não constando no diagnóstico mais recente (2018), pelo menos ao considerar os equipamentos municipais, podemos perceber algumas mudanças no território, como o campo de futebol construído recentemente, mesmo com as ressalvas pontuadas pelas interlocutoras. Considero importante registrar que das 21 praças mapeadas nesses três bairros, apenas 02 estão localizadas no Moura Brasil e nenhuma na Praia de Iracema, pelo menos não com o nome de praça, mas sim como “Área Verde – Urbanização da Praia de Iracema” localizada na Avenida

Beira Mar. A contradição é que somente esse espaço concentra investimentos, da ordem de milhões de reais permanentes se levarmos em conta a manutenção constante que mudariam significativamente a estrutura física do Moura Brasil, se aplicados no mesmo. Não obstante, as duas únicas praças minúsculas do bairro, aparecem no caderno diagnóstico sem nome, enquanto todas as outras estão nomeadas com personalidades diversas ou acontecimentos marcantes para a sociedade. Me pergunto se esse elemento não segue essa lógica do apagamento, da indiferença, do local em que as coisas não precisam estar arrumadas, nomeadas, cuidadas, como num “Quarto de despejo”.

No tocante aos estudos realizados em meados de 2019 / 2020 para a construção do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF)²⁵, foram elaborados cerca de 07 cadernos temáticos incluindo um *Diagnóstico Físico-Ambiental*, *Plano Urbanístico*, *Normatização de Edificação*, *Uso e Ocupação do Solo*, *Plano de Regularização Fundiária*, *Plano de Geração de Trabalho e Renda*, *Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social* e um *caderno de Compatibilização dos Planos*. Ao realizar uma busca simples utilizando ferramenta de pesquisa textual, em nenhum dos cadernos aparece a menção à Associação de catadoras/es do Moura Brasil, espaço de articulação e organização do trabalho das catadoras, porém na plataforma Fortaleza em Mapas do IPLANFOR, uma ferramenta mais atualizada disponível via internet, depois de uma busca mais detalhada é possível ver uma menção simples ao empreendimento. No que se refere aos resíduos sólidos, as menções são referentes a legislações e não às atividades provenientes no local, havendo assim uma espécie de generalização e invisibilidade da experiência local, sobretudo à dinâmica do trabalho produzido pelas mulheres.

Essa situação que parte do poder público municipal pode à primeira vista refletir uma inobservância à diversidade de realidades no que se refere ao melhoramento das condições de vida, incluindo o trabalho de alguns sujeitos, nesse caso, as mulheres negras catadoras. Tal fato é contraditório quando integrantes da associação local prestam serviços em equipamentos geridos pela própria prefeitura de Fortaleza ou integram outras iniciativas de conhecimento do poder público municipal. Aqui resgato a partir de Aníbal Quijano essa contradição necessária que funciona como um mecanismo de alimentação da economia capitalista. Pessoas invisíveis nos seus direitos ou ausência deles, mas muito notadas quando se trata da oferta da força de trabalho.

Esse cenário de contradições e falta de assistência traduzida pela ausência de equipamentos e/ou políticas públicas que promovam a cidadania e dignidade dos/as

²⁵ São os produtos finais e compatibilizados resultantes dos processos participativos de planejamento que indicam ações integradas e prioritárias aprovadas e entregues pelos respectivos conselhos gestores de cada ZEIS.

moradores/as, não se apresenta somente numa análise preliminar de dados oficiais, mas se ampara de forma incisiva nos relatos das mulheres catadoras da associação Moura Brasil, sejam elas *fundadoras* ou *continuadoras*.

Por diversas vezes, Carolina Maria de Jesus registra em seus diários a vida na favela a partir das inúmeras situações vividas pelas crianças, desde as travessuras ao fato de presenciarem inúmeras violências, cenas impróprias para crianças, ou mesmo a falta de possibilidades de lazer e outros afazeres. Uma preocupação semelhante perpassa os relatos das interlocutoras, quando exprimem a necessidade de maiores investimentos em projetos e/ou programas que tenham como finalidade a atuação com crianças, adolescentes e jovens, na perspectiva da educação, profissionalização, esporte e lazer como forma de reduzir as desigualdades e promover um território mais integrado e saudável. É possível perceber que não é reivindicado somente o equipamento, mas uma iniciativa que dialogue com o anseio da comunidade e leve em conta os desafios e potencialidades internas como vemos nos trechos de diálogos a seguir:

- **Eliane Oliveira:** *“Era pra ter coisa assim, pras criança, né? Escola tem, né? Era pra ter assim, esporte pra criança. Tem, mas é perigoso atravessar essa pista. Era pra ser aqui no bairro, aqui em cima. Ter tipo uma areninha²⁶ pra eles, mas aqui”.*

- **Sônia Nascimento:** *“Se eu pudesse, tivesse algum poder, tinha um projeto pro adolescente estudar, fazer curso... porque eu tenho meus netos, tem uma neta minha também que já tá uma mocinha, ela chega do colégio a tarde não tem nada pra fazer, fica dentro de casa assistindo televisão, eu acho uma adolescência perdida, sem fazer nada.”*

- **Espedita de Jesus:** *“O que a gente gostaria, o que seria bom, se tivesse uma escola melhor do que a que tem, um grupo que trabalhasse com os idosos, os nossos idosos são muito abandonados, principalmente as mulheres e com os jovens...”*

- **Carla de Jesus:** *“A areninha, eles fizeram um trabalho mal feito, está aí oh, os banheiro ali já roubaram tudo e ninguém vem ver. Era pra ter segurança, pra ter alguma coisa pra limpar, ninguém usou nem esses banheiro e o banheiro já está todo quebrado, não tem mais nada dentro dos banheiro. Não tem um parquinho pra criança brincar aí, que era pra ter. Só tem a quadra, e ainda é perigoso por causa da pista.”*

- **Raquel Nascimento:** *“Gente, aqui nem colégio praticamente não tem. Aqui tem um colégio e uma creche. Aqui as crianças são obrigadas, ou estuda de manhã ou não estuda, ou estuda a*

²⁶ Areninhas são equipamentos multifuncionais em formato de campo de jogo society com grama sintética, alambrados e rede, vestiários com banheiros, acessos pavimentados e torres de iluminação construídos em parceria entre os governos estadual e municipal.

tarde ou não estuda., entendeu? Então aqui a gente não tem nada de política pública não. Não vou mentir. Aqui não tem nada pra criança.”

Importante observar que a “pista” ao referir-se à Avenida Leste-Oeste, embora geograficamente componha o bairro Moura Brasil, pelo menos no trecho que atravessa o mesmo, não é mencionada como pertencente à comunidade, figurando como um verdadeiro divisor entre os “de cima” e os “de baixo”, inclusive servindo como um dificultador do acesso da comunidade aos equipamentos construídos em frente ao morro, o que leva a comunidade a reivindicar que as melhorias sejam feitas aonde as pessoas estão.

Figura 25 - Campo de futebol separado pela Avenida Leste-Oeste



Fonte: Acervo Paulo José Rodrigues Monteiro (2024).

Uma das grandes problemáticas enfrentadas pela sociedade atualmente é a descrença no sistema político e nas pessoas eleitas com a retórica de representar as populações menos favorecidas. Importante não generalizar, pois existem muitas pessoas comprometidas e que lutam pelas causas sociais e ambientais, na defesa daqueles e daquelas que mais precisam. Mesmo assim, de tanto sofrerem com a violência de serem enganadas ou esquecidas, a desconfiança é bem presente ao esperar que as melhorias cheguem a partir da intervenção pública, fato explicitado na fala a seguir:

- Espedita de Jesus: *“Porque eu acho assim, quando é na época da política sempre passa nas portas da gente, todo dia passa, pesquisa, passa falando sobre candidato, sobe candidato pro bairro, ajunta as pessoas, aí quando é uma reunião, quando é uma palestra no posto,*

pouquíssimo vai porque eles não são avisado. Eu acho que ainda tem muitas casas que precisam, os papel da casa também que a gente nunca recebeu, que a prefeitura ficou de entregar, a gente não tem. Precisa muita coisa melhorar ainda porque tem muita casa que é só dois vãos. Eles (poder público) são muito falhos. Eu acho que não só aqui no nosso bairro, a gente sempre vê né os outros bairros tudo falando sobre isso porque aqui, é a realidade, eles só aparecem na época de política. Vem e vai e pronto”.

Até então, todo o movimento reivindicatório das interlocutoras foi no sentido mais geral da comunidade, na exigência de equipamentos que beneficiassem a toda a comunidade, incluindo-as. Mas em determinado momento, Raquel Nascimento, que atualmente é presidenta da Associação de catadoras/es do Moura Brasil, relata o quanto a categoria é desassistida pelo poder público, relatando a importância da atividade profissional para o bairro e as contradições que surgem a partir da invisibilidade que as mesmas percebem traduzidas em falta de apoio, sobretudo com o sonho do espaço de trabalho da reciclagem no próprio bairro que parece ficar mais distante ao longo dos anos.

Durante algumas reuniões do Conselho gestor da ZEIS Moura Brasil, Raquel Nascimento e outros integrantes chegaram a representar a associação, que tinha a promessa de ser contemplada com um espaço dentro da comunidade para trabalhar com a reciclagem, mas com a pouca efetividade e encaminhamentos que pouco se concretizaram até o momento desmotivaram a participação nesse espaço que é importante enquanto mobilização da sociedade civil, mas que se vê muitas vezes como acessório para justificar marcos legais que precisam ser cumpridos.

3.3 PÚBLICOS E PRIVADOS: IMPRESSÕES LOCAIS

Enquanto trabalhadoras, as catadoras também apresentam demandas específicas direcionadas à associação, bem como reivindicam o reconhecimento de uma função social que o empreendimento cumpre perante à comunidade, assumindo muitas vezes uma função que deveria ser implementada em grande parte pelo poder público. Tal posição pode ser observada no trecho do diálogo socializado a seguir:

- Raquel Nascimento: *“Eu falo como associação Moura Brasil. Aqui no bairro a gente não tem nenhuma oportunidade, nem de conseguir um espaço, porque a gente tá desde quantos anos? As pessoas sabem que a associação existe, aqui tem muitas pessoas que tem conhecimento com o poder público, que conhece gente da prefeitura e eles não tem uma iniciativa com a gente, mesmo que a gente tente conversar, como a gente já conversou e já fizemos reunião, essas pessoas já conversaram com a gente, mas eles não dão oportunidade, e tem pessoas aqui que não tem um*

tanto de precisão que a gente tem aqui no bairro e tem mais oportunidade do que a gente. É muito triste isso. Porque aqui a gente é da Associação Moura Brasil, a gente somos do bairro Moura Brasil, mas onde é que a gente trabalha? A metade vai pro João vinte e três e a outra metade vai pra um ecoponto que fica um pouco distante (localizado no Centro, em baixo do viaduto próximo ao Mercado Central). Se a gente tivesse oportunidade de ter um espaço aqui no Moura Brasil não ia precisar ter essa equipe meia cortada né? Ia estar todos trabalhando no mesmo ambiente. Ultimamente quem está servindo o bairro é a gente. A associação de catador, por quê? Porque a gente estamos pegando pessoas para trabalhar com a gente. E quando a gente recebe qualquer tipo de doação a gente também ajuda no bairro, coisa que não era pra gente tá fazendo, né? Eu tô falando assim, porque se aqui tem uma organização de bairro, que tem pessoas que entende, que sabe que é o poder público, eles que tem que trazer pra cá, não a gente”.

A partir do trecho destacado ficam evidenciados elementos de reivindicação, denúncias das contradições e também do auto reconhecimento de que apesar da falta de apoio, a associação de catadoras/es consegue dar sua parcela de contribuição à comunidade, mesmo que por vezes se sintam invisíveis dentro do próprio local onde moram. Essa contradição é refletida, e principalmente sentida por Espedita de Jesus quando problematiza que do morro para baixo, mas também em diversos locais da cidade há uma espécie de maquiagem endereçada não aos moradores das periferias, mas às classes mais abastadas que possuem “autorização” e “legitimidade” social para usufruir de ambientes mais transitáveis, habitáveis, menos poluídos. De cima do morro não se vê somente o mar, se vê quem passa, os olhares, os desvios, as discriminações, as interrogações, se enxergam também ações, intenções, limites e fronteiras.

- Espedita Maria de Jesus: *“Porque sempre eu dizia... a cidade ela é limpa, eles mexem tudo, mas não pra nós. São pra quem? Pros visitante que vem pra cidade. Porque essa Leste-Oeste aí ela é varrida vinte e quatro horas, mas não é pra nós. É pra os visitantes, entende? É assim. Você tem que arrumar a sua casa pra nós, que mora dentro dela, não é arrumar a casa, comprar isso e aquilo pra os que vem visitar. Porque se nós quer viver dentro de casa nós temos que limpar a nossa casa pra gente dentro de casa, porque quer dizer que nós vamos ficar dentro de um monte de lixo e só vamos limpar a casa quando vem um visitante? Porque você vê as avenida mais importante que passa visitando parte dos turista, são limpas, agora você entra pras favela mesmo lá dentro pra ver. É rua cheia de lixo. Por mais que tenha o catador, porque o catador ele ajuda muito nisso. Porque imagine esses milhares de material que é tirado do meio ambiente? Se não tivesse a catação”.*

A partir da década de 1980 com a instalação do Instituto Médico Legal (IML), inauguração do Marina Park hotel, no início da década de 1990 e mais recentemente, a partir dos anos 2000 com a criação de grandes equipamentos no entorno do Moura Brasil, como a Escola de Gastronomia e Hotelaria do Ceará, Estação das Artes, Metrofor, Centro Fashion e Igreja de Santa Edwiges por exemplo, o cenário local foi se modificando, alterando sua paisagem e comprimindo ainda mais o aglomerado de casas que formam a comunidade.

É muito importante perceber a função social que esses equipamentos possuem, pelo menos a partir dos objetivos com os quais foram planejados, sejam eles, artístico, cultural, profissionalizante, religioso e ou/comercial. Uma gama de serviços e funcionalidades que podem perpassar as várias dimensões da vida social.

Certamente seria necessário um estudo mais aprofundado que cruzasse os dados desses equipamentos para termos um maior conhecimento sobre os impactos sociais que os mesmos têm exercido na comunidade, qual a percepção dos/as moradores/as e como estes, para além de oferecer uma gama de serviços às comunidades do entorno, têm incorporado às suas equipes de trabalho as pessoas do território que se propõem a acompanhar.

Dada a especificidade e universo da pesquisa, as reflexões apresentadas partem das impressões que as mulheres negras catadoras moradoras do Moura Brasil partilharam sobre como percebem a presença dos equipamentos na dinâmica da comunidade e suas interações pessoais com esses espaços.

- **Eliane Oliveira:** *“A Escola de gastronomia, lá era um prédio residencial, era o panorama antigamente lá. Agora mudou muito, muita coisa bonita agora. Onde era a praça da estação agora é uma praça né? Nunca fui na Vila das Artes. E nem nesse prédio (Escola de Gastronomia) aí, né? Tem muita coisa lá, né? Curso, essas coisas...”*

- **Sônia Nascimento:** *“Tem um bocado de senhora estudando à noite lá, na gastronomia, né? E ali a Estação das Artes, né? Que diz que a gente pode passear, mas eu pessoalmente nunca fui. Não vou dizer que fui. Não, porque tudo que tem aqui é só o começo e quando começa é muita exigência, muita burocracia aí eu não gosto de me estressar mais não. Quando eu gostava de me estressar tava bom porque eu achava era graça, mas agora eu não tenho mais paciência não. Paciência acabou”.*

- **Carla de Jesus:** *“Teve eu acho porque tem umas pessoas que estuda, faz curso”.*

- Raquel Nascimento: *“Tá tendo, EJA²⁷ ali na escola de gastronomia, lá tem curso de garçom, turismo, de hotelaria, tem gente já indo trabalhar nos hotéis, na praia. E do Metrofor também foi bom, né? Abriu várias linhas intercalando a gente às vezes não precisa mais pegar ônibus, porque tem vários pontos que o metrô tá passando”.*

É perceptível o reconhecimento das interlocutoras acerca dos impactos positivos que os equipamentos têm sobre o território possibilitando ações de capacitação, lazer, educação e mobilidade urbana, ao mesmo tempo que duas das antecessoras, Eliane Oliveira e Sônia Nascimento, relatam que sabem das ações que são desenvolvidas nesses espaços, mas que até o momento não acessaram nenhum deles. Para Sônia Nascimento, o que a impede ou desestimula a participar é a burocracia, principalmente documental no que se refere aos cursos de caráter mais continuado.

Para Raquel Nascimento, os benefícios se traduzem na capacitação de alguns moradores/as e a inserção no mercado de trabalho e a comodidade que as novas linhas do metrô permitiram a partir da integração e ampliação dos pontos de parada do transporte coletivo. Mas algumas fragilidades dos equipamentos públicos também são expostas a partir da fala de Espedita de Jesus que revela um certo distanciamento dos mesmos com a comunidade, ou mesmo as poucas estratégias de divulgação dos serviços oferecidos e atividades promovidas para a comunidade, tendo em vista que mesmo com várias pessoas possuindo um telefone celular, muitas delas ainda não dominam ou utilizam outras ferramentas de comunicação além dos telefonemas. No que se refere ao serviço de saúde, as queixas são praticamente as mesmas visualizadas em outras comunidades de Fortaleza, a escassez de médicas/os e a insuficiência de remédios disponíveis à população, como podemos perceber nos trechos abaixo.

- Espedita de Jesus: *“Assim... tem esses equipamentos, né que é próximo da gente, mas que o que acontece neles, a população pouquíssimo sabe, quando a gente vem saber dos cursos, das coisas, já tem acabado as inscrições. Nós temos um posto que é em cima que é pra gente ser atendido. Quando a gente chega lá não tem médico, é uma coisa que veio pro bairro, mas não foi pra todos, entende? Não tem um diálogo com a comunidade. Tem várias reuniões... quando a gente vai... por exemplo, tem uma palestra eles não avisam, porque antes quando não tinha esses equipamentos que ia ter alguma coisa eles colocavam cartaz nas ruas que era pras pessoas participar, porque eles falam assim, que eu muito reclamo, eles dizem que tem um grupo, tem as*

²⁷ A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade de ensino criada pelo Governo Federal que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país, destinada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada. Permite que o aluno retome os estudos e os conclua em menos tempo e, dessa forma, possibilitando sua qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho.

redes sociais, mas nem toda a população tem acesso as redes sociais. Aí pra mim o certo era eles colocar nas redes sociais e continuar do jeito que era. Colocando os avisos, convidando as pessoas nas portas”.

- Espedita de Jesus: *“O Marina, ele só entra em contato com o bairro quando é dia das crianças que ela (proprietária) dá algumas coisas às crianças, e sobre a associação a gente nunca teve acesso de ter contato com ela não.”*

A breve e pontual explanação de Espedita de Jesus pontua que praticamente não existe relação da comunidade com o empreendimento privado Marina Park hotel. As festas luxuosas e inúmeras personalidades famosas que transitam pelo local nada têm a ver com a comunidade, que a Avenida/Muro cumpre também essa função de colocar cada um/a em seu lugar. Uma boa ação que também permeia a benevolência como único movimento de aproximação. Onde antes eram casas à beira-mar que foram demolidas e isoladas no morro para a construção da via, hoje abriga um dos maiores hotéis de Fortaleza, que por incrível que possa parecer, tem um formato de embarcação. Nada mais simbólico quando falamos de habitar colonial, reprodução da lógica de segregação e altericídio praticados contra uma comunidade habitada em sua grande maioria por pessoas negras.

Na sequência, refletiremos sobre alguns traços que marcaram a constituição da cidade, e que permanecem até hoje em Fortaleza, observando como o período assolado pela ditadura militar impactou diretamente, assim como em outros locais do país, o bairro Moura Brasil, do ponto de vista físico e também simbólico, que muitas vezes pode passar despercebido.

Além disso, discorre sobre a perspectiva das mulheres catadoras a respeito de uma cidade altamente desigual, que oferece para alguns poucos, tudo, e para muitos/as outros/as, quase nada, contrapondo a partir de suas impressões como seria uma “Fortaleza” que as ouvisse, enxergasse, considerasse, acolhesse.

4 E SE FORTALEZA FOSSE NOSSA?

“Mas o povo não deve cançar. Não deve chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo.” (JESUS, 2014, p.53).

Carolina Maria de Jesus, em seu “diário de uma favelada”, trouxe aportes muito importantes de denúncias das inúmeras violações sofridas e das precariedades vivenciadas, mas também possibilitou reflexões profundas sobre novos rumos que a sociedade brasileira poderia tomar, no sentido da implementação de ações que objetivassem diminuir as gritantes desigualdades presentes no país.

Neste capítulo, propomos um olhar sobre alguns aspectos relacionados à formação colonial de Fortaleza e alguns resquícios desse período, bem como as cicatrizes e os impactos da ditadura militar no bairro Moura Brasil. Refletiremos também sobre elementos que apontam para um racismo ambiental no território, e principalmente ouviremos as catadoras sobre o modelo de cidade por elas desejada, por elas construída, por elas lutada.

Passado mais de meio século desde os registros e lançamento de seu livro, apesar de todos os desafios, um importante caminho foi percorrido, mas ainda muito aquém da garantia plena das necessidades mais básicas da população, seja no Canindé, em São Paulo, ou no Moura Brasil, em Fortaleza. Seja por meio da ação mobilizadora de *Carolina* ou de *Espeditas*, *Sônias*, *Carlas*, *Raqueis* e tantas outras mulheres negras.

As mulheres, sobretudo as negras, que historicamente têm vivenciado incontáveis desafios sejam no contexto urbano ou rural, têm sido protagonistas de inúmeras reivindicações e construção de caminhos que apontem para dias melhores para o conjunto da sociedade. Nesse sentido, creio que uma pergunta se faz de fundamental importância para todos/as nós, sobretudo para os/as gestores/as públicos que têm como uma de suas atribuições, efetivar iniciativas que atendam as demandas gerais e específicas dos diversos setores da sociedade, mas sobretudo daquela parcela que mais tem sofrido com o desamparo do Estado, com a ausência de perspectivas de melhoria de vida, com a ineficiência das políticas públicas que poderiam possibilitar uma mudança de cenário em suas vidas. Quem escuta as catadoras?

Ouvi-las, mas principalmente, considera-las como expressão concreta da vivência cotidiana, pode nos ajudar a perceber nosso contexto de cidade altamente desigual, violenta para com alguns e altamente acolhedora e generosa com outros/as. A própria estrutura urbana da cidade, por si só já escancara essas duas Fortalezas, a da nobreza e a da pobreza, a dos altos

investimentos públicos e a dos sempre minguados paliativos, a das coberturas à Beira-mar e a do Moura Brasil que do Mar, têm somente a vista. Essa situação fica bem ilustrada no trecho da canção *Pedras que cantam*, composta por Fausto Nilo, Fernando Correia e Dominginhos, e gravada pelo cearense Raimundo Fagner que diz: “Quem é rico mora na praia, mas quem trabalha não tem onde morar. Quem não chora, dorme com fome, mas quem tem nome joga prata no ar”.

Ao fazermos memória sobre o processo de constituição local, aonde percebemos uma constante chegada de pessoas vindas de outros municípios do interior, em sua maioria por meio de trem, buscando condições melhores em Fortaleza, em muitos casos, iludidos pela grande necessidade de mão de obra barata que atuasse na “modernização da cidade”, tendemos a associar esse fenômeno ao “inchaço” populacional e à formação desregulada do espaço urbano da nossa cidade, sem ao mesmo tempo nos perguntarmos se esse cenário não foi previsto, se esse movimento não foi “provocado” pelos governos, e se as condições estruturais, ou falta delas, deixaram de ser organizadas mesmo com posse dessas informações.

Para a arquiteta e urbanista Joice Berth (2023), esse cenário faz parte de um projeto bem desenhado e embasado em práticas que fez e ainda faz parte da estruturação e modo de gerenciar as cidades brasileiras. “Do contrário, agentes públicos teriam previsto esse deslocamento, que era composto primordialmente por negros descendentes de escravizados, excluídos da nova ordenação social e espacial, que viviam na precariedade e viam nessa migração as chances de, finalmente, ter trabalho e vida digna. (BERTH, 2023, p.132).

Tal afirmação corrobora para a necessidade de aprofundarmos sobre como vivemos, onde moramos, as condições de vida a nós possibilitada e como esses aspectos se correlacionam com a nossa própria constituição de país e de cidade. Perceber nosso espaço urbano como resultante de inúmeros processos sociais, culturais, políticos, concretos e simbólicos que se configura muitas vezes como um dispositivo de controle de corpos muitas vezes indesejados, é essencial para que, além de conhecer, possamos contribuir para a mudança de percurso e assim, novos referenciais mais comprometidos com aqueles/as que historicamente foram colocados à margem da sociedade.

Nossas vivências no mundo não são estáticas, são dinâmicas e se movimentam, o que traz a necessidade de reavaliar o passado para poder compreender quais alterações recaem sobre nós no presente e podem construir um futuro que realmente expresse nossa capacidade de evoluir e seguir em frente. Há problemas no nosso meio que ainda não foram compreendidos e, portanto, não foram superados, principalmente pelo nosso apego a crenças e certezas que sabemos de maneira intuitiva o quanto são inadequadas. Mas nossa persona social tem se mostrado mais inclinada a não confrontá-las, quer dizer, o Brasil não é dado a sair da zona de conforto. (BERTH, 2023, p.34).

Sendo as catadoras, as principais co-autoras dessa pesquisa, uma consequência de aprofundamento teórico possível seria a dinâmica dos resíduos sólidos, podendo permear desde o âmbito da produção, comercialização, aterros sanitários, políticas públicas voltadas à inclusão socioprodutiva de catadores/as etc, mas aqui priorizamos perceber suas interlocuções com as questões urbanas que fazem parte de seu cotidiano.

Discutir sobre o território do Moura Brasil é também perceber o seu entorno, as bases que estruturaram seu surgimento e que o mantem até os dias de hoje, apesar das diversas insurgências que movimentam o local. Diante disso, refletir sobre o racismo ambiental se faz extremamente necessário, principalmente quando alguns elementos que fazem parte da paisagem urbana e até do imaginário social trazem consequências negativas para quem mora na comunidade e seu entorno.

De acordo com o Engenheiro ambiental e Cientista político martinicano, Malcon Ferdinand: “O racismo ambiental foi e continua sendo um conceito crucial, que amplia nossa compreensão sobre a localização estratégica de lixões e aterros tóxicos, assim como de outras práticas que desvalorizam a vida de pessoas Pretas, indígenas e latinas.” (FERDINAND, 2022, p.12). No nosso caso, algumas construções e iniciativas públicas e privadas próximas à orla exemplificarão esse debate.

Para Ferdinand, a modernidade nos apresenta uma dupla fratura que separa nossa história em colonial e ambiental. Esse fato é percebido quando observamos muitas vezes um distanciamento entre os movimentos ambientais e ecologistas e os movimentos antirracistas e/ou decoloniais. Continua afirmando que, mesmo com reflexões muito importantes, as questões raciais e coloniais ficam pouco visíveis nos debates ambientais. “A constituição colonial e escravagista da modernidade é encoberta pela pretensão da universalidade de teorias socioeconômicas, feministas ou jurídico-políticas.” (FERDINAND, 2022, p.26).

4.1 FORTALEZA: PASSADO RECENTE E SUAS MARCAS PRESENTES

A história de Fortaleza, no que se refere à sua fundação, se dá no contexto das ditas “descobertas” e “conquistas”, assim como em inúmeras cidades brasileiras, aspectos sempre presentes nos do período colonial. Mesmo com diversos relatos de resistência, de agrupamentos estabelecidos nos mais diversos locais, o que sobressai é a presença externa que chega para estabelecer a ordem e o desenvolvimento aos locais tidos como improdutivos, atrasados, subdesenvolvidos.

De acordo com registros da época, entre os anos de 1603-1607, ocorreram duas tentativas frustradas de colonização no Ceará, lideradas pelo explorador português, Pero Coelho de Sousa e pelos padres Francisco Pinto e Luís Figueira respectivamente. Esses últimos, com intenções também “evangelizadoras” não se deram bem nas terras cearenses. De acordo com o historiador Vladir Menezes (1987), o Padre Francisco Pinto foi morto por indígenas da etnia Tocarijus que se localizavam na Serra Grande, Ceará, enquanto Luís Figueira fugiu e não mais se teve notícias do mesmo.

Em 20 de janeiro de 1612, o também português Martins Soares Moreno, juntamente com um padre e alguns soldados, iniciou, utilizando-se da força de trabalho negra e indígena, a construção do Forte de São Sebastião, às margens do Rio Ceará, localizado na Barra do Ceará. No ano seguinte, Moreno se juntou à expedição em uma luta no Maranhão, precisando se ausentar. Em 1621, ao retornar a Fortaleza, que ainda não tinha essa denominação, encontrou o forte destruído, mas logo tratou de o reconstruir.

Alguns registros do IPHAN²⁸ informam que Martins Soares Moreno permaneceu em terras cearenses até 1631, indo dessa vez participar da luta em Pernambuco contra holandeses. Quem assumiu seu posto foram Domingos da Veiga Cabral e Bartolomeu Brito Freire. No ano de 1644, o Forte de São Sebastião sofreu um ataque por parte de indígenas que estavam revoltados com a situação que estavam sendo tratados. Diante disso, outra edificação foi levantada, recebendo o nome de Forte Schonenborch, em referência ao governador de Pernambuco, desta vez, às margens do Rio Pajeú, no Centro de Fortaleza.

Antipatizados e hostilizados pelos índios, os holandeses transferiram todos os alojamentos, instalações e alimentos para dentro do Forte. Tal situação perdurou até que, vencidos em Pernambuco, foram obrigados a entregar a praça de guerra a Álvaro Barreto, que a restaurou e rebatizou como Forte de Nossa Senhora da Assunção. Com o retorno do domínio português, em 1699, foi criada a Vila de Fortaleza que permaneceu sem expressão política e econômica por mais de um século. (IPHAN, 2014).

Até então, ainda havia uma vinculação do Ceará com o Estado de Pernambuco, o que veio a declinar no final do século XVIII, quando o comércio de algodão elevou alguns índices de desenvolvimento local, bem como as questões políticas levaram à essa separação no ano de 1799. Os alicerces da vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção foram estabelecidos nesse contexto, em 12 de outubro de 1812, tendo alcançado o patamar de cidade no ano de 1823. No início do século XX, com o processo de desarmamento do forte, a estrutura permaneceu como

²⁸ Criado em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, assinada pelo então Presidente Getúlio Vargas, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

monumento histórico de Fortaleza, e atualmente abriga a sede da 10ª Região Militar do Exército Brasileiro. O mesmo foi tombado como patrimônio cultural pelo IPHAN em 15 de julho de 2008.

Basta um olhar um pouco mais demorado e o interesse em desvendar o significado de tais símbolos da nossa capital, que poderemos perceber que existem, sobretudo no centro de Fortaleza, diversos elementos que compõem esse cenário, resguardando uma memória e história das elites brasileiras e cearenses. Conforme apontado pelo geógrafo e antropólogo, professor Alex Ratts:

O quadrilátero central, que se complementa com a praia e as principais avenidas, traz as seguintes referências: ao Imperador Pedro II (Avenida do Imperador) em cuja regência se observou o investimento na formação de instituições intelectuais; a Dom Manuel da Silva Gomes, terceiro bispo do Ceará e primeiro arcebispo de Fortaleza; a Duque de Caxias, reverenciado como “patrono do exército brasileiro” que coibiu várias manifestações populares e ganhou a alcunha de “O Pacificador”. Desta forma, a circunscrição do centro da capital cearense evoca as relações entre o império e a província, entre a Igreja Católica e o Estado (o chamado padroado, ainda que a separação tenha se dado com a república). (RATTS, 2016, p.4).

Ainda de acordo com as pesquisas de Alex Ratts (2016), o que predominava era uma tentativa de, a todo custo, se criar um ar de identidade nacional no Brasil, onde as diferenças, fossem elas, étnicas, culturais, raciais etc., fossem desconsideradas. Alguns exemplos mencionados que contribuem para a manutenção e legitimação institucional desses preceitos são alguns espaços que adquiriram o status de patrimônio cultural como o Passeio público, também conhecido como Praça dos mártires, o Teatro José de Alencar, o prédio onde se localizava a Assembleia provincial, a Praça General Tibúrcio, conhecida popularmente como Praça dos Leões, dentre outros, sem mencionar a infinidade de ruas e avenidas que homenageiam “personalidades” do período colonial e mais atualmente, da ditadura militar. Qualquer semelhança não é mera coincidência.

Considero importante registrar que alguns símbolos presentes na cidade, mesmo que ainda escassos, demarcam que o Ceará tem suas raízes na negritude e nas comunidades indígenas. Tal constatação é fundamental para destacarmos as insurgências e resistências que permeiam o meio urbano, contestando de inúmeras formas as estruturas coloniais, repressoras e desiguais que nos cercam. Tal fato fica evidenciado no trecho a seguir da pesquisa resultante de caminhadas por alguns espaços de Fortaleza:

No entanto, às vezes nos mesmos locais, outras memórias e histórias emergem. No Passeio Público há um baobá cuja placa de identificação indica que foi plantado em 1910 pelo Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e que tem sido ressignificado durante o evento “Memórias do Baobá”, organizado desde 2010 pelo Núcleo de Africanidades Cearenses da Universidade Federal do Ceará (NACE/UFC). A área tem sido utilizada por lideranças e integrantes das religiões de matriz africana, notoriamente do candomblé (dados de campo). No Centro Cultural Dragão do Mar há uma estátua em bronze do abolicionista que dá nome ao local, de autoria do escultor Murilo de Sá Toledo. (RATTS, 2016, p.5).

Figura 26 – Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção



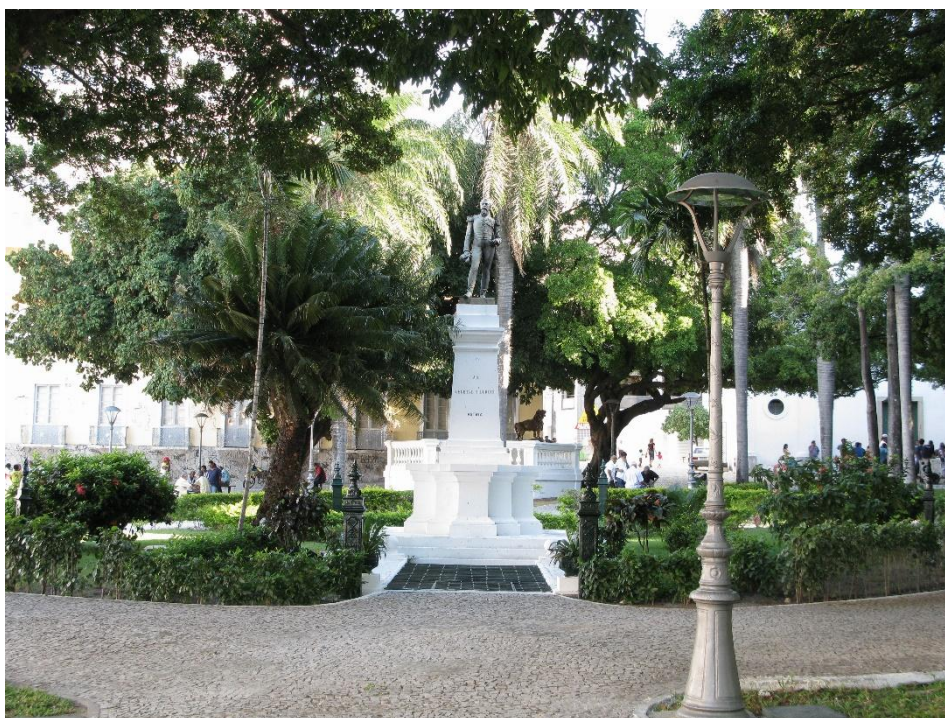
Fonte: Acervo IPHAN (2014).

Figura 27 – Praça do Passeio público



Fonte: Mapa cultural do Ceará (2015).

Figura 28 – Praça General Tibúrcio (Praça dos Leões)



Fonte: Mapa cultural do Ceará (2015).

Figura 29 – Antiga Assembleia provincial (atual Museu do Ceará)



Fonte: Mapa cultural do Ceará (2015).

Figura 30 – Escola de aprendizes marinheiros do Ceará

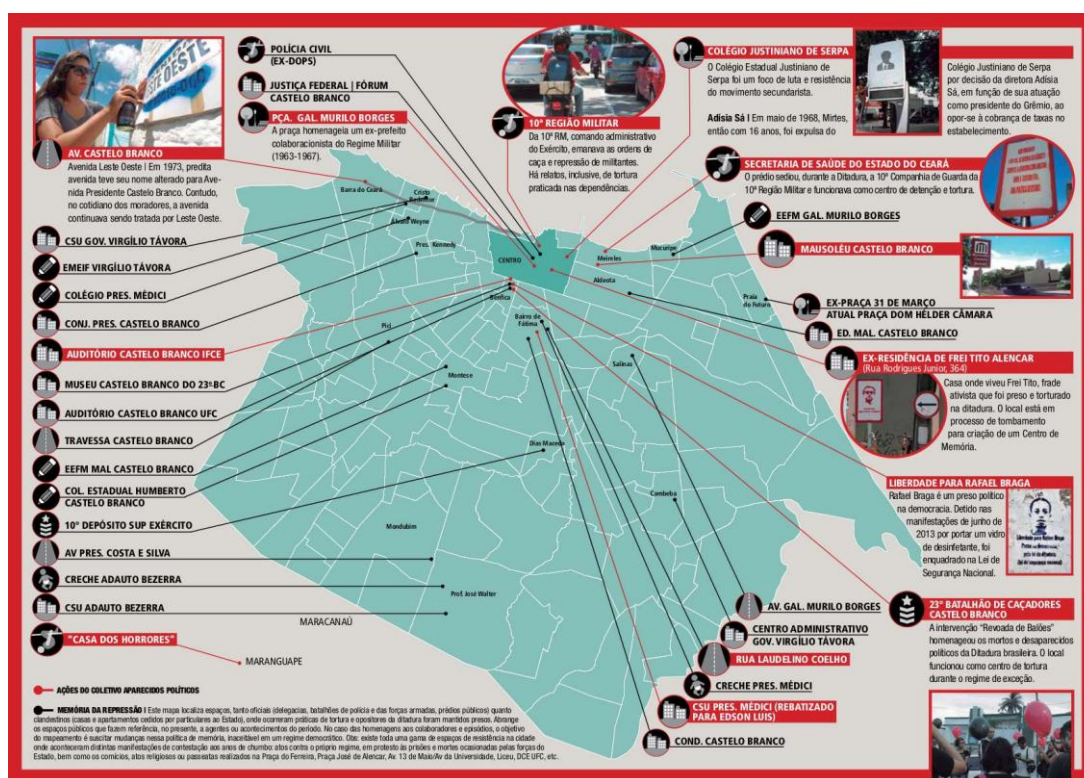


Fonte: Site direito à Cidade – WordPress (2014).

Ao discutirmos sobre essa questão, invariavelmente refletimos como os/as moradores/as do bairro Moura Brasil foram e são impactados por esse cenário, tendo em vista que os equipamentos e demarcações de poder político, econômico e militar estão presentes em grande escala nessa região. As imagens destacadas acima evidenciam símbolos construídos ainda no período colonial enquanto demarcação histórica, mas mesmo após o término “formal” desse período, outras edificações que se relacionam ao poder foram instaladas no território, como: Igreja de Santa Edwirges, Brigada do Corpo de Bombeiros e Perícia Forense (Instituto Médico legal).

Uma cartografia da ditadura em Fortaleza, produzida pelo Coletivo Aparecidos Políticos elenca diversos pontos da cidade que coadunam com essa tentativa de manter viva essa memória da ditadura militar na capital, funcionando como uma espécie de mapa da repressão com diversas homenagens espalhadas em praças, avenidas, equipamentos escolas etc. Vale ressaltar que boa parte desses espaços se concentram no Centro de Fortaleza e adjacências, bom próximos ao bairro Moura Brasil.

Figura 31 – Cartografia da Ditadura em Fortaleza



Fonte: Coletivo Aparecidos Políticos (2020).

Joice Berth aborda essa questão ao refletir sobre como as cidades brasileiras têm absorvido e reproduzido determinados discursos no território urbano:

A cidade não está, e nunca esteve, livre de absorver os discursos que constroem a sociedade, sejam eles libertários ou opressores, estruturais ou superficiais, progressistas ou conservadores. São esses discursos que, somados, configuram seu tecido e suas divisões espaciais. O território urbano é feito de manifestações e de ideias, que podem mudar no decorrer dos processos históricos, mas possuem efeito cumulativo, especialmente se considerarmos suas consequências no tempo.” (BERTH, 2023, p.18).

Acredito que esta pesquisa pode contribuir em lançar luz sobre questões muitas vezes adormecidas e que dialogam diretamente com a constituição do nosso espaço urbano. Entender como esses acontecimentos influenciaram no desenvolvimento das cidades e, por consequência na destinação de espaços privilegiados para alguns, e quase que totalmente desprovido de condições de existência plena. Corroborando com Joice Berth, quando afirma que: “...essa compreensão nos oferece uma certeza: a cidade não é de todos, para todos e por todos. Não é das mulheres, da negritude, dos indígenas, dos LGBTQIA+, ou seja, não é dos grupos minoritários quando evidenciamos o acesso a direitos e a poderes sociais. (BERTH, 2023, p.26).

Dessa forma, fica a problematização de olharmos o presente, buscando compreender como o passado impôs a atualidade, e como a nossa geografia pode ser moldada de acordo com

intenções políticas anteriores e atuais. Questionar como os resquícios da história colonial estabeleceu visualmente uma posição de superioridade e inferioridade em nossas cidades.

Um exemplo que ilustra bem o que estamos falando é a Avenida Presidente Castelo Branco, conhecida como Leste Oeste, construída no período da ditadura militar, inaugurada em 20 de outubro de 1973 que, se por um lado, uniu as duas extremidades da cidade, e até dois municípios (Fortaleza e Caucaia), por outro, estabeleceu um verdadeiro muro que não só expulsou moradores/as, como privatizou faixa da orla marítima antes acessada pelos moradores/as do Moura Brasil.

Figura 32 – Avenida Presidente Castelo Branco – Leste Oeste



Fonte:

Diário

do Nordeste (2022).

Esse andamento mal elaborado também não é obra do acaso. Tampouco as pendências resultantes dele. São resultados de intenções reais que motivaram omissões com as necessidades humanas de alguns grupos em nome da situação desfavorável para outros. A opressão social se refere à limitação, por meio de ações sociais, mas de cunho político, da mobilidade ou desenvolvimento de alguns grupos dentro da sociedade. (BERTH, 2023, p.73).

Para Lélia González (1982), a chegada de pessoas à capital, principalmente retirantes em busca de melhores condições de vida, facilitou a concretização do projeto político dos poderosos e sua busca pelo crescimento econômico a qualquer custo. O processo de industrialização, bem como as inúmeras intervenções urbanísticas nas cidades, tornou a construção civil um ramo de captação de mão de obra barata, principalmente de pessoas negras.

Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar

natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (GONZALEZ, 1982, p.15).

Esse processo de apagamento intencional, de afastamento de qualquer tipo de elemento que possa aproximar a elite com os subalternos, a Casa Grande, com a Senzala está bem explícito também na forma como alguns empreendimentos privados se apresentam. Destaco aqui a localização do Marina Park hotel e da Escola de Gastronomia e Hotelaria do Ceará (Sistema Fecomércio²⁹).

Tais elementos serão enfatizados no trecho seguinte, onde buscaremos debater a partir de aproximações entre situações presentes no território e o conceito de racismo ambiental, numa tentativa de problematizar o cotidiano local e as possíveis práticas que configuram exclusões à primeira vista não intencionais, despercebidas, mas que podem contribuir com os estereótipos sobre o local, negação de direitos e um maior distanciamento entre classes abastadas e pessoas empobrecidas.

4.2 HÁ RACISMO AMBIENTAL NO MOURA BRASIL?

As discussões elencadas até aqui colocam em questão a forma como os “donos” do poder têm reproduzido uma espécie de ciclos de precarização da vida de determinados grupos historicamente excluídos, afetando principalmente a população negra e mulheres nas inúmeras periferias das cidades. Como disse Lélia Gonzalez: “a pobreza é, primordialmente negra e, em segundo plano, feminina”. A esse ciclo, Malcon Ferdinand (2022) tem se referido como uma lógica colonial na forma de habitar a Terra.

Para o autor, três atos principais expressam a violência implementada nessa forma de habitar. São eles: a *Apropriação da Terra*, o *Desbravamento* e o *Massacre e violência aos povos*. Conceber a terra como propriedade privada, que deve servir aos interesses dos colonizadores e dos seus projetos de enriquecimento, ou como na atualidade, legislações que permitam a ocupação de terras públicas por empresas privadas. Desmatar e destruir a paisagem e os

²⁹ Fundada em 1948, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará (Fecomércio) é uma entidade sindical patronal que congrega 34 sindicatos do setor do comércio, os quais representam mais de 150 mil empresas atacadistas e varejistas.

ecossistemas próprios do ambiente, aliados ao uso da força e da exploração do trabalho dos nativos que residem nas regiões a serem apropriadas.

Com seus princípios, seus fundamentos e suas formas, o habitar colonial reúne os processos políticos e ecológicos da colonização europeia. A escravização de homens e mulheres, a exploração da natureza, a conquista das terras e dos povos autóctones, por um lado, e os desmatamentos, a exploração dos recursos minerais e dos solos, por outro, não formam duas realidades distintas, e sim, constituem elementos de um mesmo projeto colonial. A colonização europeia das Américas é apenas o outro nome da imposição de uma maneira singular, violenta e destruidora de habitar a Terra. (FERDINAND, 2022, p.56).

A luta de classes e a mentalidade capitalista tem dado as ordens e criado o regramento excludente da urbanização, definindo ainda como os espaços devem ser utilizados, por quem, e de qual forma é permitido aos mesmos ocupar. “Em muitas obras que se dispõem a analisar o problema das desigualdades sociais a partir da fragmentação do espaço urbano, a luta de classes desponta como o principal organismo atuante que define as dinâmicas sociais das cidades.” (BERTH, 2023, p.57).

Certamente o racismo e o machismo não foram idealizados pelo capitalismo emergente junto à composição urbana, consequência da revolução industrial, mas esse sistema confere um *modus operandi*, uma personalidade própria ao racismo e machismo como sistema de dominação e exploração, atuando de forma conjunta na maioria das vezes. Essa tríade se estende para o território, para o espaço urbano das nossas cidades.

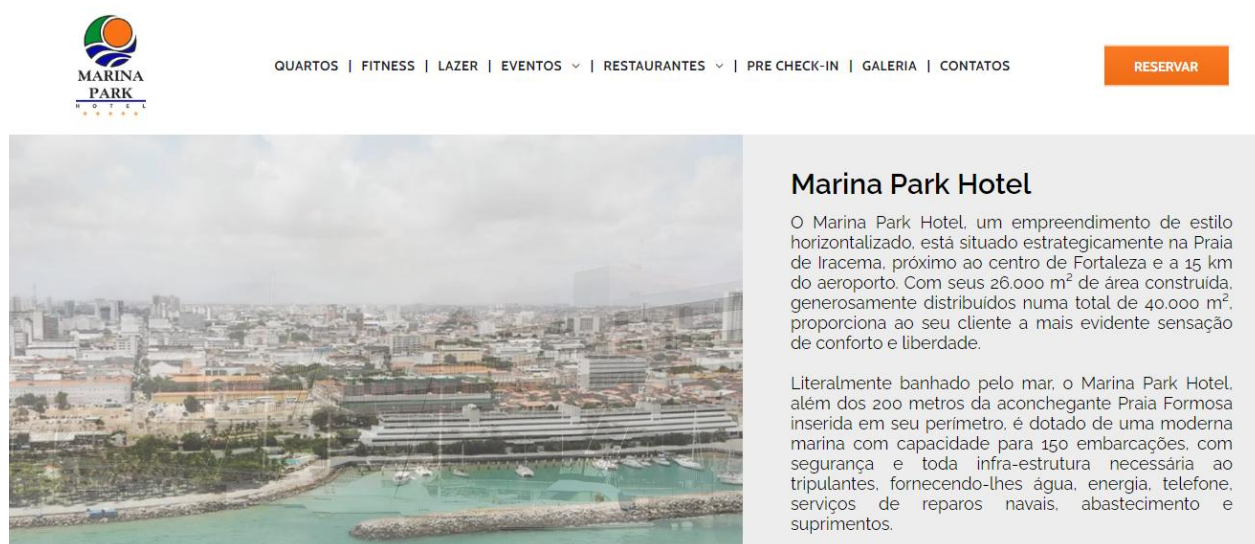
Dessa forma, mais uma vez apontamos a importância de trabalharmos essas questões como forma de se buscar perceber como essa operação impacta na racialização da população empurrada para os morros da cidade. Ao desconsiderar esses elementos, corremos o risco de tomar o capitalismo como único vetor do processo de formação urbana que vivemos ao longo dos anos, deixando de lado a questão racial que é fator constituinte.

Retomando uma questão apontada no trecho anterior, refiro-me ao Marina Park Hotel e Escola de Gastronomia e Hotelaria do Ceará. Ao mesmo tempo em que percebemos uma divisão do espaço urbano entre ricos e pobres, e o regramento sobre as formas de ocupar determinados ambientes, constatamos também como parte do roteiro, uma tentativa de se afastar ao máximo do quarto de despejo, se auto-localizando fora das zonas tidas como periféricas e se aproximando das zonas “nobres”, mesmo que de forma fictícia.

Até a data desse registro, os dois equipamentos mencionados, mantem em seus sites endereços que intencionalmente omitem a sua presença no bairro Moura Brasil. No caso do Marina Park, na página inicial de seu site, consta: “*O Marina Park Hotel, um empreendimento de estilo horizontalizado, está situado estrategicamente na Praia de Iracema, próximo ao Centro*

de Fortaleza e a 15km do aeroporto.”. No rodapé do site, o endereço já não se apresenta como Praia de Iracema, mas ainda assim, omite estar localizado no Moura Brasil.

Figura 33 – Página inicial do Site do Marina Park Hotel



Fonte: Site do Marina Park Hotel (2024).

De modo semelhante, a Escola de Gastronomia e Hotelaria do Ceará, fruto de uma parceria entre o governo do estado e o sistema Fecomércio, traz em seu site a localização do estabelecimento no Centro de Fortaleza, e não no Moura Brasil, estando da seguinte forma: “*Em parceria com o Governo do Estado do Ceará, o Sistema Fecomércio inaugurou a Escola de Gastronomia e Hotelaria do Ceará, em dezembro de 2021. Localizada no Centro de Fortaleza, o espaço conta com mais de quatro mil metros quadrados e reúne ações e serviços da Fecomércio, Sesc e Senac.*”

Figura 34 – Site do Sistema Fecomercio – Escola de Gastronomia e Hotelaria do Ceará



Fonte: Site do Sistema Fecomercio (2024).

Ao não percebermos nenhuma preocupação em desenvolver ações com o objetivo de aproximar ou inserir populações excluídas à estrutura das cidades, nem mesmo a discussão de como essa ausência decorre de ações políticas históricas, fica mais evidente que a urbanização dos territórios segue uma agenda de interesses do poder dominante, estabelecendo cisões entre centro e periferia.

Tais fatos nos aproximam do conceito de racismo ambiental que “...é um dos vieses da colonialidade no Brasil. Redesenha e reorganiza as práticas e os *modus operandi* de exploração, tanto étnico-racial quanto fundiário propriamente dito.” (BERTH, 2023, p.152).

De acordo com Tânia Pacheco (2006), podemos considerar Racismo ambiental como um conjunto de injustiças sociais e ambientais que atingem de forma desigual as populações vulnerabilizadas. Convém dizer que, para a autora, o racismo ambiental não se dá apenas quando as ações tenham intenções racistas, mas também pode acontecer quando as iniciativas realizadas no território constituam algum tipo de impacto racial, ainda que “aparentemente” sem intenção.

A relação histórica com o território brasileiro, que privilegiou poucos com enormes quantidades de Terras e, além de não permitir que outros tantos a acessassem, ainda os obrigou a trabalhar para manter as propriedades dos “senhores” contribuiu, ou mesmo definiu de sobremaneira a forma de divisão do espaço urbano atual, delimitando uma inegável divisão racial do território das cidades.

A Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queirós – que proibiu o tráfico de escravizados e também foi sancionada em 1850 são dois principais pontos que ensaiaram a consolidação do capitalismo contemporâneo pela relação senhor de engenho-escravizado. Essas mudanças são bons exemplos de como o colonialismo se transformou em colonialidade. A conversão da terra em propriedade privada definiria as bases sociais e físicas das cidades, preparando absolutamente o território para uma divisão racial do espaço urbano pós-colonial. Essa divisão seria conduzida pelo capital empresarial. Contudo, essas relações coloniais renovadas no Império ainda se deram mediante um rigor ético e moral escravista que se conservou nas elites, inclusive nas futuras elites industriais – temos, então, a gênese de uma nova fase do racismo e do poder patriarcal que viria a moldar as nossas cidades. Podemos dizer, sem receio de equívoco, que a base excludente e desigual da urbanização brasileira é a questão fundiária. Nossas opressões nasceram da disputa pela terra. Esta é a gênese da sociedade brasileira moderna. (BERTH, 2023, p.91).

Um dos responsáveis pela redação histórico-territorial desse conceito, bem como pelas primeiras discussões sobre racismo e justiça ambiental é o americano Robert Bullar. Esse termo surge inicialmente nos Estados Unidos, e posteriormente, adquire uma maior capilaridade na África e Ásia. Podemos considerar que no Brasil, esse debate, embora bem frequente na atualidade, ainda é uma discussão relativamente recente. “Abordar as injustiças ambientais implica compreender e revelar assimetrias de poder e esquemas de opressão social que perpetuam desigualdades socioambientais.” (FILGUEIRAS, 2021, p.53).

O tema do racismo ambiental também é salientado por Selene Herculano (2006), sendo definido como uma diversidade de ações dos governos que acabam por prejudicar grupos marginalizados. Dessa forma, ela o concebe como:

[...] conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais. (HERCULANO, 2006, p.189).

A autora complementa sobre o desafio existente no Brasil sobre a dificuldade que a maioria das pessoas têm em perceber e visualizar as injustiças ambientais, mesmo aquelas que vivem em territórios altamente impactados pela desigualdade ambiental. De certa forma há uma naturalização de determinadas situações que ficam encobertas pelas condições de precariedade existentes no local que destinam ônus a alguns em detrimento do suposto desenvolvimento que beneficia a outros.

Tais discussões nos fazem olhar para o bairro Moura Brasil e levantar alguns questionamentos sobre determinadas situações e instalações muitas vezes naturalizadas, que já fazem parte inclusive da paisagem urbana, evocando memórias e histórias que contribuem muitas vezes para a desqualificação do lugar, da recusa em frequentar certos espaços e privação de ocupação da comunidade local em outros. Para exemplificar, cito 02 situações, para que problematizemos como as mesmas se aproximam a práticas que podem configurar racismo ambiental. São elas: A estação de tratamento de esgoto da CAGECE³⁰ e a instalação do Instituto de Perícia Forense (IML).

Figura 35 – Matéria sobre o mau cheiro da estação de tratamento de esgoto / Fonte: Diário do Nordeste (2009).



³⁰ Fundada em 1971, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) é uma empresa de economia mista de capital aberto que presta serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto no Ceará.

Figura 36 – Estação de Pré condicionamento (EPC) de Esgoto - Fortaleza



Fonte: Site CAGECE (2021).

Quem mora em Fortaleza, ou não, e já tenha passado pela Avenida Leste Oeste, nas imediações do bairro Moura Brasil já se deparou com um forte odor desagradável provocado pela alta concentração de esgoto na estação de tratamento presente no local. Tal fato suscita diversos comentários e referências pejorativas ao local, e até, por parte de algumas pessoas a evitação em se banhar nas praias da Leste Oeste, próximo a tal ponto. Vejamos o que diz o site da CAGECE ao se referir ao equipamento:

Inaugurada em 1998, a EPC foi uma das execuções mais importantes do Sanear. Instalada pela Cagece no bairro Moura Brasil, capital, a EPC tem função essencial no sistema de esgotamento desenvolvido pela companhia, que é remover os sólidos presentes no esgoto. Ela é responsável por receber e realizar o tratamento preliminar dos esgotos coletados na maior parte da Região Metropolitana de Fortaleza. Projeta o esgoto tratado à extensa distância da costa, em ponto de convergência das correntes marítimas que favorece a irrestrita dispersão em alto-mar. (CAGECE, 2023).

Podemos nos perguntar quais critérios foram utilizados para a instalação do equipamento em tal local. A dinâmica de benefício e desenvolvimento da cidade e os impactos à comunidade provenientes da instalação da EPC, bem como a ausência de grandes discussões sobre tal situação, nos aproxima do que vimos discutindo até o momento em relação ao racismo ambiental. De tal modo, esse processo de exclusão tem a ver também com a fragilização da cidadania de tais pessoas.

A situação mencionada é corroborada por Joice Berth (2023), quando afirma que o racismo ambiental se refere a toda e qualquer política, prática ou decisão que possa angariar desvantagens de maneira assimétrica ou desproporcional a indivíduos, grupos ou comunidades

com base em raça. Também incide diretamente no meio urbano, como, por exemplo, nos debates sobre saneamento básico, mas, de maneira geral, se concentra nas questões climáticas.

Seguindo esse mesmo caminho de reflexão, trazemos aqui outra instalação que cerca o local e, de certa forma, faz parte da paisagem urbana de Fortaleza e da memória de vários fortalezenses com histórias de cunho pejorativo que em nada contribuem com a dignidade do território. Tal equipamento, por si só, já é de uma carga simbólica muito forte, pois nesse espaço, a morte está sempre presente, a análise de corpos impactados por toda forma de doença, violência ou outras causas que cessam a vida. Não aprofundaremos o debate sobre o simbolismo da morte e as relações com o território.

O Instituto Médico Legal (IML) criado no Ceará por meio da Lei estadual nº 8.102/1956 teve o início dos seus trabalhos em parceria com a Universidade Federal do Ceará, ainda sem local fixo. De acordo com informações do Governo do Estado do Ceará (2018), a partir da década de 1970 iniciou-se a busca por um local fixo para o serviço. Em 1975, o então Serviço de Verificação de Óbito (SVO), instalado na Parquelândia, dá lugar ao IML.

Em meados do ano de 1984, durante o governo estadual de Gonzaga Mota, inicia-se a construção do novo prédio do Instituto, agora no bairro Moura Brasil. Atualmente funcionam no local os serviços realizados pela Perícia Forense do Estado do Ceará. Segundo registros da época, um dos motivos da retirada do IML do bairro Parquelândia, que por coincidência, um bairro conhecido por abrigar pessoas com poder aquisitivo mais elevado, seria a proximidade com as residências. Tal motivação não teve a mesma aplicabilidade ao transferi-lo ao Moura Brasil, pois é possível perceber as casas ao fundo na imagem abaixo, ainda da construção em 1984.

Figura 37 – Construção do Instituto Médico Legal - 1984



Fonte: Facebook – Fortaleza Nobre (2020).

Figura 38 – Fachada da Perícia Forense – Bairro Moura Brasil



Fonte: Acervo Governo do Estado do Ceará (2018).

Embora sejam dois equipamentos diferentes, eles acabam tendo histórias e referências que se complementam. Mesmo adquirindo o status de uma espécie de lenda urbana, quem tem um pouco mais de idade já deve ter ouvido que pedaços de corpos eram descartados do IML e jogados na praia da Leste Oeste, por isso o mal cheiro que exalava/exala naquele trecho da praia.

Aqui percebemos um quê de história engraçada, dada a bizarrice dessa invenção, mas que um olhar mais apurado nos leva a perceber que essas histórias se interligam entre os equipamentos contribuindo para um olhar que marginaliza o território, e consequentemente estigmatiza seus moradores/as.

Em suas reflexões, Joice Berth dialoga com o conceito de racismo ambiental chamando a atenção para a discussão em torno do que chama de racismo urbano, entendendo que o mesmo:

...se refere, principalmente, à divisão racial dos espaços nas cidades e suas consequências, tais como, a segregação socioespacial, a mobilidade urbana precarizada nas áreas de periferia, a fragmentação das cidades, a escassez de equipamentos urbanos de qualidade nas regiões periféricas, a gentrificação, a transposição da configuração casa-grande-senzala para o meio urbano, a dicotomia centro-periferia, a criminalização das ocupações por movimentos sociais, a repressão e o descaso com a população em situação de rua, a naturalização da subalternidade por meio da ideologia por trás da expressão áreas nobres, o genocídio da população negra, entre outros elementos. (BERTH, 2023, p.152).

Há de se concordar que o racismo, seja ele ambiental ou urbano apontam para horizontes semelhantes e em alguns momentos se complementam, mas a partir do ponto de vista apresentado, os mesmos parecem percorrer caminhos diferentes de expressão da dominação e opressão a partir da raça. O racismo urbano se perpetua a partir da relação mais direta com as intervenções urbanas, enquanto o ambiental, tem uma amplitude maior e mais complexa englobando a negação do acesso à Terra, o sofrimento de grupos racializados como negros, indígenas e ribeirinhos comprometendo também o acesso aos recursos naturais tão necessários à sobrevivência dessas populações.

4.3 QUEM ESCUTA AS CATADORAS?

Toda a discussão teórica e conceitual tecida durante esse capítulo, nos mostra como o tema tem sido debatido e problematizado por diversos autores/as que se propõem, não somente a discuti-los, mas também apontam possibilidades de implementação de algumas iniciativas que venham buscar uma mudança de paradigmas.

Seguindo essa proposta Teórica, Afetiva e Política, nesse trecho são apresentados alguns elementos apontados pelas próprias catadoras que estão no território e que vivenciam toda essa complexidade elencada. Essa é também uma decisão política que visa alterar a lógica, romper com a estabilidade também presente muitas vezes na academia, e trazer para o campo do debate, da escuta, da proposição e reflexão os próprios sujeitos que estão sendo impactados pelas realidades apresentadas.

Nesse sentido, estabeleço um diálogo com Malcon Ferdinand a partir do que ele chama de “Porão”, sendo uma espécie de lócus social aonde estão as pessoas marginalizadas e excluídas historicamente. Carolina Maria de Jesus, de maneira semelhante, cita por diversas vezes o quarto de despejo como sendo esse local de invisibilidade, de negação de direitos, onde muitas vezes as consequências das benesses concedidas aos poderosos recai. Para ela “A favela é o quarto de despejo. E as autoridades ignoram que tem o quarto de despejo.” (JESUS, 2021, p.107).

O mundo Caribenho, mencionado por Ferdinand pode ser nesse momento o Moura Brasil, e as catadoras as teóricas, pensadoras críticas que buscam romper com essa lógica do porão, do quarto de despejo como no trecho a seguir:

Eu, a *contrário*, faço do mundo caribenho um palco de pensamento da ecologia. Pensar a ecologia a partir do mundo caribenho é a proposta de um *deslocamento epistêmico dos pensamentos do mundo e da Terra no coração da ecologia*, ou seja, uma mudança de cena das produções de discursos e de saberes. Em vez do palco de um homem branco livre, com formação superior e de classe abastada, que passeia pelos campos da Geórgia, como John Muir, pela floresta de Montmorency, como Jean-Jacques Rousseau, ou em torno do lago Walden, como Henry David Thoreau, proponho adotar outra cena que se desenrolaria historicamente no mesmo momento: a das violências infligidas a homens e mulheres escravizados, dominados social e politicamente no porão do navio negreiro. As relações de poder Norte/Sul, os racismos, as escravidões históricas e modernas, os rancores, os medos e as esperanças constitutivos das experiências do mundo são colocados no coração do navio a partir do qual a tempestade ecológica é apreendida. (FERDINAND, 2022, p.33).

Dessa forma, trazemos a seguir as reflexões, de forma sintética, de algumas interlocutoras acerca da cidade de Fortaleza, levando em consideração duas perguntas orientadoras sobre suas visões e desejos refletindo como a cidade seria se fosse das, para e com as catadoras de resíduos sólidos recicláveis. Desde já, partilho que, nesse momento da pesquisa, não foi possível registrar

as reflexões de duas interlocutoras devido a questões de doença de uma delas, e saída da associação, de outra interlocutora. Tais questões serão retomadas no capítulo seguinte.

- Para você, como seria a cidade de Fortaleza das catadoras de resíduos sólidos recicláveis?

- **Espedita Maria de Jesus:** *“Seria uma cidade mais limpa e sustentável, onde a **prática da reciclagem seria levada a sério**, teríamos um mundo mais sustentável e saudável.”*

- **Carla de Jesus Ferreira:** *“Se a Fortaleza fosse minha, assim, mulher, teria que ter mais **igualdade**. Não podia faltar a igualdade com as mulheres, pois ainda tem muita desigualdade, **ainda mais com as mulheres catadoras**. Ter mais **educação**. Ter mais lazer para as crianças. Quando tiver uma pracinha quebrada, com urgência ajeitar, pois ali é o **lazer das crianças**. Se quebrar não vai ter como ela brincar. É isso!*

- **Raquel Nascimento Aires:** *“Pra nós, a cidade de Fortaleza, para as catadoras, devia ser uma **cidade mais justa**, né? Mais digna. A gente conseguir o nosso salário mínimo, ter mais médicos, **ter mais infraestrutura**, ter mais pessoas ajudando a gente de várias formas, né? Nem só com a reciclagem ou com dinheiro, mas ajudar também **psicologicamente** quando a catadora fica doente. Pra gente uma cidade de Fortaleza deveria ser mais justa, com mais **igualdade**, porque eu não vejo isso ainda.”*

As falas das interlocutoras expressam questões semelhantes sobre diversos aspectos de suas vidas, sejam no âmbito da comunidade em que moram, assim como referentes ao trabalho que desenvolvem. Para as mesmas, fica evidente a presença de uma injustiça que assola principalmente as mulheres negras catadoras. Para Carla Nascimento, essa desigualdade recai com uma força maior sobre elas. Tal fato é também reforçado por Raquel Nascimento.

A dimensão do reconhecimento do seu trabalho enquanto catadoras também é colocado numa situação contraditória por Espedita de Jesus, pois ao mesmo tempo em que as mesmas atuam prestando serviço em um projeto específico da prefeitura municipal, a mesma pontua que o trabalho não é realmente valorizado. Seriam mais importantes os selos e reconhecimentos destinados à gestão municipal, do que a vida de catadores/as juntamente com a questão ambiental?

O cuidado com o território, com mais infraestrutura, equipamentos públicos e investimento em ações de atenção à infância são trazidos nesses relatos, mas também em outros trechos ao longo da pesquisa, onde apontam sua preocupação com a ausência de políticas públicas no território que contribuam para o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens no Moura Brasil.

- O que você pensa e deseja para o Bairro e para a associação Moura Brasil?

- **Espedita Maria de Jesus:** *“Eu penso que o bairro tem um auto potencial para a prática da reciclagem, onde a associação Moura Brasil tem um papel fundamental para levar a conscientização a todos os moradores do bairro, eu relação a coleta seletiva.”*

- **Carla de Jesus Ferreira:** *“Para o bairro, eu achava muito bom que tivesse mais canto para as crianças brincarem, porque no bairro que eu moro (Moura Brasil), fizeram somente uma pracinha com brinquedo, que já não tem mais brinquedo, só tem o escorregador e não tem mais balanço. Para a associação Moura Brasil era muito bom um espaço para que todos soubessem que ali tem uma associação de catadores, que possam doar para a associação, porque até no bairro mesmo ainda tá um pouco desconhecido.*

- **Raquel Nascimento Aires:** *“O que eu desejo pra associação é crescimento. Que a gente consiga crescer e que o bairro consiga valorizar o nosso trabalho, que eu ainda não vejo também essa valorização que a gente tá precisando muito. Mas eu desejo que a associação cresça bastante, né?”*

Novamente neste trecho, percebemos que a desvalorização ou falta de reconhecimento social acerca da catção se dá dentro e fora do território. A contradição fica evidente quando percebemos um grande apelo à questão ambiental e a retomada de práticas que contribuam com a sustentabilidade do planeta e enfrentamento às emergências climáticas por um lado. Por outro, percebemos ainda uma ausência de políticas que amparem os/as trabalhadores/as que se dedicam a coletar, tratar e possibilitar uma destinação adequada a esses resíduos.

A negligência não se limita a questões trabalhistas e/ou de reconhecimento do serviço, mas se ampliam para os territórios aonde residem esses/as trabalhadores/as, se mostrando como ambientes com pouca estrutura, moradias precárias, ineficiente sistema de esgoto e abastecimento de água etc.

Na fala de Raquel Nascimento, uma dimensão super importante é apontada, a saúde mental. Isso nos revela que as marcas excludentes da precarização são concretas e simbólicas, se instalam nas edificações ou falta delas, no território, mas sobretudo adentram a vida das pessoas, suas emoções, afetos, auto estima, e com isso contribuem para a manutenção desse ciclo de injustiças socioambientais.

Não podemos cair no erro de pensar que somente a intervenção urbanística ou a elaboração de políticas públicas adequadas podem solucionar um problema que é estrutural. No entanto, ações nesse sentido podem contribuir significativamente para a superação de injustiças históricas, por exemplo, informar local de residência é sempre um requisito quando pessoas negras estão procurando um emprego. (BERTH, 2023, p.100)

Olhar para os desafios atuais do território e perceber como estes fazem parte de um repertório bem planejado que se repete, com novas roupagens na nossa história é fundamental para que possamos lutar para romper com esses ciclos tão complexos. Para isso, ouvir e, principalmente, considerar as inúmeras contribuições que são oferecidas pelas mulheres catadoras pode nos ajudar a vislumbrar novos caminhos de inclusão e justiça socioambiental.

São várias as vivências de solidariedade, incidência política e demais ações cotidianas expressas pelas mulheres catadoras nos mais diversos espaços que estão inseridas. No próximo capítulo, queremos visibilizar encontros teóricos, afetivos e políticos entre mulheres negras, fazendo ecoar suas vozes e ações que nos inspirem a seguir re-existindo.

5 UM ENCONTRO ENTRE MULHERES, NEGRAS, CAROLINAS

“O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém.” (JESUS, 2014, p.65).

Durante o percurso desta pesquisa etnográfica, a intenção sempre foi a de visibilizar trajetórias, histórias de vida que se cruzam e que conversam entre si, a partir de seus territórios, trabalhos, incidências políticas, denúncias, resistências, questões raciais e de gênero etc. A construção de um diálogo Afetivo, Teórico e Político foi nosso horizonte. Digo nosso, pois esse trabalho é construído de forma coletiva, inspirado pelas interlocutoras/teóricas e por Carolina Maria de Jesus.

Este capítulo se constitui com um foco maior na dimensão Afetiva, embora não deixe de evocar questões políticas e teóricas refletidas por diversos(as) pensadores(as). Estas próximas páginas são dedicadas a apresentar algumas ligações entre essas mulheres, para além dos desafios, a dimensão da luta, do afeto, da resistência. A partir dos diálogos com as mesmas, apontar suas percepções raciais, contradições etc. A participação no espetáculo teatral, “Eu, Amarelo: Carolina Maria de Jesus”³¹, protagonizado pela atriz Cyda Moreno é um momento muito importante, tendo em vista que foi o mergulho na história de vida de Carolina Maria de Jesus, de conversas entre aspectos de suas vidas, além de se efetivar como um instrumento de acesso à cultura em um espaço bem próximo ao bairro Moura Brasil, mas que ainda se mostra simbolicamente distante para algumas pessoas.

Retomando a problematização de Sueli Carneiro quando destaca a necessidade de se evocarem as especificidades referentes às experiências das mulheres negras nas pautas feministas, percebemos que a dimensão afetiva, do sentimento, também é muitas vezes desconsiderada para as mulheres negras, reforçando um lugar de subalternidade e subumanização da vivência e existência feminina negra, processo muito presente na formação sociocultural da sociedade brasileira.

Tal questão é corroborada pela Antropóloga Lélia González ao nos chamar atenção para os vários desafios e violências físicas e simbólicas que acompanham as mulheres negras. Dessa forma, o convite é para que essas desigualdades fossem refletidas a partir do debate

³¹ A participação no espetáculo teatral “Eu, Amarelo: Carolina Maria de Jesus” ocorreu no dia 19 de março de 2024, na Caixa Cultural Fortaleza.

interseccional, enfrentar as opressões fazendo uma problematização com lentes que permitam articular marcadores como raça e gênero.

Quando no capítulo anterior, problematizamos com a pergunta: *Quem escuta as catadoras?*, não nos referimos somente às suas vozes, reivindicações de um mundo concreto, mas perpassa para um mundo simbólico, que está intrinsecamente ligado às suas existências, identidades, desejos, sentimentos. Esta ação objetiva contribuir para o resgate de sua “humanização”, tendo em vista que para as mulheres negras, até as emoções e afetos foram negados historicamente, sendo desconsiderados e/ou camuflados pelas explorações que, de certa forma, distorceram e encobriram a capacidade de demonstrar e sentir amor.

Numa sociedade onde prevalece a supremacia dos brancos, a vida dos negros é permeada por questões políticas que explicam a interiorização do racismo e de um sentimento de inferioridade. Esses sistemas de dominação são mais eficazes quando alteram nossa habilidade de querer e amar. Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, “feridos até o coração”, e essa ferida emocional que carregamos afeta a nossa capacidade de sentir e consequentemente, de amar. Somos um povo ferido. Feridos naquele lugar que poderia conhecer o amor, que estaria amando (HOOKS, 2010).

Dialogando com a jornalista e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, Luana Franciele Miranda Souza (2020), se faz muito importante trazermos à tona sobre como o período colonial escravagista deixou suas marcas profundas na população negra, e no caso das mulheres, que eram obrigadas a assistir seus filhos e maridos serem espancados e mortos, sem que seu sofrimento e dor fossem notados ou levados em consideração. Sem mencionar a venda, troca, rapto e morte de seus bebês, a violência cruel, o estupro, a animalização de seus corpos e de seus familiares, sem ao menos terem o direito de expressar e vivenciarem o luto, pois suas funções não eram compatíveis com o sentimento, com a emoção, mas com a produção, a força de trabalho, com a tarefa única e diária de satisfazer os senhores(as) naquilo que eles bem entendessem. Esse cenário extremamente violento provocou uma espécie de afastamento das vivências compreendidas como afeto e amor. Havia, naquele contexto, uma negligência intencional com o sentimento e a saúde emocional de mulheres negras. Suas emoções foram subtraídas, à medida em que desqualificadas, não consideradas, desumanizadas.

Nos dias atuais, essas experiências foram ressignificadas à medida em que ocorriam os avanços civilizatórios instituídos pelo movimento de mulheres negras dissidentes que impuseram suas especificidades nas pautas feministas que, em outrora, corroboraram com o apagamento e silenciamento das existências e vozes femininas negras. Entretanto, as práticas de invisibilização da experiência de sujeitas negras, bem como as reconfigurações das maneiras de oprimir e subjugar as nossas potencialidades, permanecem protegidas pela atuação do racismo e patriarcalismo que seguem

unificados fazendo a manutenção dos seus sistemas excludentes, perversos e estruturantes. (SOUZA, 2020, p.253).

Estabelecer uma relação com a história violenta da escravidão no período colonial, não significa somente buscar ligações com o passado, mas principalmente perceber como essas questões se colocam atualmente, com novas roupagens. Essas práticas não se repetem hoje quando muitas mulheres, principalmente negras, nas periferias têm seus filhos arrancados de casa, seja pela polícia ou por grupos criminosos, sem saber se voltam com vida? Ou mesmo quando diariamente centenas de jovens negros morrem vítimas de abordagens policiais e/ou “balas perdidas”. Quando muitas vezes não acompanham o desenvolvimento de seus filhos/as pela enorme demanda de atividades para garantir o sustento familiar? Essas, a meu ver também são práticas atuais que massacram e suprimem a expressão de afetividade das mulheres negras, tão empurradas para o enfrentamento constante das mazelas da vida, resultados de uma luta constante contra um verdadeiro genocídio e encarceramento em massa da população negra.

Conforme aponta a historiadora e intelectual negra, Beatriz Nascimento (1990), o racismo é um emaranhado de sutilezas que se multiplica de forma cada vez mais forte. Para a autora, são essas delicadezas que permitem que as mesmas condições sociais experienciadas no passado sejam reconfiguradas no presente e mantenham, mesmo que com os avanços, as mulheres negras na base da pirâmide social.

A mulher negra na sua luta diária durante e após à Escravidão no Brasil, foi contemplada como mão-de obra, na maioria das vezes não qualificada. Num país em que só nas últimas décadas desse século, o trabalho passou a ter significado dignificante, o que não acontecia antes, devido ao estigma da escravatura, reproduz-se na mulher negra “um destino histórico”. É ela quem desempenha, em sua maioria, os serviços domésticos, os serviços em empresas públicas e privadas recompensadas por baixíssimas remunerações. São de fato empregos onde as relações de trabalho avocam as mesmas da Escravocracia (NASCIMENTO, 1990).

Essa breve contextualização nos faz refletir sobre o quanto muitas mulheres negras carregam sobre elas o silenciamento em diversos âmbitos de suas vidas. Acredito que mais uma vez refletir sobre essas questões, pode nos ajudar a enfrentar de forma coletiva essas práticas violentas e opressoras, facilitando espaços de expressividade de suas vivências.

5.1 AS CATADORAS E SUAS PERCEPÇÕES RACIAIS

Em uma sociedade marcada por preconceitos, estereótipos e violências diversas, o racismo se apresenta como uma chaga que atravessa o tempo, se atualiza na nossa história e continua a cumprir seu objetivo de subalternizar pessoas, desumanizar seres, desautorizar a

plenitude das existências e, ainda hoje, tenta silenciar vozes ancestrais que resistem através das gerações.

Mantendo nosso exercício de problematizar o cotidiano vivido pelas mulheres catadoras do Moura Brasil, a partir de seus relatos e experiências, nossa discussão segue em diálogo com as mesmas, por meio de suas partilhas. No decorrer deste tópico, refletiremos sobre suas percepções raciais e processos de autorreconhecimento, bem como aspectos que indicam estar num processo de amadurecimento e também com conflitos internos sobre sua pertença racial.

É importante resgatar aqui algumas características que acompanham o racismo em sua concretização, sendo elas a *construção de diferença, hierarquização e preconceito*. Na primeira, percebemos que a pessoa é tida como “diferente” por conta de sua origem racial. Mas para ser diferente, é preciso saber: diferente de quê ou de quem? Aqui a relação de poder desigual fica evidente, pois qual o parâmetro, o ideal para que alguém seja considerado diferente? O padrão é o *branco*, pois se o padrão fosse o *negro*, se o poder de se definir enquanto parâmetro estivesse com a população negra, os brancos é que talvez seriam considerados os diferentes. Não bastasse a diferenciação feita, essa vem acompanhada de estereótipos, estigmas, inferiorização que implica numa relação de hierarquia entre os sujeitos. Esses processos se articulam com o poder histórico, político, econômico e social, formando assim o racismo tão perverso e ramificado nos vários âmbitos da nossa sociedade.

Gostaria de retomar aqui o impacto e simbolismo do racismo e da escravidão como marcas que perpassam a história da nossa sociedade, para dialogar com o a dificuldade não somente de expressar sentimentos, com os silenciamentos nos espaços, com a imposição da “dureza” como forma de lidar com as intempéries da vida sem muitas vezes ousar demonstrar fraqueza, mas também com a dificuldade muitas vezes de se afirmar enquanto pessoa negra cotidianamente, pois essas experiências de práticas racistas não acontecem isoladamente, mas situações são percebidas e confrontadas diariamente, em diversos locais, dentro e fora do território em que vivem.

Recorro à Teórica, Escritora e Psicanalista portuguesa, Grada Kilomba (2019) que em seu livro, *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, traz como elemento de reflexão, a “máscara”, item que as pessoas escravizadas eram obrigadas a utilizar como forma de castigo, como um item que impossibilitava o consumo de alguns alimentos das plantações nas fazendas, e que também como consequência produzia um ambiente de medo, de silenciamento e tortura sem a possibilidade de qualquer expressão.

A boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancas/os querem – e precisam – controlar e, consequentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado. (KILOMBA, 2019, p.33).

A autora segue refletindo como a boca e sua utilização por parte de escravizados/as para o consumo de itens das plantações (que devido ao seu trabalho, deveriam ter o direito natural de consumi-los) e a negação dos/as senhores/as em conceber que “outros/as” tivessem acesso a seus bens, provocou uma projeção e a “crença” de que existe um “outro” e que este é que rouba aquilo que lhe pertence. Ou seja, aquilo que eram características dos brancos, tortura, exploração, apropriação de bens, foram vinculados à população negra, atribuindo-a, dentre outras coisas, marcas negativas e o status de “outro”, que carrega toda a carga negativa que se possa imaginar.

A máscara, portanto, levanta várias questões: porque deve a boca do *sujeito negro* ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o *sujeito negro* dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o *sujeito branco* teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o *sujeito* colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “*Outra/o*”. Verdades que têm sido negadas, reprimidas mantidas e guardadas como segredos. Eu gosto muito deste dito “mantido em silêncio como segredo”. Essa é uma expressão oriunda da diáspora africana e anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo. (KILOMBA, 2019, p.41).

De certa forma, as partilhas realizadas pelas mulheres catadoras do Moura Brasil, figuram como segredos silenciados, à medida em que, a não ser para dados em algum questionário governamental, a sua autopercepção racial pouco importa ou não é suscitada de forma a provocar reflexões, dúvidas, contradições internas.

Essa contradição, dúvida ou mesmo uma certa surpresa ao serem questionadas sobre seu pertencimento racial ficam mais evidente nas falas apresentadas por uma fundadora, Dona Sônia Nascimento e uma catadora continuadora da associação, Carla de Jesus Ferreira. Para Dona Sônia, em um primeiro momento sua fala pode revelar uma certa recusa, ou tentativa de afastamento em identificar-se como negra, mas imediatamente esse conflito interno, de se perceber e talvez por diversos motivos não querer se reconhecer como tal, se transforma em dúvida expressa sobre sua pertença racial, evidenciada no trecho a seguir:

- **Sônia Nascimento:** “*Eu sempre digo pra todo mundo que sou morena. Que eu não sei se eu não sou, mas sei que eu digo que sou morena. Tem uns mais pretos. Tem umas pessoas mais escuras, que tem muita gente preconceituosa com as pessoas mais escuras.*”

Movimento semelhante ocorre com Carla Nascimento, quando ao ser perguntada sobre como se reconhece racialmente, imediatamente se define, e ao ser questionada sobre como

chegou a essa conclusão, reconhece ter traços físicos que a caracterizam como negra, mas se autodefine como indígena. Como o objetivo da pesquisa não é aprofundar possíveis questões e/ou quais motivações as levaram a não se reconhecerem diretamente como negras, apenas pontuo essas interrogações para que sirvam como problematizações desse contexto.

As autoafirmações realizadas pela fundadora da associação de catadoras(es) do Moura Brasil, Espedita Maria de Jesus e da continuadora, Raquel Nascimento, apontam para uma maior reflexão ou amadurecimento referente às suas identidades e pertencimento racial, ainda que algumas compreensões sejam muito direcionadas a quanto mais ou menos retinta é/está a pele.

Ao observarmos os relatos de Espedita sobre as questões levantadas no decorrer da pesquisa, é perceptível uma consciência crítica e posicionamento político mais incisivos. Acredito que as diversas experiências formativas, participações em espaços de discussão sobre políticas públicas e o próprio amadurecimento referente a quem ela é ou se tornou ao longo do tempo podem ajudar a compreender este fato.

- Espedita Maria de Jesus: *“Sempre eu me identifico como negra. Quando eu vou pra qualquer canto que é preciso colocar, eu me identifico como negra”.*

Uma relação direta com a coloração da pele, sem uma maior compreensão sobre os processos históricos, parece estar mais presente até então, na experiência de Raquel Nascimento, quando o entendimento de que a pele sendo mais escura ou mais clara, não apenas define se a pessoa é “mais preta” ou “mais parda”, mas também permite várias transições entre esses dois aspectos quantas vezes seja necessário.

- Raquel Nascimento: *“Sou parda! Hoje em dia eu estou mais negra, né? Mas eu era parda. É que eu trabalho muito no sol”.*

Embora não seja esse o caso, ou soe até desnecessário, é fundamental demarcar que no caso de Raquel, no trecho destacado acima, essa “transição” entre preto e pardo a depender da tonalidade da pele em determinado momento, não se equipara de forma nenhuma às inúmeras tentativas desrespeitosas, repudiáveis e criminosas de várias pessoas que, por conveniência, se autodeclaram pretos, pardos ou brancos a depender do benefício que poderá lhe conferir tal declaração mentirosa.

Olhar para esse contexto das mulheres catadoras é também lidar com situações que revelam o pior de uma pessoa, de uma sociedade, seus ódios, ressentimentos, violências, preconceitos, racismo cotidiano escancarados por quem sofre literalmente “na pele” episódios de

opressão relacionados ao seu trabalho e muito fortemente pelo fato de ser negra(o). Tais práticas são expostas nos trechos do diálogo a seguir:

- Espedita Maria de Jesus: *“Ah, eu percebo que as pessoas são diminuídas, que as pessoas olha a cor, pelas roupa, pro jeito que a pessoa se veste... tudo inclui. De você chegar num canto e as pessoas olhar assim, sair de perto. Porque hoje em dia, até em você chegar numa loja, a pessoa olha logo pra você. Muitas vezes andando... [Sai do meio, nêga. Sai do meio lixeira!]. Nas ruas, dos carros buzinar em cima da gente... [Sai do meio negra. Sai do meio lixeira. Sai do mei come lixo], já sofri. Quando eu andava nas rua puxando a carroça, já sofri muito isso e quando eu trabalhava também varrendo, limpando a rua já sofri muito isso aqui na Leste oeste. Eu já sofri muito isso. Eu acho que porque eles acha que a pessoa é negra, é catador, os órgãos, aí eles diminui a pessoa. Tem muito a ver também.”*

- Raquel Nascimento: *“Não da minha parte, mas eu já vi pessoas sofrendo preconceito por causa da cor no meu trabalho. Um rapaz, né? Tipo assim, eu sempre coletava nesse canto. E eu era recebida, e é porque a gente tem quase a mesma cor. Ele é mais escuro do que eu pouca coisa. E eu sempre era atendida com sorriso, a pessoa me tratava bem, e quando ele foi, pela cor dele que eu reparei porque eu fui várias vezes lá com ele, e ele também tem umas manchinha no rosto, então eles trataram muito mal ele. Preconceito total. É tanto que a gente não coleta mais nesse canto porque eu não aceito”.*

Os relatos partilhados pelas interlocutoras, nos aproximam das reflexões do Psiquiatra, Filósofo, cientista social e teórico martinicano Frantz Fanon, em seu livro *Pele negra, Máscaras brancas* quando discorre sobre o viver do negro e as descobertas pessoais em relação ao preconceito de raças, um ódio irracional que reduz, enclausura e menospreza o negro em uma sociedade onde o branco se autoproclama superior, considerando-se dono do mundo.

Li com atenção. Era ódio; eu era odiado, detestado, desprezado, não pelo vizinho da frente ou pelo primo materno, mas por toda uma raça. Estava diante de algo irracional. Os psicanalistas dizem que não há nada mais traumatizante para a criança pequena do que o contato com o racional. Pessoalmente, eu diria que, para um homem que só tem a razão como arma, não há nada mais neurótico que o contato com o irracional (FANON, 2020, p.133).

A sequência do nosso diálogo com as interlocutoras exprime um caráter de enfrentamento, de afirmação de seu valor, de uma postura ativa, que demonstra não se afetar ou mesmo não se calar diante das violências cotidianas que têm como um dos principais vetores o racismo, acompanhado do machismo, resultante de uma sociedade patriarcal.

Os relatos de Dona Sônia Nascimento e Raquel Nascimento, expressam esse movimento de não aceitação da imposição racista, de não baixar a cabeça diante da tentativa de intimidação, de compreender que o racismo, como disse Fanon, é da ordem do irracional, no sentido de não ter base lógica, racional, mas ao mesmo tempo, percebê-lo como algo concreto, quando adquire uma materialidade nas práticas cotidianas.

- Sônia Nascimento: *“Eu nunca sofri não porque se eu sofrer eu deixo o preconceito lá onde eu encontrei, eu não entro pra casa com desaforo nenhum. Eu nunca levei desaforo nenhum. Tudo de ruim eu deixo lá onde eu encontro. Essa história de eu ir pra um canto e a pessoa pedir todo documento já não é comigo. Se eu chego lá, digo o meu nome. Tem uns que pega até se você tem passagem em delegacia. Isso é horrível. Eu não volto mais nunca. Eu não levo nada pra casa de ruim, eu deixo tudo onde eu encontro. E eu ensino minhas filhas a ser assim. A minha Raquel e a minha Rafaela são assim, se tratarem elas bem, elas são muito educadas, mas se tratar mal elas não aceitam de jeito nenhum. Porque ninguém é melhor do que vocês, ninguém! Tem umas pessoas que têm um pouco de restrição, né? Tratam mal os catadores mesmo.”*

- Raquel Nascimento: *“Se olhar pra mim, eu olho do mesmo jeito.”*

No breve trecho a seguir, partilhado por Carla de Jesus, podemos à primeira vista, interpretar literalmente como uma espécie de alienação, de não identificação de práticas racistas nas suas experiências diárias, mas o contato, a percepção de suas expressões no momento do diálogo, a sutileza dos detalhes no momento das conversas realizadas com as interlocutoras, me permitem dizer que há uma segunda interpretação, se é que podemos assim chamar, um movimento de não aceitação, de não ser impactada com qualquer prática que ponha em dúvida a sua existência.

- Carla de Jesus Ferreira: *“Não. Eu não. Se olhou pra mim eu nem reparei.”*

Não uma postura de ignorar o racismo, mas de compreender que as premissas do mesmo, não fazem sentido. Que a sua identidade não corresponde aos atributos pejorativos que outras pessoas a endereçam. Dessa forma, seguimos dialogando com Franz Fanon (2022), no seu livro *Os condenados da Terra*, quando diz que:

O colonizado, portanto, descobre que sua vida, sua respiração, as batidas do seu coração são as mesmas que a do colono. Descobre que a pele do colono não vale mais que a pele do nativo. Tal descoberta introduz um abalo essencial no mundo. Dela decorre toda a nova e revolucionária segurança do colonizado. Se, com efeito, minha vida tem o mesmo peso que a vida do colono, seu olhar não me fulmina mais, não me imobiliza

mais, sua voz não mais me petrifica. Não me altero mais em sua presença. Na prática, eu o irrito. Não só sua presença não me incomoda mais, como já estou preparando tantas emboscadas para ele que em breve só lhe restará fugir. (FANON, 2022, p.43).

- Carolina Maria de Jesus: *“Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Ele respondia-me: - É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta.” (Trecho do livro Quarto de Despejo, p.64).*

Neste trecho do capítulo, as catadoras nos interpelam a perceber a crueldade do racismo que as rodeia diariamente, numa tentativa de as diminuir, principalmente no exercício de seu trabalho, mas ao mesmo tempo nos convoca a reconhecer nossa história de luta, resistência e o quanto são infundadas as violências que tentam não só divulgar socialmente, mas sobretudo introjetar na população negra.

Na sequência saberemos mais sobre a experiência de algumas interlocutoras numa vivência imersiva na história de Carolina Maria de Jesus, baseada no seu livro, *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, realizada no Teatro da Caixa Cultural, em Fortaleza, Ceará.

5.2 A FAVELA NA SALA DE VISITAS: ESPETÁCULO EU, AMARELO.

Embora a vida pulse com a diversidade cultural nas periferias brasileiras, os investimentos e reconhecimento dessas expressões ainda são insuficientes. Na verdade, quando tratamos do reconhecimento da variedade de produções artísticas e culturais nesses territórios, o que percebemos é ainda uma presença de estereótipos, preconceitos ou mesmo criminalização, a exemplo das batalhas de rima, rap, funk, grafites, dentre outras.

É importante ressaltar que, tais expressões quando estão representadas por pessoas em sua maioria, jovens, negros(as) e pobres nas periferias, adquirem conotações discriminatórias por grande parcela da nossa sociedade, mas ao serem realizadas por pessoas, em geral brancas, famosas, tais iniciativas se tornam conhecidas, aceitas e os(as) verdadeiros(as) autores(as) na maioria das vezes continuam invisíveis, com ganhos secundários, por terem sua arte de certa forma usurpada, como historicamente tem sido.

Nos últimos anos, vimos algumas iniciativas de redução do distanciamento entre as periferias e os equipamentos públicos de cunho artístico cultural, por meio de políticas públicas de incentivo à cultura periférica, espaços comunitários, mas ainda são insuficientes diante da

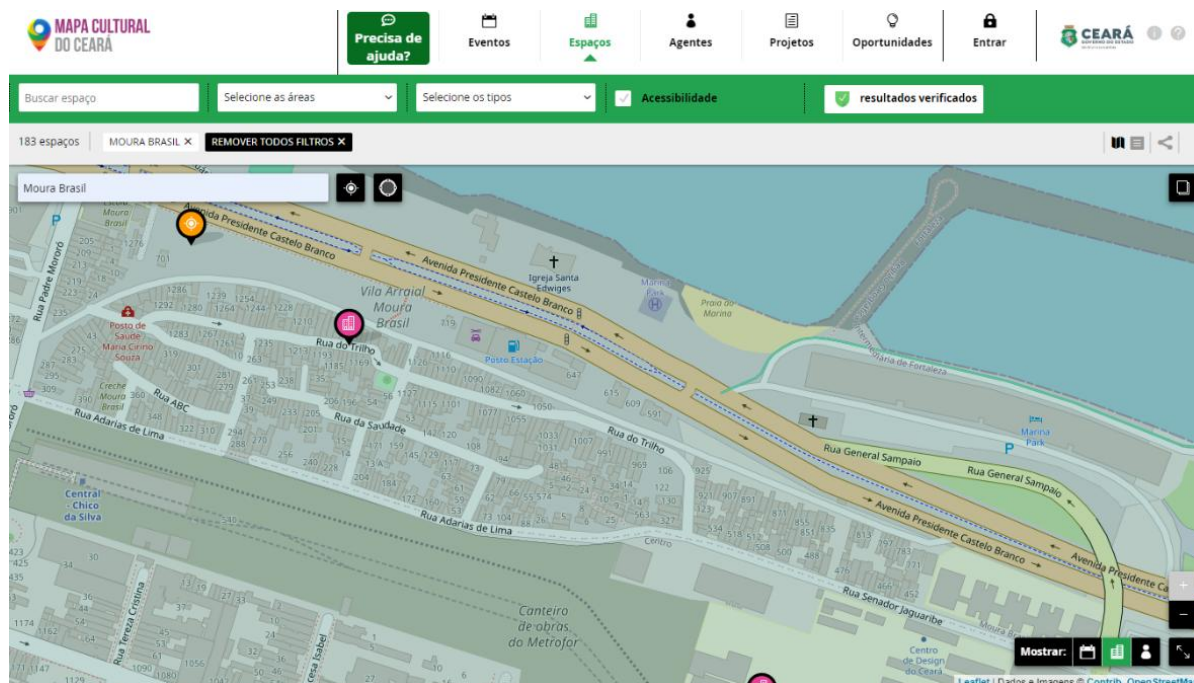
demanda existente. Dessa forma, para muitos moradores/as do Moura Brasil, como é o caso das catadoras, esse acesso a equipamentos culturais ainda não é frequente.

No município de Fortaleza, os grandes eventos e equipamentos de cultura se encontram no entorno dos bairros Centro, Praia de Iracema e Beira Mar, como por exemplo, *Estação das Artes, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Museu da Imagem e do Som, Centro Cultural Belchior, Caixa Cultural, Cineteatro São Luís, Teatro José de Alencar, Teatro São José, Teatro Carlos Câmara, Museu do Ceará etc.*

De acordo com o Mapa Cultural do Ceará³², uma ferramenta implementada pelo Governo Estadual no âmbito da Secretaria de cultura, podemos visualizar um pouco dessa relação desigual entre o número de produtores(as) culturais e os de espaços reconhecidos como tendo esta finalidade no território do Moura Brasil.

Enquanto a plataforma registra a presença de 17 agentes culturais, de diversas áreas como: *Dança, Música, Arte-educação, Surf, Artes visuais etc*, os resultados de pesquisa mostram a presença de apenas 01 espaço de cultura no bairro, sendo este o *NUPAC (Núcleo de Patrimônio Cultural do Moura Brasil)*.

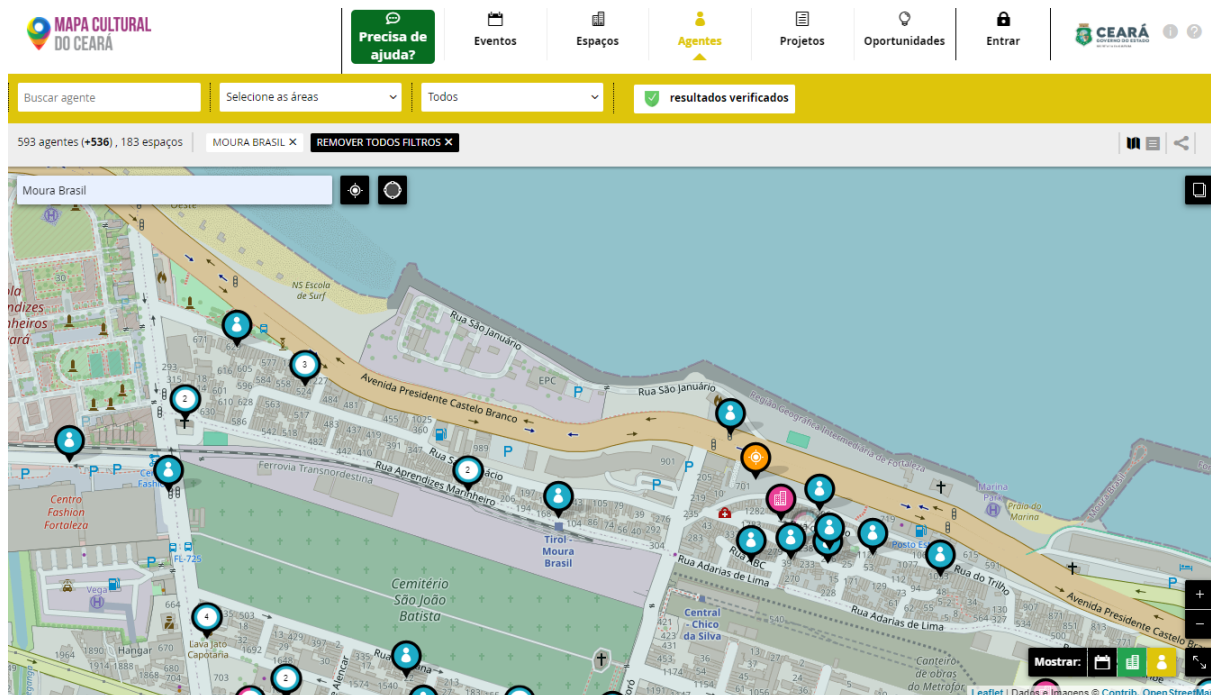
Figura 39 – Mapa de Espaços Culturais do Moura Brasil



Fonte: Mapa Cultural do Ceará (2024).

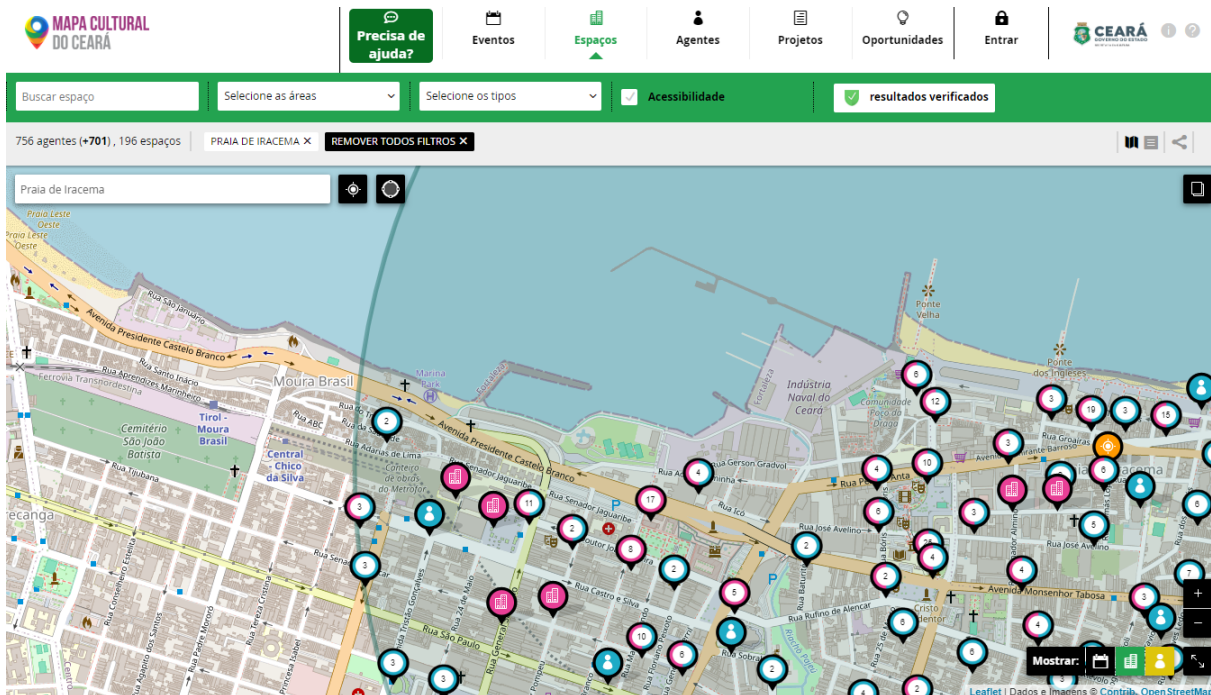
³² O Mapa Cultural é uma ferramenta de comunicação visibilizando os eventos do circuito de festivais de artes e do calendário cultural, os projetos desenvolvidos e os espaços promovidos pelos agentes e instituições culturais do Ceará. É também a plataforma de acesso e execução dos editais realizados pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

Figura 40 – Mapa de Agentes Culturais do Moura Brasil



Fonte: Mapa Cultural do Ceará (2024).

Figura 41 – Mapa de Agentes e Espaços Culturais ao redor do Moura Brasil



Fonte: Mapa Cultural do Ceará (2024).

Os mapas apresentados acima nos dão uma dimensão das disparidades de agentes e espaços culturais cadastrados no território, que compreende Moura Brasil, Centro e Praia de Iracema. Esses dados podem apontar à primeira impressão para uma pouca utilização da plataforma, mas dialogam diretamente para a ausência de políticas e equipamentos culturais no Moura Brasil, onde cerca de 17 agentes estão listados, mas apenas 01 espaço é indicado no mesmo, e, diga-se de passagem, não corresponde a um equipamento público, mas a uma iniciativa de um dos coletivos que está presente no bairro.

Em março de 2024, as interlocutoras foram convidadas a assistirem o Espetáculo *Eu Amarelo: Carolina Maria de Jesus* que esteve em cartaz em março de 2024 na Caixa Cultural Fortaleza³³. Para a pesquisa, esse momento foi fundamental para promover um encontro mais profundo entre as catadoras do Moura Brasil e Carolina Maria de Jesus.

Aqui, não menciono a história de Carolina, mas a própria Carolina, que Vive, ecoa em tantas lutas, rebeldias e comunga das reivindicações, desejos de tantas mulheres negras muitas vezes invisíveis nos “Quartos de Despejo”. Um encontro entre Mulheres, Negras, Carolinas, sejam da favela do Canindé, em São Paulo, ou no Moura Brasil, em Fortaleza.

Produzida pela Viramundo Produções Culturais, o espetáculo já está em cartaz há pouco mais de seis anos e vem contribuindo para o reconhecimento sobre a vida e obra de Carolina Maria de Jesus, bem como promovendo encontros ancestrais que inspiram trajetórias de lutas e resistências.

Figura 42 – Espetáculo *Eu Amarelo: Carolina Maria de Jesus*



Fonte: Paulo José Rodrigues Monteiro (2024)

³³ Inaugurada, em 2012, a CAIXA Cultural Fortaleza está localizada na Praia de Iracema, no corredor cultural e turístico de Fortaleza. Instalada no prédio da antiga Alfândega, construção histórica tombada pelo estado, reúne características únicas de preservação. É composta por um cineteatro com 181 lugares, três amplas galerias de arte, salão de ensaios, salas para oficinas de arte-educação, foyer, espaço para café cultural e livraria, além de um agradável jardim e de espaços para convivência e realização de eventos.

- Espedita Maria de Jesus: *“No exato momento que começou que eu senti assim aquela pessoa guerreira porque às vezes a pessoa desiste dos seus sonhos, mas eu vi ali uma mulher negra, catadora de papel, solteira, com três filhos pra criar, mas que não desistiu dos sonhos dela. Eu acho que o importante é que a gente tanto pode ser negra, pobre, catadora de materiais reciclável, solteira, mas temos que ter aquela força de vontade, de jogar pra fora o que tem de maravilhoso dentro da gente. Então assim, eu achei legal, achei muito maravilhoso ter assistido aquele filme que a gente sabe que tem várias Carolina de Jesus, né? No Brasil, no mundo inteiro que são batalhadeiras, que corre atrás do seu objetivo. Então eu achei maravilhoso, que eu não sei nem como mesmo explicar.”*

- Raquel Nascimento: *“Eu nunca tinha ido ao teatro. Fui pela primeira vez. Me chamou atenção foi que, apesar de toda a dificuldade que ela teve, né? De morar numa favela, de ser negra, de ser pobre, ela conseguiu vencer na vida. Ela conseguiu ter boas coisas, né? Conseguiu sobressair de toda a vida que ela tinha, né? E apesar das dificuldades delas ela conseguiu passar por cima, né? De tudo, de todo sofrimento que ela viveu.*

Assistiram o espetáculo, as interlocutoras Espedita Maria de Jesus, Francisca Raquel Nascimento Silva Aires e Sônia Maria Nascimento Silva. Na ocasião, cada uma delas também foi presenteada com um exemplar do livro *Quarto de Despejo*, para que pudessem conhecer um pouco mais sobre Carolina Maria de Jesus. Carla de Jesus Ferreira não pôde comparecer no momento, mas também recebeu seu exemplar do livro.

A partir dos trechos destacados, é possível perceber o quanto essa experiência foi sensível, acolhedora e aproximou vivências e experiências entre as interlocutoras e Carolina. Para além de qualificar a elaboração da pesquisa, acredito que essa iniciativa de assistirmos juntas(os) o espetáculo na Caixa Cultural, também contribuiu para o acesso dessas mulheres a espaços públicos que, embora estejam relativamente próximos à sua comunidade, ainda apresentam distâncias simbólicas que precisam ser diminuídas no sentido de favorecer a presença mais efetiva das periferias em espaços que ainda são privilégios para poucas pessoas.

Figura 43 – Participação das interlocutoras no Espetáculo *Eu Amarelo*: Carolina Maria de Jesus



Fonte: Paulo José Rodrigues Monteiro (2024).

Creio ser necessário registrar que, para mim, enquanto pesquisador negro, morador também de uma periferia e que tenho em Carolina Maria de Jesus a principal referência e inspiração para a elaboração desse trabalho, tanto o Espetáculo *Eu Amarelo*, quanto a exposição *Carolinas*, ambas na Caixa Cultural, foram experiências emocionantes, profundas e que instigam a conhecer ainda mais sobre essa mulher forte, ousada que atravessa gerações com suas reflexões contundentes sobre um Brasil muito atual.

Figura 44 – Participação na exposição “Carolinas” – Caixa Cultural



Fonte: Paulo José Rodrigues Monteiro (2024).

5.3 ENTRE NÓS, “FORTALEZAS”.

Os diálogos e problematizações feitas no decorrer do trabalho nos apontam uma série de elementos que permitem estabelecer aproximações sobre diversos aspectos de suas vidas, seja no âmbito pessoal, profissional, social, político etc. Mais que conclusões, são possibilidades de perceber o universo das mulheres catadoras para além da lida com os resíduos sólidos, mas estes como meios de sobrevivência, de conexão e/ou distanciamento das mesmas com outras dimensões do viver.

Figura 45 – Dia das mães – Associação Moura Brasil



Fonte: Paulo José Rodrigues Monteiro (2024).

Aqui fazemos uma menção proposital às “Fortalezas”, primeiramente para se referir à cidade, pois entre as catadoras, cidades diferentes são estabelecidas. Uma dotada de infraestrutura, oportunidades, visibilidade, qualidade de vida, destinada há uns poucos e outra Fortaleza precarizada, com ausência de equipamentos e políticas públicas, violentada institucionalmente onde seus residentes são as pessoas menos abastadas, em sua maioria negras.

Ao mesmo tempo, essa espécie de trocadilho se refere sobretudo às forças, lutas e resistências que aproximam as catadoras de resíduos sólidos recicláveis, interlocutoras desta pesquisa, tais aspectos denomino aqui como “Fortalezas” que existem nas trajetórias de vida das mesmas. Esses elementos serão partilhados no decorrer deste trecho do capítulo.

Importante justificar que no decorrer da elaboração deste capítulo, tivemos uma menor participação da Dona Sônia Nascimento que, no decorrer desta pesquisa iniciou um tratamento para se curar de um câncer e em seguida uma cirurgia decorrente de uma complicação por diabetes. Com uma atitude de respeito, cuidado com a saúde da mesma que estava mais fragilizada, tivemos pouco contato, pois esse período demandou muito cuidado, repouso e afastamento de algumas atividades da associação.

- Espedita Maria de Jesus: *“Temos histórias de vida parecidas e lutamos por reconhecimento e nossos direitos diariamente.”*

- Raquel Nascimento: *“O que a gente tem em comum, eu acho que a força né? A determinação e nunca desistir dos nossos sonhos. Sempre lutar pra gente poder ter o melhor né? Pra nós e pros nossos filhos.”*

Nossos diálogos Afetivos, Teóricos e Políticos, realizados ao longo dessa pesquisa nos fizeram refletir sobre as várias faces do racismo, da desigualdade e das violências cotidianas vivenciadas pelas mulheres catadoras, mas também nos alimentaram de inspiração, reconhecimento e um desejo de partilhar as forças que não as fazem parar de se movimentar nessa caminhada. Tais questões compartilhadas pelas interlocutoras estão pontuadas a seguir:

- Pertencimento e defesa do território, reconhecendo que o mesmo possui desafios, estrutura precarizada, mas que não corresponde aos vários estereótipos negativos que são atribuídos ao mesmo;
- Participação em espaços de Luta pelo direito à Cidade e Meio ambiente como forma de pautar suas demandas, reivindicações, acompanhar as discussões sobre as políticas

públicas destinadas ao território e à inserção socioproductiva de catadores(as) de resíduos sólidos recicláveis;

Figura 46 – Caminhada no bairro Moura Brasil



Fonte: Paulo José Rodrigues Monteiro (2021).

- Há uma relação geracional que perpassa diversas famílias de catadores(as), onde esse trabalho é iniciado por avós e vai sendo seguido por filhos(as) e netos(as). Essa questão apresenta no mínimo, duas faces. A primeira é a da dificuldade em alcançar outros tipos de trabalho devido à falta de qualificação profissional, pouca formação escolar etc. A segunda refere-se ao desejo de seguir trabalhando junto aos seus familiares, seguir um legado, reconhecer o trabalho na catação tão digno quanto qualquer outra atividade laboral.
- Nossos diálogos revelam histórias de mulheres que, desde o nascimento resistem e buscam melhorias pessoais e coletivas. Com trajetórias parecidas, as fundadoras chegaram à Fortaleza em busca de melhores condições de vida para suas famílias. No decorrer, transformaram essa incidência em possibilidade de melhorar a vida de quem estava ao seu entorno;
- Reconhecimento da importância e dignidade de seu trabalho;
- Para além da catação, mulheres que possuem sonhos, desejos, habilidades, histórias de Vida;

- Associação de catadores (as) como espaço de formação, fortalecimento de vínculos e da identidade catadora;
- Mulheres catadoras como atuantes e críticas da realidade que vivem.

Também é necessário valorizar e explicitar a importância da atuação feminina na gestão do empreendimento, articulando as demandas internas e externas à associação, coordenando ações de incidência política, parcerias institucionais, mobilização dos/as integrantes à associação, diálogo com outras instâncias públicas e privadas, como outras forças vivas na comunidade.

Ainda assim, não podemos e nem devemos esquecer que esse trabalho se torna ainda mais desafiante quando percebemos as inúmeras atribuições que culturalmente foram empurradas quase que unicamente às mulheres, como o cuidado do lar, da família etc. Sabemos que algumas coisas estão mudando, mas infelizmente esse cenário ainda é de forma geral o retrato da maioria dos lares brasileiros.

A dimensão do trabalho coletivo também é muito presente no dia a dia das mulheres catadoras do Moura Brasil, que entendem a associação como um espaço de crescimento, socialização, partilhas, aprendizados e formação tanto pessoal como coletiva, extrapolando os muros do empreendimento e atingindo outras famílias e espaços da comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida na comunidade.

Sabendo que existem “Quartos de despejo” nos mais diferentes locais do nosso país, qual nosso compromisso Afetivo, Teórico e Político não só para problematizar ou escancarar essa triste marca que nos acompanha, mas sobretudo para juntos/as contribuímos para a construção de cidades, espaços urbanos e/ou rurais plenos de condições de habitação, trabalho digno e direitos garantidos para todas as pessoas, e não só para as elites que se acomodaram nas “Salas de Visitas”?

REFERÊNCIAS

ABREU, Ivy de Souza. Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos. **Opinión Jurídica**, Medellín, v. 12, n. 24, p. 87-100, 2013. Disponível em: <https://revistas.udem.edu.co/index.php/opinion/article/view/723/0>. Acesso em: 04 ago. 2024.

ACERVO DIGITAL FORTALEZA. **Diagnóstico e plano de participação comunitária e desenvolvimento social zona especial de interesse social Moura Brasil**. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=2f58240c-2550-4ec1-9c44-2c61f3e5bd30>. Acesso em: 25 out. 2023.

ACERVO DIGITAL FORTALEZA. **Diagnóstico físico-ambiental e normatização especial de parcelamento, edificação, uso e ocupação do solo zona especial de interesse social Moura Brasil**. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/pesquisa?total=123&nome=AMBIENTAL&pagina=2>. Acesso em: 30 out. 2023.

ACERVO DIGITAL FORTALEZA. **Diagnóstico socioeconômico e plano de geração de trabalho e renda zona especial de interesse social do Moura Brasil**. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=4d9e0723-6286-4f26-be06-cb8377e35e96>. Acesso em: 25 out. 2023.

ACERVO DIGITAL FORTALEZA. **Mapa - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=workspace://SpacesStore/95d1daf3-f317-4206-aed2-29b37408e442>. Acesso em: 6 jan. 2024.

ACERVO DIGITAL FORTALEZA. **Normatização especial de uso, ocupação, edificação e parcelamento do solo em zona especial de interesse social-zeis Moura Brasil**. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=1813fe18-5c3f-4bfl-bd38-c7518434d44a>. Acesso em: 26 out. 2023.

AFROFILE. **Educação e memória afro-brasileira**. Disponível em: <https://www.afrofile.com.br/>. Acesso em: 15 set. 2024.

ALMADA, Zenildo. Notas e transcrições: Histórias da Fortaleza antiga. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 118, n. 1, p. 346-354, mar./2004.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade 1810-1933**. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

ANGELI, Thaís; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues. A utilização do conceito de Racismo Ambiental, a partir da perspectiva do lixo urbano, para apropriação crítica no processo educativo ambiental. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 51–70, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5374>. Acesso em: 02 ago. 2024.

BARROS, Angerlânia. Conjunto Marechal Rondon: o abrigo dos excluídos da cidade de Fortaleza (1972-1979). **Cadernos de História**, Minas Gerais, v. 22, n. 36, p. 162-183, jun./2021.

BELIK, Laura. **Campos de concentração no Ceará (1915, 1932)**: Histórias apagadas do processo de urbanização de Fortaleza. ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Sessão Temática 06: Cidade, história e identidade cultural, Belém - PA, p. 1-14, 22 a 26 mai./2023.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

CAIXA CULTURAL FORTALEZA. Disponível em: <https://www.caixacultural.gov.br/Paginas/Fortaleza.aspx>. Acesso em: 18 out. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**, Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Areninha inaugurada em Aquiraz é resultado da política de expansão de equipamentos de esporte e lazer do Governo do Ceará**. Disponível em: <https://www.casacivil.ce.gov.br/2023/09/18/areninha-inaugurada-em-aquiraz-e-resultado-da-politica-de-expansao-de-equipamentos-de-esporte-e-lazer-do-governo->

do-
ceara/#:~:text=As%20areninhas%20s%C3%A3o%20equipamentos%20multifuncionais,pavime
ntados%20e%20torres%20de%20ilumina%C3%A7%C3%A3o.. Acesso em: 15 jan. 2024.

CÁRITAS BRASILEIRA. **História**. Disponível em: <https://caritas.org.br/historia>. Acesso em: 3 jun. 2023.

COLETIVO APARECIDOS POLÍTICOS. **Cartografia da Ditadura em Fortaleza**. Disponível em: <https://aparecidospoliticos.com.br/2020/03/cartografia-da-ditadura-em-fortaleza/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE. **Cagece avança ao longo de 52 anos tornando o sistema de esgotamento sanitário no Ceará mais eficiente**. Disponível em: <https://www.cagece.com.br/comunicacao/noticias/cagece-avanca-ao-longo-de-52-anos-tornando-o-sistema-de-esgotamento-sanitario-no-ceara-mais-eficiente/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **História**. Disponível em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia>. Acesso em 10 jun. 2024.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Forte mau cheiro persiste na Av. Leste-Oeste**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/forte-mau-cheiro-persiste-na-av-leste-oeste-1.538146>. Acesso em: 18 ago. 2024.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Queda de avião marcou tragicamente inauguração de avenida de Fortaleza há 47 anos**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/queda-de-aviao-marcou-tragicamente-inauguracao-de-avenida-de-fortaleza-ha-47-anos-saiba-detalhes-1.3259097>. Acesso em: 18 de ago. 2024.

DIREITO À CIDADE. **ESCOLA DE APRENDIZES – MARINHEIROS DO CEARÁ**. Disponível em: <https://legislacaoufc20141.wordpress.com/2014/06/12/escola-de-aprendizes-marinheiros-do-ceara/>. Acesso em: 16 de ago. 2024.

EDUCA + BRASIL. **Tudo sobre EJA: o que é e como funciona?**. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/tudo-sobre-eja-o-que-e-e-como-funciona>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ENCICLOPÉDIA MULHERES NA FILOSOFIA. **Neusa Santos Souza**. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/filosofas/neusa-santos-souza/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FACEBOOK. **Fortaleza Nobre**. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=4073401899354538&set=a.323751614319604>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FILGUEIRA, André Luiz de Souza. **Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas**. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 186–201, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/69990>. Acesso em: 03 ago. 2024.

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Intelectual e ativista negro, Nêgo Bispo morre aos 63 anos**. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/intelectual-e-ativista-negro-nego-bispo-morre-aos-63-anos/304893/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

FORTALEZA 2040. **Arquivos para download - Centro, Moura Brasil e Praia de Iracema**. Disponível em: <https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/foruns-territoriais/forum/01#imagens/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

FORTALEZA EM FOTOS. **A Construção da Avenida Leste-Oeste**. Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2017/05/a-construcao-da-avenida-leste-oeste.html>. Acesso em: 7 jan. 2024.

FORTALEZA EM FOTOS. **Bairros de Fortaleza:** Arraial Moura Brasil. Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2009/07/bairros-de-fortaleza-arraial-moura.html>. Acesso em: 20 out. 2023.

FORTALEZA NOBRE. **Capela de Santa Terezinha.** Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2010/06/capela-de-santa-teresinha.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.

G1 CEARÁ. **Campos de concentração no Ceará confinaram flagelados da seca com base em teorias racistas.** Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/10/08/campos-de-concentracao-no-ceara-confinaram-flagelados-da-seca-com-base-em-teorias-racistas.ghtml>. Acesso em: 5 dez. 2023.

GOLDMAN, Marcio. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. **cadernos de campo**, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 149-153, jan./2005. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50262>. Acesso em: 23 out. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/GONZAL1.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **LUGAR DE NEGRO**. 1. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982. p. 1-115.

GOOGLE MAPS. **Igreja de Santa Terezinha.** Disponível em: https://www.google.com.br/maps/search/igreja+de+santa+terezinha/@-3.7194688,-38.5303302,382m/data=!3m1!1e3?entry=ttu_. Acesso em 16 abr. 2024.

GOV.BR - SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL - ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Inscrever-se no Cadastro Único (CadÚnico).** Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>. Acesso em: 5 jun. 2023.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 8 fev. 2010.

HERCULANO, Selena. Lá como cá: **conflito, injustiça e racismo ambiental**. I *Seminário Cearen-se Contra o Racismo Ambiental*. Fortaleza: Ceará, 2006. Disponível em: http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/stories/L_como_c3.pdf. Acessado em: 16/08/2024.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *InterfacEHS*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-20, jan./abr. 2008.

HOOKS, Bell. Vivendo de amor. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**, v. 2, p. 188-198, 2010.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HURSTON, Zora Neale. **Olualê Kossola**: as palavras do último homem negro escravizado. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Panorama - População de Fortaleza**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>. Acesso em: 5 jan. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Apresentação**. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/apresentacao>. Acesso em 15 de ago. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção é tombada pelo Iphan**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2062/fortaleza-de-nossa-senhora-da-assuncao-e-tombada-pelo-iphan>. Acesso em: 17 de ago. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **História – Fortaleza (CE)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1835/>. Acesso em: 17 de ago. 2024.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Glossário**. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/glossario/>. Acesso em 11 jun. 2024.

IPATRIMONIO. **Fortaleza – Capela de Santa Terezinha**. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/fortaleza-capela-de-santa-terezinha/#!/map=38329&loc=-3.71973565093566,-38.530852037945536,17>. Acesso em 15 ago. 2024.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria**: Volume 1 - Osasco. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MAPA CULTURAL DO CEARÁ. **Bem-vind@**. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/>. Acesso em: 18 out 2024.

MAPA CULTURAL DO CEARÁ. **Passeio Público – Praça dos Mártires**. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/espaco/278/>. Acesso em: 17 de ago. 2024.

MAPA CULTURAL DO CEARÁ. **Praça General Tibúrcio – Praça dos Leões**. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/espaco/293/>. Acesso em: 17 de ago. 2024.

MAPA CULTURAL DO CEARÁ. **Museu do Ceará**. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/espaco/87/>. Acesso em 17 ago. 2024.

MARCO ZERO. **Apagados da história oficial, campos de concentração da seca de 1932 estão marcados na memória popular**. Disponível em: <https://marcozero.org/campos-de-concentracao-ceara-seca-de-1932/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MARINA PARK HOTEL. **Marina Park Hotel**. Disponível em: <https://www.marinapark.com.br/>. Acesso em: 18 de ago. 2024.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - MNCR. **O que é o movimento.** Disponível em: <https://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/o-que-e-o-movimento>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - MNCR. **Princípios e objetivos.** Disponível em: <https://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/principios-e-objetivos>. Acesso em: 8 jun. 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. A Mulher Negra e o amor. In: **Jornal Maioria Falante**, nº 17, Fev – março, 1990, p. 3.

O POVO ONLINE. **Moura Brasil já foi campo de concentração de retirantes da seca.**

Disponível em:

<https://www20.opovo.com.br/app/colunas/opovonosbairros/2013/09/05/noticiasopovonosbairros,3123766/moura-brasil-ja-foi-campo-de-concentracao-de-retirantes-da-seca.shtml>. Acesso em: 4 nov. 2023.

PACHECO, Tânia. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo:** uma luta que transcende a cor. In.: I SEMINÁRIO CEARENSE CONTRA O RACISMO AMBIENTAL. Fortaleza: Ceará, 2006. Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/DesInjAmbRac.pdf>. Acesso em 18 ago. 2024.

PORFÍRIO, Iago; OLIVEIRA, Lucas Timoteo de. “Antônio Bispo dos Santos”. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2021. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/antonio-bispo-dos-santos>. Acesso em: 13 ago. 2024.

PORTAL ÚNICO DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PROUNI.** Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/prouni>. Acesso em: 2 jun. 2023.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Prefeitura de Fortaleza inicia ações de urbanização no bairro Moura Brasil.** Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-inicia-acoes-de-urbanizacao-no-bairro-moura-brasil>. Acesso em: 12 set. 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. 1. ed. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005. p. 117-142.

RATTS, Alex. A diferença negra e indígena no território: observações acerca de Fortaleza e do Ceará. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 7, n. 12, p. 03 - 16, mai 2016. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/527>. Acesso em: 28 jul. 2024.

RECICLO FORTALEZA. **Plataforma Re-ciclo**. Disponível em: <https://www.reciclofortaleza.com.br/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

REPOSITÓRIO ENAP. **Território: conceitos e abordagens nas interpretações de Geografia**. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3291/6/Aula%201%20Jo%C3%A3o%20-%20Conceitos%20e%20Abordagens%20nas%20interpreta%C3%A7%C3%B5es%20da%20Geografia.pdf>. Acesso em 14 out. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

RIOS, Kenia Sousa. **Isolamento e Poder: Fortaleza e os campos de concentração na Seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará /UFC, 2014.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

SANTOS, Zenaira. A descolonização do conhecimento: uma análise da dinâmica territorial em Nego Bispo, um intelectual quilombola. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 4861-4871, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/23100>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SSPDS. **Medicina Legal: a mais antiga perícia desenvolvida no Ceará**. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2018/11/26/medicina-legal-a-mais-antiga-pericia-desenvolvida-no-ceara/>. Acesso em: 19 de ago. 2024.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. **Diário Oficial do Estado - Edital Programa Auxílio Catador 2023**. Disponível em:

<https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2023/02/Edital-2023-oficial.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2023.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. **Plano Estadual de Resíduos sólidos**. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2019/08/Plano-estadual-de-residuos-solidos.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SENAC. **Escola de gastronomia e hotelaria do Ceará**. Disponível em: <https://www.ce.senac.br/unidades/escola-de-gastronomia-e-hotelaria-do-ceara/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

SESC. Conheça o Sistema Fecomércio. Disponível em: <https://www.sesc-ce.com.br/institucional/conheca-o-sistema-fecomercio/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SILVA, José Borzacchiello. Fortaleza, mar e sertão. In: CHAVES, Gilmar (Org.). **Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002, p. 123-129.

SOUZA, Luana Franciele Miranda. Mulheres negras na contramão do afeto. **Caderno Espaço Feminino**, v. 33, n. 2, p. 246–266, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/anguem/article/view/56714>. Acesso em: 08 out. 2024.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro Ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

UNILAB. **Inauguração do Centro Cultural Carolina Maria de Jesus marca abertura do VI Festival das Culturas da Unilab**. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2022/10/20/inauguracao-do-centro-cultural-carolina-maria-de-jesus-marca-abertura-do-vi-festival-das-culturas-da-unilab/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **A Universidade**. Disponível em: <https://www.ufc.br/a-universidade>. Acesso em: 11 jul. 2023.

URBANISMO E MEIO AMBIENTE FORTALEZA. **Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos de Fortaleza estado do ceará**. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio->

ambiente/infocidade/plano_municipal_de_gesto_integrada_de_residuos_solidos_de_fortaleza.pdf. Acesso em: 15 mai. 2023.

VOZES NEGRAS NA ANTROPOLOGIA. **Zora Neale Hurston**. Disponível em: <https://www.vozesnegras.com/zora>. Acesso em: 2 jun. 2023.

WIKIPÉDIA. **José Cardoso de Moura Brasil**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Cardoso_de_Moura_Brasil. Acesso em: 18 out. 2023.

ZONAS ESPECIAIS FORTALEZA. **Sobre as ZEIS Prioritárias**. Disponível em: <https://zonasespeciais.fortaleza.ce.gov.br/sobre>. Acesso em: 15 out. 2023.